

UFF

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes

Jovens e pobres e (i)mobilidade urbana:

Há ainda o que se ver quando tudo parece ter se dado a ver e pensar?

Niterói
2011

Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes

Jovens e pobres e (i)mobilidade urbana:

Há ainda o que se ver quando tudo parece ter se dado a ver e pensar?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra

Niterói
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

F363 Fernandes, Maria Clara Alves de Barcellos.

Jovens e pobres e (i)mobilidade urbana : Há ainda o que se ver quando tudo parece ter se dado a ver e pensar? / Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes. – 2011.

113 f.

Orientador: Cecília Maria Bouças Coimbra.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

Bibliografia: f. 104-113

1. Psicologia social. 2. Juventude. 3. Mobilidade social. I. Coimbra, Cecília Maria Bouças. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 155.5

Dedico este trabalho à pessoa que, com a sua delicadeza de artista, dentre tantas coisas, me deixou como herança um certo olhar inocente sobre o mundo, olhar que me permite mirar a tudo com certa estranheza e beleza. Sua ausência é um (e)terno estar em mim. À Clarice, minha mãe.

Agradecimentos:

Agradeço à vida que, em ondas como o mar, num indo e vindo infinito, nos impeliu e (im)pele a pensar à marteladas, pensamento que tanto bate até que fura.

Agradeço aos jovens por suas potentes parcerias, pelo (com)partilhamento de histórias, com elas escrevemos uma cidade com nossos passos, mostrando que entre ser vítima e ser bandido há um resto que não é pouca bobagem. Não, não vivemos a toa.

Agradeço de todo o meu coração à minha mãe por seu sorriso largo e forte a me acompanhar por esses caminhos difíceis e não tão menos bonitos. Agradeço ao meu pai, que do seu jeitinho, está sempre por perto. Agradeço à minha irmã que, ao me “pentelhar”, está sempre me dando mais força para continuar. Agradeço ao meu irmão que ao interrogar o porquê de um mestrado, fez motor para buscar sentidos para ele. Agradeço a minha avó que acredita que as conversas nas ruas dariam peças e mais peças de teatro. Agradeço imensamente a Diogo Moutinho, companheiro inseparável, por sempre me fazer acreditar que a estrada vai além do que se vê. “É só você que me faz cantar”.

Agradeço a minha querida orientadora, Cecília Coimbra, por apoiar minhas aventuras na escrita e pelo seu atrevimento em resistir que tanto contagia. Cecília, com sua militância diária, faz troça com o discurso impotente que afirma que a luta e a vontade de mudança está apenas para os jovens. A vida não cabe em fases. Como diz nosso já amigo Manoel de Barros: “Perdoai, mas eu preciso ser outros”.

Agradeço à professora Maria Livia do Nascimento, que “me conhece desde criancinha”, por ter fomentado em mim um gosto pela escrita que eu nem mesmo conhecia e pela leitura atenta e fundamental na qualificação.

Agradeço à professora Estela Scheinvar por ter igualmente me apresentado um jeito de ver e fazer escrita diferente, não mais escrita burocrática para cumprir tal ou qual protocolo, mas escrita como instrumento de liberdade. Agradeço pela leitura precisa e pelas valiosas análises do texto na qualificação.

Agradeço ao professor Luís Antônio Baptista, por produzir em nós, com seu cortante pensamento político, que não é preciso se utilizar de descrições tristes para olhar o mundo. Há tanto

o que se ver e pensar, há tantos modos de ver e pensar. Nunca consegui sair ilesa de suas aulas , quando pensava achar um prumo, novamente me era arrastado o chão, me obrigando a recolher os detritos e montar um novo mosaico com eles. Obrigada!

Agradeço à professora Silvana Mendes Lima pela acolhida e pela ótima composição no estágio-docência. À professora-amiga Ana Cabral Rodrigues pelo caminhar pensando, por se fazer sempre presente quando os meus pedidos de socorro. Ao professor André Queiroz pela leitura dedicada e pelas importantes sugestões.

"O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço." Ítalo Calvino.

Agradeço aos meus amigos, aqueles que preservo e que comigo abrem espaços. À Diana Malito que desde a graduação faz parte da minha vida. Amiga-irmã. Aliança que o tempo só fez fortalecer. A sutileza e violência de sua força me encantam. Agradeço aos amigos do Grupo Labirinto, amigos labirínticos, Ana Paula Coutinho, amiga muito especial, companheira de indignações e questionamentos, Emanuel Brick e sua visão sempre positiva sobre o mundo e Poliana Cordeiro que me ensinou que a escrita passa mais pela via do sentir do que qualquer racionalização possível. "Entender é sempre limitado".

Agradeço aos amigos que o mestrado me deu. Ao especial grupo de orientação, florzinhas do jardim de nossa orientadora. Não, Bruno Rossotti, não se sinta ofendido. Agradeço a sorte de pessoas tão queridas: Alice De Marchi, Bruno Rossotti, Danielle Pinheiro, Érika Reis, Luizane Guedes. Cristiane Fraga, Débora Augusto, Giovana Marafon, Valéria Caixetta, Roberta Furtado, pessoas importantes em minha trajetória, agradeço o carinho. À Alice Souto agradeço a resposta-poesia.

Agradeço ao amigo Izaque Miguel, presença constante, sempre com pensamentos arrebatadores acerca do mundo e do seu fazer. "Sejamos fortes, aprendendo com aqueles que parecem ser os mais fracos". Sou grata pela amizade de Thiago Cerqueira, Cristiane Gonzalez (de corpo e de alma), Fernanda Bruno, Luciana Simões, Diogo Kloper, Isadora Vasconcellos, Vinícius Almada, Roberto Melo, Margareth Gondim. "Todo coração é uma célula revolucionária".

Agradeço as pessoas da locadora em que trabalhei, que muito me fizeram rir e chorar de rir,

em momentos confusos. “Nem foi tempo perdido...”.

Agradeço a CAPES pela bolsa que me permitiu a pesquisa.

Resumo:

Há ainda o que se ver quando tudo parece ter se dado a ver e pensar? Em tempos de informações demais, de circulação rápida de notícias, de especialistas para interpretar cada movimento nosso, é possível pensar diferentemente do que se é? Para lá do tanto, do excesso, há algo que resta a ser dito? A presente pesquisa, a partir da juventude pobre que transita nas ruas, pretende dar corpo a estas inquietações e pensar porque este jovem, visto como resto da cidade, se constitui como problema. A resposta não é tão óbvia como parece. Em um momento em que muito se tem falado acerca dos choques de ordem, toque de recolher e sua consequente e “necessária” limpeza e ordem das ruas, cabe-nos entender que movimento está sendo efetuado nos dias de hoje. A partir de uma perspectiva de que a juventude pobre que se desloca nas ruas tem mais histórias a serem narradas para além do enredo habitual cujo início, meio e fim já estão escritos de antemão, intenciona-se questionar os conceitos de infância e adolescência vigentes submetendo-os a uma análise histórica. Traremos também a história da cidade feita urbe e seus efeitos de dispersão da população pobre não contemplada no seu planejamento de progresso e desenvolvimento, para ver que políticas de (i)mobilidade urbana estão sendo engendradas no contemporâneo, posto que para se abrir brechas de possíveis é necessário trazer a solidez dos blocos que os produz.

Palavras-chave: juventude, situação de rua, mobilidade, psicologia.

Abstract

Is there anything that remains to be seen when everything seems to have already been seen and thought about? In times like these, of excessive information, fast circulation of news, and experts to interpret each movement our society takes, is it possible to think differently than we already have? Is there anything left to be said beyond all of the excesses? This dissertation intends to, from the standpoint of the poor youth roaming the streets, substantiate these concerns and think about why this youth, seen as the city's leftover, is considered a problem. The answer is not as obvious as it seems. In a time when much has been argued about the clash of order, street curfew and the resulting and "necessary" street clean-up and orderliness, we must understand the movement that unfolds before us today. This study starts from the premise that the poor youth who wander around the streets have more stories to be told that go beyond the usual plot whose beginning, middle and end are already scripted. It intends to make use of historical analysis to question the traditional concepts of childhood and adolescence currently in force. Also, an examination of the history of urbanization and its dispersive impact on the poor population not included in the planning for urban progress and development will demonstrate which urban mobility policies are being engendered nowadays. In order to open windows of opportunity for change, it is crucial to understand how solid are the pillars that will bring them about.

Keywords: Youth, homelessness, urban mobility, psychology.

Maria Clara Alves de Barcellos Fernandes

**Jovens e pobres e (i)mobilidade urbana:
Há ainda o que se ver quando tudo parece ter se dado a ver e pensar?**

Banca examinadora:

Prof.a Dr.a Cecília Maria Coimbra Bouças – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof.a Dr.a Estela Scheivar
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luis Antônio dos Santos Baptista
Universidade Federal Fluminense

Sumário

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO: Dissertar, a que será que se destina? _____ | 10 |
| | |
| CAPÍTULO I - Daquilo que se refere ao tempo: escandir ou expandir a vida? _____ | 30 |
| 1.1 – Adolescência na corda bamba da história: “quando a vida pede um pouco mais de alma, a vida não para, a vida não para não” _____ | 30 |
| 1.2 Pensando sobre a “faixaetarização”: “Aqui nessa tribo ninguém quer a sua catequização. Falamos a sua língua, mas não entendemos o seu sermão” _____ | 31 |
| 1.3 Identidade: Movência desassossegada ou Sólidas Mudanças? _____ | 40 |
| 1.4 - “Eu vejo o futuro repetir o passado? Eu vejo um museu de grandes novidades?” _____ | 44 |
| | |
| CAPÍTULO II – Daquilo que se refere ao espaço: a cidade viva _____ | 53 |
| 2.1 Cidade como palimpsesto: O Brasil contém cidades de cidades misturadas, contém cidades de cidades camufladas. _____ | 55 |
| | |
| CAPÍTULO III – O ECA e a rua: a vez da vítima _____ | 78 |
| 3.1 Políticas de (i)mobilidade urbana _____ | 86 |
| 3.2 Tudo que não é visto não é lembrado _____ | 88 |
| 3.3 Aqui nesse barco ninguém quer a sua orientação. Não temos perspectivas, mas o vento nos dá a direção. A vida que vai à deriva é a nossa condução. Mas não, não vivemos à toa. _____ | 93 |
| | |
| CONCLUSÃO: E não há nada mais revolucionário do que a vida _____ | 99 |
| | |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA _____ | 104 |

Introdução: dissertar, a que será que se destina?

Tratado geral das grandezas do ínfimo

Um homem catava pregos no chão.
Sempre os encontrava deitados de comprido,
ou de lado,
ou de joelhos no chão.
Nunca de ponta.
Assim eles não furam mais - o homem pensava.
Eles não exercem mais a função de pregar.
São patrimônios inúteis da humanidade.
Ganharam o privilégio do abandono.
O homem passava o dia inteiro nessa função de catar
pregos enferrujados.
Acho que essa tarefa lhe dava algum estado.
Estado de pessoas que se enfeitam a trapos.
Catar coisas inúteis garante a soberania do Ser.
Garante a soberania de Ser mais do que Ter.
(Manoel de Barros, 2001)

Inutilidades, miudezas, descartáveis, trapos, identidades que se dissolvem, eis o que queremos catar do “idioleto manoêles”, o que pretendemos tratar nesta dissertação. Mais especificamente, trazer à cena os “desheróis”, aqueles que são considerados inúteis à sociedade de consumo, aqueles que a história oficial não contabiliza nos seus créditos, aqueles cujos rastros de suas pesadas pegadas foram sendo apagados pelo cimento do “progresso”, da ordem, da lei, da ciência. Estes, a quem chamaremos de restos, dizem algo para além da exclusão a eles atribuída. O resto se constitui aqui como o impensado, o invisível que persiste sempre à espreita, que incomoda, que abala “cômodas suposições”, que expressa que as coisas podem se dar de outro modo. Mas o que é falar de resto quando tudo está alinhavado pelo *modus operandi* capitalista? De outro modo, o que é falar de invisível quando a vida se torna cada vez mais sobrecodificada?¹

¹ Peter Pal Pelbart (1993) em “Ecologia do Invisível” nos aponta quatro regimes de invisibilidade: o invisível imanente, o invisível transcendente, o invisível subjetivo e, por último, um regime novo de invisível, atrelado ao contexto contemporâneo, o invisível engolido pela “visibilidade imaterial da imagem”, ou seja, o aniquilamento do

E por que nos interessam os restos?

Me lembro de um dia estar andando pela rua Moreira César e ter um menino pedindo pra comprar uma caixa de balas pra ele vender, se justificando que pelo menos, não estava pedindo dinheiro e nem roubando, estava querendo trabalhar. Já tinha comprado uma vez um almoço pra este mesmo menino que fica circulando por vários pontos de Icaraí, e fiquei escutando um pouco do que ele dizia, porque não tinha dinheiro naquele momento. Uma senhora me arrastou pra longe dele e falou: “menina, você é louca de estar conversando com este pivete? Ele é o mesmo que nos assalta no ônibus”. Fiquei tão sem reação que nada respondi, deixando que ela se fosse com um pedaço de mim, com um pedaço dele. Foi ela quem assaltou, dando um violento destino para aquele jovem, roubando outros destinos possíveis dele. (Diário de campo², 21-08-2009)

Este acontecimento se avoluma a uma série de inquietações acerca da naturalização do jovem de rua como problema (“problema do Estado”, “problema da família”, “problema de segurança pública”, etc), provocando a formulação da proposta desta dissertação: a saber, como o jovem em situação de rua se constitui como um problema? Como este jovem, estabelecido enquanto resto da cidade, se transforma em problema de ordem urbana? Quais são os embates que estão em jogo nessa política atual de choques de ordem ou ordem do choque (como escrito em um muro da rua)?

Trabalhando muito próximos destes jovens, pelos estágios que percorremos ao longo da graduação, estávamos sempre em contato com as histórias, histórias sobre eles que não se permitiam escutar mais do que a sua marca de perigosos, histórias sobre eles que carregavam o tensionamento entre vítima e bandido; histórias que eles próprios contavam que não conseguiam escutar mais do que a sua marca de perigosos; histórias que carregavam o tensionamento de ser

invisível. Ao longo do texto, Pelbart vai colocando por terra este aniquilamento, pois acredita que algo sempre está a vazar.

² O diário de campo é uma ferramenta proposta pela análise institucional que traz o “fora do texto”, ou seja, o cotidiano da vivência que geralmente é escamoteado pelos critérios científicos positivistas, subvertendo a lógica da neutralidade e a objetividade do pesquisador. O diário de campo é também um modo de colocar em funcionamento outra ferramenta de intervenção importante: a “análise de implicações”. Esta ferramenta permite trazer para a cena os atravessamentos institucionais que compõem a prática da intervenção, tais como seus vínculos afetivos, políticos e libidinais. Escrever sobre as implicações é uma proposta ético-política, pois é o momento em que é possível sair do funcionamento da urgência e da pressa que perpassa o cotidiano e se deter na análise dos efeitos de sua prática no mundo. Além disso, a proposta do diário casa com a proposição desta dissertação, posto que a escrita do diário abarca tudo aquilo que compõe a pesquisa, os restos, as aparentes inutilidades, e é este o material que utilizamos aqui. Sendo assim, utilizaremos esta estratégica ferramenta ao longo desta dissertação.

vítima da sociedade e de ser bandido, matador; histórias que quando atingidas por um tufão de vento fazem as teses sobre estes jovens se embaralhar, se perder, fugindo, mesmo que momentaneamente, desses scripts em que as marcas são apenas figurantes, por ali se insinuando, querendo aparecer.

Quando arrumávamos um prato de comida, “desenrolávamos um trocado”, não conseguíamos sair dessa posição dicotômica de enxergá-los enquanto vítimas que precisam da nossa ajuda, não conseguíamos enxergar outra via possível.

Deste modo, em uma iniciativa de ensaio, de experimentação, esta pesquisa irá tentar não seguir por um dever moral³, a fim de ascender ao caminho do Bem, nem por acreditar que estes jovens se localizam na posição de vítimas e, por sua vez, dar voz a estes que não têm, ratificando-lhes o lugar no qual foram alocados. Temos visto que este “dar voz ao outro” tem sido um prato cheio para práticas de controle.

A pegada ética que esta dissertação visa percorrer quer trazer a capacidade da vida e do pensamento que nos acerca selecionar, nos encontros que produzimos, aquilo que nos faça ultrapassar um olhar condicionado pelo modo de funcionamento do poder - com regras, códigos, leis, julgamentos, distinções do Bem e do Mal que comandam como se devem ler os acontecimentos - nos conduzindo a uma experiência liberadora.

Muito se tem falado sobre a infância e a adolescência nos meios de comunicação atualmente. Em um fastidioso passar de canais da televisão uma manchete nos chamou atenção: “Infância perdida para o tráfico”. Um repórter entrevistava outros dois jornalistas que ganharam o prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos⁴ fazendo uma matéria em que estes

³ Ao fazermos a distinção entre ética e moral nos remetemos à visão ofertada por Fuganti (2006), segundo o qual o caminho ético não estaria pautado pela escolha de uma postura ou comportamento objetivando o bem comum da sociedade seguindo leis que, de acordo com o senso comum, referenciaríamos o alcance de um indivíduo justo e responsável. Esta seria uma via moral. Submetidos a esta lógica não conseguimos mais do que nos assujeitar a um esquema de recompensas e castigos, isto é, se fizermos o Bem ganhamos pontos, se fizermos o Mal somos castigados. A ética estaria relacionada ao reconhecimento, nos encontros que fazemos na vida, daquilo que nos potencializa e daquilo que nos enfraquece. Estas instâncias – bom e mau – variam conforme o contexto, não determinando como devemos ver os acontecimentos de antemão.

⁴ Vladimir Herzog foi jornalista, professor da USP e teatrólogo. Procurado pela ditadura militar, apresentou-se em 24 de outubro de 1975 ao DOI/CODI-SP para esclarecer ligações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Taxado de subversivo, Herzog foi encarcerado, humilhado, torturado e assassinado por agentes do regime militar. Conforme a versão oficial da época, o jornalista teria se suicidado, enforcando-se com um cinto. O Prêmio Jornístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos é um prêmio [brasileiro](#), concedido anualmente a profissionais e veículos de comunicação que se destacaram na defesa da [cidadania](#) e dos [Direitos Humanos](#) e Sociais. O prêmio é concedido pelo [Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo](#) desde 1979, ainda em pleno período de ditadura civil-militar.

ficaram uma semana dentro de favelas, entrevistando e “mostrando a realidade dessas pessoas”. Fazia parte desse documentário também o enfoque dos pais que perderam um filho assassinado por um “menor”, defendendo, então, a redução da maioria penal⁵. É de velho conhecimento nosso que a mídia, aqui especificamente o documentário, tem um alto poder de produzir realidade, produzir modos de pensar e agir. Neste documentário mostrava uma mãe que já tinha dois de seus filhos no tráfico e um de 12 anos querendo fazer parte também. Ela dizia para a câmera: “Não sei o que fazer com ele, ele até quer me bater às vezes”. O menino, que estava do lado da mãe, tira a máscara que ele usava pra cobrir o rosto e sai dizendo que aquilo que a mãe dizia não era verdade. E a mãe responde: “Isso é só para entrevista, moleque”. “Não queríamos denunciar ninguém, queríamos apenas mostrar a realidade”. “Jornalismo-verdade”. “Queríamos dar voz pra eles”. “Esse vídeo é para o Estado fazer alguma coisa”, falavam os premiados pelos direitos humanos. Realidade, verdade, dar voz, “feitiço da política pública”, como isso é cruel. Partindo do discurso cujo objetivo se intitula o “dar voz”, os jornalistas-inflados-neutros, chegam achando que já existe uma realidade dada e só vão lá mostrá-la, negando que produzem qualquer interferência sobre ela.

A intenção desta dissertação também não segue pela via de propor que é a partir destes restos que encontraremos a verdadeira forma de contar a história, posto que não acreditamos que há uma verdadeira história a ser contada. Tudo que é contado aqui assume uma perspectiva, um modo de olhar que traz recortes, nacos de história para a montagem de um campo problemático. No diário de campo, utilizado aqui como material de análise, expressamos nossas preocupações acerca de um fazer ético na pesquisa:

Intrometida hoje num mestrado para onde direciono as aflições de um campo problemático, busco construir ferramentas que, por dúvida das vias, caminhem na direção de uma ética da auto-invenção. Ética na pesquisa, eis a questão. O que diabos se chama de ética quando assistimos gente matando (literalmente ou morte em vida pelo abafamento das existências) por ela, em seu nome? (Diário de campo, 26-10-09)

Partilhando da mesma questão posta pelo jornalista Tony Hara (2008) quando este se utiliza

⁵ A maioria penal fixada em 18 anos é definida pelo artigo 228 da Constituição. É a idade em que, diante da lei, um jovem passa a responder inteiramente por seus atos, como cidadão adulto. É a idade-limite para que alguém responda na Justiça de acordo com o Código Penal. A criança e o adolescente com menos de 18 anos segue o referencial pautado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A discussão da redução da idade penal vez por outra retorna com força à pauta de votações no senado brasileiro. Há uma certa produção de que o ECA pouparia os “jovens infratores” de sofrer a punição proporcional ao crime cometido. Mas temos visto que a proposta educacional dirigida pelo ECA segue a mesma via da prisional, que prega a inimputabilidade penal do jovem, mas o priva de liberdade e restringe seus direitos fundamentais.

do conceito-ferramenta foucaultiano “diagnóstico do presente” para falar de sua inquietação, expressamos também nosso desassossego. Já se tornou quase lugar comum no meio acadêmico (e aqui também nos incluímos) nos depararmos com textos que definem com exatidão o tempo em que vivemos. Apontamos a falência das instituições e o sucateamento das políticas públicas, da subjetividade capturada pelo modo de funcionamento do capital, das naturalizações dos objetos, das relações permeadas pelo consumismo. Falamos da política de resultados em que não importam muito os meios desde que possamos ir além da meta, da produção de faltas fomentando o assujeitamento a outrem, do imediatismo, dos especialismos que instituem modos de ser. Fazemos o diagnóstico do presente, mas não conseguimos sair disso ou conseguimos não mais do que, no final das tragédias, dizer que queremos “produzir novos modos de existência”. No entanto, não desaparecem os denunciamentos, a linearidade do refrão triste que, desenganado ou que vê a luz lá no fim do túnel, não encontra porosidade para as fraturas nesses discursos, para as estrondosas batalhas travadas cotidianamente, que abririam um espaço de transformação possível.

Precisávamos cruzar essa fronteira da culpabilização, dos maniqueísmos, do denunciamento, do pessimismo os quais atribuía ao contemporâneo, à polícia, ao Estado, à sociedade. E é dessa vontade que nasce a pesquisa, para um vir-a-ser-outro, para ver outras coisas para além de uma terra arrasada. Diagnosticar o presente é imprescindível, rastrear as linhas de composição das problemáticas, interrogando a que elas servem, com a finalidade de descentrar o problema de seu lugar de problema e fazer gritar as outras forças em luta. Porém, não parece ser o bastante, posto que como nos lembra Hara (2008) “nosso corpo adoce ouvindo, expondo nosso corpo e nosso pensamento a uma infinidade de descrições tristes de nossa atualidade.” (p.410) Isso nos afeta, nos fazendo sentir frágeis com a impossibilidade de transformar esse mapeamento em arma, em aliado.

Será que é tudo isso em vão? Me pergunto incessantemente. Entendendo aqui estudo como luta, para que estudamos tudo isso (produção de subjetividades, criminalização da pobreza, etc)? É nesses momentos de exercício cruel do poder de matar legítimo de alguns, que me questiono. Não quero aqui defender os direitos humanos de bandido, como dizem os carniceiros, mas apostar em outro modo de resolver aquele conflito, que não apelando à morte. Foi uma cena bizarra passada maciçamente em todos os noticiários de TV, que me deu um forte enjoo e mal-estar. No dia 25-09-09, um jovem portando uma granada e segurando uma mulher como refém, tem seus miolos estourados no meio de milhões de pessoas assistindo, canais de TV transmitindo ao vivo por um sniper, atirador de elite, destinado a matar em nome do bem da sociedade. Depois de ler

em uma revista que um soldado americano escreveu em seu livro “Sound Targets”, escolhendo a sua trilha sonora para matar alguém: “Eu tenho que atirar em alguém, então preciso ficar animado”, sinceramente vejo que se trata mesmo de um espetáculo, com trilha sonora e tudo. O desfecho da cena, todos aplaudem em alívio. Um espetáculo encenado. E o repórter pergunta para o comandante da operação, vocês não podiam ter feito outra coisa ao invés de matá-lo? Em resposta: “não. Consideramos a operação um sucesso, só podíamos reagir com a imobilização total do elemento”. Imobilização, leia-se, extermínio. Busquei saber se não havia outra forma e um amigo do meu irmão que é vinculado à polícia disse que era possível usar bala de borracha. Porém os aplausos, que não ouvi só do pessoal que estava presente, mas de outras pessoas que acharam o máximo a cena do boné do cara voando, como uma cena de filme policial, demonstraram que era tal atitude a esperada pela sociedade. Como diz Foucault sobre o nazismo, “as massas desejaram o fascismo”. É essa a política que vigora no nosso mundo e isso me dá uma completa falta de sentido, uma tristeza. E agora achamos normal assistir cabeças sendo estouradas na TV, na vida? O que mais vem por aí? (Diário de Campo, 25-09-09)

Foucault (1996) nos lembra que ainda que aquilo que nós combatamos seja da ordem do abominável, não é preciso ser triste para ser militante. É preciso adotar uma outra forma de olhar, de caminhar, uma forma que destrone as categorias do Negativo de lugar (a lei, o limite, a castração, a lacuna, a falta), a impotência paralisante – posto que a impotência pressupõe uma certa onipotência sobre os eventos, como se estes estivessem à disposição do nosso querer, bastando saber manuseá-lo – para fazer correr algo que diga mais de uma proposta aberta ao intempestivo⁶ (fora desse tempo), a errar enquanto experimentação.

Recordamo-nos de uma vez em que discutíamos, em um espaço coletivo, sobre um menino atendido por um órgão da chamada rede de proteção à infância e à adolescência, e as pessoas que estiveram em contato com ele narravam sua impotência, após depositarem todo um investimento afetivo para que ele ficasse junto com a mãe e ter como “desfecho” a sua volta para a rua, para o lugar em que este afirmava se sentir melhor. Conversando, percebemos que estas pessoas que atendiam o menino e fizeram todo um esforço para ajudá-lo, se detiveram nos resultados, naquilo que se colocou como problema antes de qualquer mediação, deixando de lado o que aquela vida trazia como interpelação aos modelos, aquilo que ele dizia sobre as possibilidades de contágio com

⁶ Ser intempestivo, no sentido de Nietzsche, é pensar e agir, não como o próprio tempo, a própria época, mas de encontro à própria época ou pensar e agir ao contrário da própria época. Ser intempestivo não significa apenas contrariar a própria época, mas tomá-la pelo avesso, virá-la pelo avesso.

modos outros de existir daqueles que se confrontam com o poder cotidianamente.

Novamente coloca-se o prumo da intenção desse estudo. Diante de tantas descrições tristes, “é inútil revoltar-se?” Diante de tal pergunta, Foucault afirma que não concorda com aquele que diz que é inútil se insurgir, oferecendo-nos o conforto do nada fazer já que “tá tudo dominado”, pois “não se impõe a lei a quem arrisca a sua vida diante de um poder” (Foucault, 2006)

Basta eu acordar, que não posso escapar deste lugar, o meu corpo. Posso me mexer, andar por aí, mas não posso me deslocar sem ele. Posso ir até o fim do mundo, posso me encolher debaixo das cobertas, mas o corpo sempre estará onde eu estou. Ele está aqui, irremediavelmente: não está nunca em outro lugar. Meu corpo é o contrário de uma utopia. Todos os dias eu me vejo no espelho: rosto magro, costas curvadas, olhos míopes, nenhum cabelo mais... Verdadeiramente, nada bonito. Meu corpo é uma jaula desagradável. É através de suas grades que eu vou falar, olhar, ser visto. É o lugar a que estou condenado sem recurso. (FOUCAULT, 1966)

E é utilizando este corpo, atravessado e atado aos mais diferentes tipos de dominação, as mais sutis e inventivas investidas do poder, que nos lançamos à experiência do ensaio. O ensaio, para Foucault (1984) é “uma experiência modificadora de si no jogo da verdade” (p.13). Trata-se de fazer o corpo entrar em comunicação com poderes secretos, com forças invisíveis. Pressupõe-se que o ensaísta esteja à beira da brecha, com um olhar leve, ágil, sempre renovado, um olhar estrangeiro, mirando a tudo com um ar de novidade, tal qual a criança, atento ao que esta brecha enuncia de quebra ao instituído. Quando se enverga a esta posição, o risco é o seu único companheiro, mas não se trata aqui do risco incentivado pelas formas do poder que estimula o aventurar-se para escamotear a falta de emprego, a instabilidade econômica e política, etc. Cabe levar em conta a multiplicidade de sentidos que esta palavra nos oferece e, principalmente, as apropriações a serviço do mercado.

Foucault (2004) trabalha com a figura do navio como a heterotopia⁷ por excelência. Aquela que emprestou pernas aos homens em busca da verdade, a verdade estando sempre para além do horizonte serviu para descobrir novas rotas marítimas comerciais possibilitando ampliação da

⁷ Sobre as heterotopias Foucault (2009) diz: “Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados, invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles refletem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias (...)” (p.415)

exploração das riquezas das terras; no entanto, é um lugar sem lugar, fechado sobre si mesmo, como se fosse um estado experimental lançado ao infinito do mar. Navegar, deste modo, pressupõe o risco, o se lançar sobre águas vertiginosas que desestabilizam os esteios do saber, nos caminhos desconhecidos por onde circulam os invisíveis e, assim, serve como problematizador das existências ancoradas e aportadas em um só lugar.

Não convocamos para esta dissertação as imagens do navio e do mar por mera ilustração, para uma estética vazia. Utilizamos-nos delas pois aquilo que trazem como uma imagem nômade nos servirá para construir o problema que incentiva a escrita. Seguindo a linha do pensamento foucaultiano, não basta fazer só o diagnóstico do presente, é necessário apontar as fissuras, as batalhas que se tecem cotidianamente.

Aprendamos com aqueles cujo tempo é o ainda, ou o “apesar de, se vive”⁸, como nos diz Clarice Lispector (1991), o tempo e o espaço no qual a vida se expressa. Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa da rede de vigilância e controle, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a esta rede: que modos de fazer (também ínfimos e cotidianos) jogam com os mecanismos do controle e não se assujeitam, a não ser para modificá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou dominados?) e dos processos silenciosos que organizam a ordenação sócio-política?

Quando dizemos “aprendamos”, queremos afirmar que os jovens nas ruas se inscrevem como um recorte, como uma “ferramenta” importante para torcer ou mesmo dobrar⁹ nossos modos de viver, para nos perguntarmos o que temos feito de nós mesmos, quando nos deparamos com e pedimos tantas leis, soluções, remédios, tanta coerção, controle e constrangimento. Peter Pal Pélbart (2003) fazendo uma releitura do termo de Giorgio Agamben, “vida nua”, sustenta que o biopoder contemporâneo não se atém mais ao fazer viver ou fazer morrer, mas ao fazer sobreviver. Esta sobrevivência reduz o homem a uma dimensão residual, não humana, vida vegetativa, vida nua, vida concebida como um mero fato, retirada da sua potência de variação.

⁸ “... uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para a frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia que insatisfeita foi a criadora de minha própria vida”. (Lispector, 1991, p.26)

⁹ O conceito de dobra de Deleuze (1986) proporciona uma visão de ininterrupção do dentro e do fora, do sujeito e do social. A subjetivação diz respeito aos diferentes modos de subjetividade no território social, não se limitando ao sujeito, mas aos acontecimentos que envolvem ou não os sujeitos, de forma singular e múltipla. Refere-se a um processo de transformação simultâneo do fora e do dentro que abole com um interior pessoal separado do social. Ao contrário, a interioridade se produz como um dobramento das forças do exterior.

O biopoder, então, produz corpos descartáveis, tornando-nos todos assassinos e, ao mesmo tempo, matáveis. Todos fazemos funcionar esse poder - visto que ele não é negativo, mas sutil, capilarizado, produtivo e não localizado (se estabelece nas relações) - ao vigiarmos, ao pedirmos punição, ao nos assujeitarmos à sobrevida: o intelectual à espera de um cargo na burocracia estatal; as minorias defendendo especificamente o “seu lugar” na sociedade; o artista-acadêmico; o chefe de escola; os partidos políticos obedientes ao jogo político do momento; ao aceitarmos que não existe outro modo de conduzir a vida. O poder incide em todos os âmbitos da vida, de maneiras imperceptíveis, portanto, quanto mais invisível é o poder, mais eficaz ele é. Se trata de um poder que não se restringe mais aos confinamentos (escola, fábrica, hospital, prisão), mas que se espraia, jorrando suas engrenagens para fora, produzindo formas ultra rápidas de controle ao ar livre, procurando abarcar os diferentes modos de vida e reduzi-los a um único possível. No entanto, o invisível que o capital faz funcionar não é da ordem do imprevisível, mas o invisível capturado pelo regime de “visibilidade total” colocado, em especial, pelos meios de comunicação. A produção de visibilidade excessiva, formulação de sentidos para tudo nos impede de conseguir acessar o que está ali querendo introduzir-se, mas que foi obstruído. Deste modo queremos arejar, despoluir o invisível deglutido pela quantidade de informações, nesta dissertação.

O filme de Martin Scorsese, “Shutter Island” (Ilha do Medo) traz algumas questões para pensarmos os movimentos do poder e as identidades. O filme se passa todo em um hospital psiquiátrico para os criminosos mais perigosos. Localizado numa ilha, se trata dos anos 1950, com as marcas do nazismo ainda latejando, com as feridas expostas. O filme faz interlocução com os campos de concentração nazista, lembrando que este passado não morreu com a democracia instaurada. O personagem do ator Leonardo Dicaprio é um detetive que, investigando uma suposta fuga de uma paciente psiquiátrica, acaba por se enredar na trama. É muito curioso, porque a trajetória do filme se embola tanto, que ele acaba se tornando o louco. No finalzinho do filme, vamos descobrir que ele é o paciente psiquiátrico, sendo o mais perigoso deles, e criou a história da paciente psiquiátrica em fuga para justificar sua presença no hospital. E ficamos com esse ponto de interrogação, sem saber se ele é louco e criou toda aquela história ou se fizeram dele um louco. A suposta paciente desaparecida que provoca a ida do detetive à Ilha é encontrada por ele e afirma ter sido médica daquele hospital, porem, quando tentou ser contra todo aquele modo de funcionamento do hospital, tomaram-na como louca. Por isso ela fugia. Diz ela para o “detetive”: “quando eles te intitulam de louca não tem mais nada que você possa fazer, pois todo o comportamento que você tiver vai só ratificar essa intitulação”.

Utilizamos essas imagens para trazer a questão das identidades dos jovens, principalmente os pobres, quando lhes dizem que são perigosos, não conseguirão ouvir mais nada além da latejante marca da periculosidade, todos os seus comportamentos vão dizer isso deles. Transformaram-no em louco ou ele é realmente paciente psiquiátrico da ilha? Preso na ratoeira, ele não tem mais o que fazer a não ser aceitar sua condição ou morrer resistindo. É no contexto da produção de subjetividade que se explicam esses movimentos. Mais do que atravessar nossos corpos, somos constantemente engendrados nesse modo de funcionamento do capital, porque não existe produção fora do seu tempo.

Assim, fica a pergunta: Como então trabalhar com esse invisível, no sentido do que está em vias de tornar-se diferente do que é, em meio a este diagnóstico do presente?

Lispector (1978) nos dá a dica:

Clarice tem sido companheira frequente nessas novas angústias de estar mestranda. Não que ela apazigue minhas angústias, pelo contrário, ela as redimensiona transformando-as em angústias pulsantes, vasculhantes de sentido, que não se contenta com o modo que as coisas são, tirando-as do lugar-comum. Em recente divulgada entrevista com ela, o interlocutor lhe pergunta sobre qual escrito ela mais gostava e ela respondeu: “Mineirinho”. Esse texto-arma fala sobre o temido bandido fuzilado pela polícia do Rio em 1962. Clarice revela sua indignação com o modo como Mineirinho foi morto, com 13 tiros e da forma como temos conduzido a vida e chamamos isso de vitória nossa de cada dia.

MINEIRINHO - Clarice Lispector

É, suponho que é em mim, como um dos representantes do nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora. E por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes. Perguntei a minha cozinheira o que pensava sobre o assunto. Vi no seu rosto a pequena convulsão de um conflito, o mal-estar de não entender o que se sente, o de precisar trair sensações contraditórias por não saber como harmonizá-las. Fatos irreduzíveis, mas revolta irreduzível também, a violenta compaixão da revolta. Sentir-se dividido na própria perplexidade diante de não poder esquecer que Mineirinho era perigoso e já matara demais; e no entanto nós o queríamos vivo. A cozinheira se fechou um pouco, vendo-me talvez como a justiça que se vingue. Com alguma raiva de mim, que estava mexendo na sua alma, respondeu fria: "O que eu sinto não serve para se dizer. Quem não sabe que Mineirinho era criminoso? Mas tenho

certeza de que ele se salvou e já entrou no céu". Respondi-lhe que "mais do que muita gente que não matou". (...) Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais. Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonesa, que eu não exerça a minha revolta e o meu amor, guardados. Se eu não for sonesa, minha casa estremece. Eu devo ter esquecido que embaixo da casa está o terreno, o chão onde nova casa poderia ser erguida. Enquanto isso dormimos e falsamente nos salvamos. Eu não quero esta casa. Quero uma justiça que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo em Mineirinho — essa coisa que move montanhas e é a mesma que o fez gostar "feito doido" de uma mulher, e a mesma que o levou a passar por porta tão estreita que dilacera a nudez; é uma coisa que em nós é tão intensa e límpida como uma grama perigosa de radium, essa coisa é um grão de vida que se for pisado se transforma em algo ameaçador — em amor pisado; essa coisa, que em Mineirinho se tornou punhal, é a mesma que em mim faz com que eu dê água a outro homem, não porque eu tenha água, mas porque, também eu, sei o que é sede; e também eu, que não me perdi, experimentei a perdição. A justiça prévia, essa não me envergonharia. Já era tempo de, com ironia ou não, sermos mais divinos; se adivinhamos o que seria a bondade de Deus é porque adivinhamos em nós a bondade, aquela que vê o homem antes de ele ser um doente do crime. Continuo, porém, esperando que Deus seja o pai, quando sei que um homem pode ser o pai de outro homem. E continuo a morar na casa fraca. Essa casa, cuja porta protetora eu tranco tão bem, essa casa não resistirá à primeira ventania que fará voar pelos ares uma porta trancada. Mas ela está de pé, e Mineirinho viveu por mim a raiva, enquanto eu tive calma. Foi fuzilado na sua força desorientada, enquanto um deus fabricado no último instante abençoa às pressas a minha maldade organizada e a minha justiça estuprificada: o que sustenta as paredes de minha casa é a certeza de que sempre me justificarei, meus amigos não me justificarão, mas meus inimigos que são os meus cúmplices, esses me cumprimentarão; o que me sustenta é saber que sempre fabricarei um deus à imagem do que eu precisar para dormir tranquila e que outros furtivamente fingirão que estamos todos certos e que nada há a fazer. Tudo isso, sim, pois somos os sonsos essenciais, baluartes de alguma coisa. E sobretudo procurar não entender. (...)

(Diário de Campo, 24-08-2009)

Lispector retrata o abalo que o assassinato de Mineirinho atíça em seu corpo, o quanto este assassinato também diz do modo como leva sua vida, nos incitando a pensar que se despersonalizarmos a discussão desta dissertação, isto é, tirarmos a nomenclatura “jovens pobres de

rua”, não estaríamos falando de nós mesmos? Do quanto fazemos operar esta sobrevida ao reduzirmos as possibilidades em uma única via possível? Do quanto isto nos diz respeito?

“Quero uma justiça que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo em Mineirinho — essa coisa que move montanhas e é a mesma que o fez gostar "feito doido" de uma mulher, e a mesma que o levou a passar por porta tão estreita que dilacera a nudez (...)”. A pergunta espinozista aqui se faz de grande importância: “o que pode um corpo?” O que pode um corpo para além do que está predestinado, para além de sua identidade, para além das opções já montadas por aí? Afinal, o pensamento Ocidental fez cada vez mais separar o corpo daquilo que ele pode. Seria, talvez, a diferença proposta por Pélbart, ao falarmos em poder sobre a vida, falar também da potência da vida, a vida que pode margear outros horizontes, outros territórios.

Desta maneira, apostamos no posicionamento político colocado por Walter Benjamin (2000) “a única forma de fazer justiça aos restos é usá-los”. E aqui incide nossa metodologia. Para tanto, nos serviremos de duas figuras trabalhadas por Walter Benjamin: o colecionador e o trapeiro. Em um trabalho em prosa, Baudelaire descreve a atividade do trapeiro.

Eis um homem encarregado de apanhar os detritos de um dia da capital. Tudo o que a grande cidade rejeitou, tudo o que ela perdeu, tudo o que ela desdenhou, tudo o que ela quebrou ele cataloga e coleciona. Ele compulsa os arquivos do passado, os cafarnauns dos dejetos. Faz uma triagem, uma escolha inteligente; recolhe, como um avaro recolhe um tesouro, as imundícies que, re-elaboradas pela divindade industrial, se tornarão de novo objetos de utilidade ou prazer. (ROUANET & PEIXOTO, 1992, p. 64)

É Walter Benjamin (1989) que irá associar a imagem do trapeiro ao do colecionador. Essa descrição do trapeiro o aproxima de outra figura que fascina o flâneur – o colecionador. Não é por acaso que Baudelaire condensou numa só essas duas figuras, quando escreveu que o trapeiro “cataloga e coleciona”. Também o colecionador se interessa por objetos descontextualizados, juntando-os segundo uma ordem que só para ele vale. Ele reúne objetos que perderam todo valor de troca e todo valor de uso. A tarefa do colecionador é a transfiguração das coisas. Seu trabalho é o de retirar das coisas, pela posse, seu caráter de mercadoria. Mas em vez de devolver-lhes o valor de uso, o colecionador lhes atribui um valor idiossincrático, determinado por seu interesse de “conhecedor”. Ele é o trapeiro dos objetos mortos, retira-os do seu habitat, e os faz renascer num novo universo relacional. Com isso, ele estabelece uma nova relação com a história. “O colecionador sonha não somente um mundo distante ou passado como um mundo melhor... em que

as coisas estão libertas de serem úteis” (Benjamin apud Rouanet & Peixoto, idem, p. 53).

Com isso, faremos da circulação uma metodologia. Catar fragmentos da cidade, num modo de ser pesquisador trapeiro, colecionador, transformar os restos enquanto fragmentos, politizar estes restos trabalhando naquilo que eles têm a nos dizer sobre as políticas do contemporâneo. Politizá-los consiste em utilizar suas histórias para romper com uma determinada concepção de história linear e evolutiva. Numa via de mão dupla, a circulação destes jovens nas ruas irá permitir intervir sobre um discurso unívoco de identidade, sobre a história oficial, sobre a utilização dos espaços e seus efeitos nas subjetividades. Andar pelas ruas, ter o olhar aguçado para o que a cidade nos mostra como texto, requer um andar outro, desacelerado, detido, visceral, como diz Gilles Deleuze (1988), estar à espreita do acontecimento, tirar o GPS's¹⁰ da bolsa e se deixar navegar pelo corpo.

A prática da circulação não surge do nada neste texto, ela advém de uma experiência de estágio em um conselho tutelar em que o circular pelos diferentes espaços que constituíam o conselho - tais como: atender telefone, participar da triagem dos usuários, redigir um encaminhamento, fazer café, para além dos espaços típicos do estagiário de psicologia de atender com o conselheiro ou a psicóloga – era imprescindível para nossa intervenção, posto que assim tínhamos mais contato com a rotina, com os funcionários, com os usuários. Fazendo funcionar efetivamente o que entendemos por pesquisa-intervenção¹¹, pesquisa como ação, como construção de espaços, como a análise das engrenagens políticas que estão colocadas nas situações. É um modo de intervenção, na medida em que recorta o cotidiano em suas tarefas, em sua funcionalidade, em sua pragmática – variáveis imprescindíveis à manutenção do campo de trabalho.

A prática de circulação entre espaços já configurados (universidade, escola, família, equipes psi) produz uma lógica de circularidade, que, diferentemente da sequencialidade (relações causa-efeito), busca, no incessante retorno, apontar as produções de diferença, de alteridade. Uma circularidade não fechada, mas que produz, a cada retorno, uma

¹⁰ O **Sistema de Posicionamento Global**, popularmente conhecido por **GPS** (do acrônimo/acrônimo do original inglês *Global Positioning System* ou do português "Geo-Posicionamento por Satélite"), conforme o nome diz, inclui um conjunto de satélites. É um sistema de informação eletrônico que fornece via rádio a um aparelho receptor móvel a posição do mesmo com referência às coordenadas terrestres. Além de sua aplicação óbvia na aviação geral e comercial e na navegação marítima, qualquer pessoa que queira saber a sua posição, encontrar o seu caminho para determinado local (ou de volta ao ponto de partida), conhecer a velocidade e direção do seu deslocamento pode-se beneficiar do sistema. Atualmente o sistema está sendo muito difundido em automóveis com sistema de navegação de mapas, que possibilita uma visão geral e detalhada da área que você está percorrendo.

¹¹ De acordo com Barros (2007) sabemos que a pesquisa-intervenção visa interrogar os diversos sentidos cristalizados nas instituições. Trata-se de produzir evidências que visibilizem o jogo de interesses e de poder encontrados no campo de investigação. A pesquisa-intervenção, assim, se interessa por modos de funcionar, por aquilo que tem corpo e por aquilo que a gente não vê, mas que produz realidade.

pequena (e talvez mínima) diferença. (MARASCHIN e PALOMBINI, 2007, p.17)

O que o capital nos propõe enquanto circulação são sólidas mudanças, no que Guattari e Rolnik (2005) nomeiam de sobrecodificação. As mudanças são fomentadas para acompanhar a volatilidade do mercado. O que insurge como diferença é rapidamente capturado\sobrecodificado para trabalhar rapidamente em sua manutenção.

Em se tratando do jovem nas ruas, a palavra de ordem usada não só por policiais, mas própria de práticas policiais, o “circulando, circulando”¹², para além da assepsia das ruas, é uma prática que engendra aprisionamento, paralisia, pois não está fazendo nada mais do que colocar esse jovem no seu suposto lugar, o lugar de delinquente, perigoso, escória, descartável, perturbador da ordem.

Nestes jogos com as várias apreensões das palavras, os vareios ou desvarios do dizer, buscamos o tensionamento que elas trazem, o tensionamento provocado pelos paroxismos da vida. É claro que se faz necessária a clareza conceitual, porém a tensão traz com ela a proposta de que não existe uma verdade, um uso correto a ser perseguido e sim proposições éticas instaladas na provisoriedade dos jogos de verdade.

Inspirados pelo conceito de agenciamento proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), no que concerne à construção dos objetos a partir dos encontros¹³, tendo como prerrogativa a correlação de forças em luta e, ao mesmo tempo, o trabalho de Foucault (2003) sobre a vida dos homens infames. Nos lançando na experiência do ensaio, a presente dissertação pretende utilizar-se dos fragmentos. Tomando fragmentos enquanto práticas e discursos que produzem, em um mesmo movimento, modos de subjetivação; práticas que, nas macro e micropolíticas do cotidiano, se montam enquanto discursos verdadeiros produtores de real. Cabe enfatizar que estes fragmentos não estão dispostos no mundo, bastando colhê-los, mas se faz necessário construí-los enquanto tal, aquilo de que nos fala novamente Foucault, acontecimentalizar subjetividades e espaços, isto é, colocar em análise os processos em suas descontinuidades, em sua condição de invenção.

¹² No decorrer deste trabalho explanaremos melhor a diferenciação entre circulação e mobilidade. O que podemos adiantar é que esta fala policial faz parte de uma política de mobilidade.

¹³ Blanchot apud Queiroz (2008) trabalha com o conceito “encontro”, um encontro que, nas suas dobras, traz toda a tensão e toda a diferença, que liga uma figura a outra, formando um verdadeiro bloco de sensações, uma pluralidade de forças, um encontro que não significa que se obterá uma hipótese confirmada, ou a tão sonhada resolução, mas que se monta na busca, num movimento que não cessa.

Em “A vida dos homens infames”, Foucault (2003) vai dirigir seu estudo àquelas vidas ínfimas que somente deixaram seus vestígios quando em choque com o poder, quando sua existência, de algum modo, trouxe alguma perturbação à ordem e fez com que fosse aprisionada pelo discurso do poder. A fim de restituir a intensidade dessas vidas, o que elas fazem ver, o que elas afirmam, o autor se dispõe a coletar estas histórias lá, onde elas falam por si próprias, no entanto, o que resta de seus relatos são apenas alguns gritos, atitudes, astúcias, intrigas, em meio à enxurrada de palavras **sobre** eles. E são estes relatos que se constituem como armadilhas, armas que des governam o poder que recai sobre eles .

A metodologia inventada por Foucault para dar conta de algo que, segundo suas palavras, extravasa qualquer racionalidade, entra no ritmo que esta pesquisa foi tomando. De início, com intento de materializar a proposta de colocar o que dizem essas vozes no momento em que escapam do cárcere identitário, queríamos ir às ruas ouvir o que os meninos que circulavam nelas tinham a dizer. Eduardo Coutinho, importante cineasta brasileiro, acredita que numa entrevista, quando a câmera é posta em ação, o que surge é aquilo que o entrevistador espera como resposta, a própria forma como ele dirige a pergunta já guia a entrevista para um lugar esperado por ele. Além disso, me latejavam algumas perguntas: Qual impacto que tal pesquisa tem na vida desses jovens? Seria ético usar as pessoas e produzir um discurso que, se não agia em prol da transformação, era por princípio, desvitalizado? Age em proveito de quem? Nosso? Que retorno poderia a pesquisa dar a estas vidas?

Preocupados com a condução dessas conversas que estipulamos como metodologia, se nelas adviriam somente o que satisfizesse a vontade do pesquisador, de um modo unidirecional, e também, a fim de produzir algo que nos fizesse deslocar de um pensamento salvacionista, posto que um modo de fazer justiça aos restos é usá-los, precisaríamos utilizar um instrumento que comportasse, não a vontade de sermos neutros, mas a sua potência de se estabelecer enquanto interpelador do presente.

Trabalhar com fragmentos é visibilizar os confrontos dessas existências infames, desses restos, com aquilo que lhes possibilitou, por um instante, receber atenção: registro de prontuário, vidas fichadas em páginas policiais, etc. Em nossos percursos de estágios da graduação passamos por alguns estabelecimentos filantrópicos, conselho tutelar, saúde mental. A prática do registro em prontuários é muito comum nesses locais, neles estão contidos o histórico não só institucional, mas de vida, ali estava retida toda “a verdade” sobre o sujeito, sem possibilidade de contestação. Assim,

“quanto mais fala mais some sem deixar vestígios” (Baptista, 2001), isto é, “tudo que disser poderá ser usado contra você”. Estas palavras, balizadas por regimes de poder, interferem, conduzem, constroem realidades, muitas vezes, matam.

No momento da páscoa de 1976, um obscuro detento de uma prisão de província morreu em consequência de uma longa greve de fome que ele fez porque, em seu prontuário judicial só se registrara suas falhas, seus desvios da norma, sua infância infeliz, sua instabilidade conjugal, e não suas tentativas, suas buscas, o encadeamento aleatório de sua vida. Foi, ao que parece, a primeira vez que uma greve de fome resultou em morte numa prisão; a primeira vez, também, que foi feita por motivo tão extravagante (DONZELOT, 2001, p.209)

Em parceria com a pesquisa-intervenção, que trará a possibilidade de construção de espaços de intervenção, em que pesquisador e pesquisado se montam no momento mesmo da pesquisa; com o diário de campo colocando implicações e afetações na roda das discussões, com o modo colecionador-trapeiro-nômade da circulação, a utilização dos fragmentos permitirá usar o saber de modo estratégico, o saber não para compreender, mas para cortar verdades irrevogáveis. Quando um poder incide sobre a vida e esta escapa, faz aflorar a dimensão do impensado, do invisível.

Os fragmentos - sejam fragmentos de cenas urbanas, seja de livros, jornal, televisão, Estatuto da Criança e do Adolescente, prontuários de órgãos de proteção à infância e adolescência, etc. - serão apresentados como analisadores¹⁴, como tensores de um enredo inacabado, inesgotável. Pois

há sempre um pouco de pensamento mesmo nas instituições mais tolas, há sempre pensamento mesmo nos hábitos mudos. A crítica consiste em caçar esse pensamento e ensaiar a mudança: mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si, não o seja mais em si. Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. (FOUCAULT, 2004, p.10)

Na trama das tensões queremos puxar alguns fios da história. No entanto, nesta composição, a história possui muitos fios e as linhas que pretendemos desenvolver dizem respeito ao resto que não pôde ser historiografado. É sabido que o historiador deve guardar a exatidão e a precisão

¹⁴ Lourau (1993) define **analisadores** como aqueles acontecimentos que podem agitar a intervenção socioanalítica permitindo fazer surgir, com mais força, uma análise; que fazem aparecer, de um só golpe, a instituição "invisível".

histórica (afinal, fatos ocorreram, têm datas e lugares, etc) apenas para saber em que ponto da narrativa linear se deve fraturar, inserir silêncios, mostrar os vazios. Águas passadas aqui movem moinhos, porque é entendido como inacabado, incompleto e não como tempo que passou. Nesse passo, que outras histórias podem ser contadas para além da história da infância narrada pelos logos? O que estas outras histórias, de jovens nas ruas, de existências-clarão, de poemas-vida, oferecem de interrupção às identidades, que não lhe dão mais do que destinos bem traçados, histórias com início, meio e fim, e as políticas de ordem?

Foucault (2006), em uma de suas aulas do Collège de France, do curso “O poder psiquiátrico”, fala dos poderes soberano, disciplinar e do biopoder e, ao invés de contar a história usual da psiquiatria, discursa sobre o rei que perdeu a coroa e o seu reinado depois de ter ficado louco e ser internado como um qualquer. Aquele que lhe dirige o tratamento diz que ele não é mais soberano, que deve ser dócil e submisso. Seus antigos pajens ainda estão lá para atender suas necessidades, porém está sob sua inteira dependência, devendo-lhes obediência. Um dia, o alienado, em um de seus delírios, enche o médico de seus dejetos e imundices. Um dos pajens entra no quarto e agarra o delirante pela cintura, também reduzido a um estado de sujeira, derruba-o na pilha de colchões, despe-o, limpa-o com uma esponja, troca suas roupas e, olhando para ele com altivez, afasta-se logo em seguida e volta para seu lugar. Este é um texto de Pinel que Foucault utiliza para analisar as relações de poder que estão entrando em cena naquele momento histórico. A queda do rei diz de não mais um poder de soberania, mas

um poder anônimo, sem nome, sem rosto, é um poder que é repartido entre diferentes pessoas; é um poder, sobretudo, que se manifesta pela implacabilidade de um regulamento que nem sequer se formula ... é o mutismo do regulamento que vem de certo modo ocupar o lugar deixado vazio pela descoroação do rei. (...) poder anônimo, múltiplo, pálido, sem cor, que é no fundo o poder que chamarei de disciplina. (...) Ora, na verdade, há outra cena que não teve a sorte dessa, se bem que, por motivos que é fácil compreender, teve grande repercussão na época. (...) é uma cena que tem importância porque põe em cena exatamente o que podia ser, desde essa época, a prática psiquiátrica enquanto manipulação regrada e concertada das relações de poder. (FOUCAULT, 2006, p.25)

Pretendemos, nesta corrente, visibilizar as táticas cotidianas de transviar (vias transversais) a ordem que insistentemente quer engolfá-los, outras formas de contar esta história, que traga as lacunas, os vazios, as discontinuidades, as ruínas que estão prenes de histórias, histórias

silenciadas pela história oficial, mas que estão se guerreando para irromper no presente, desbotando o sentido narrado pela história dos vencedores.

Uma propaganda publicitária, que certa vez vimos na rua estampando a traseira de um ônibus dizia: “o que não é visto, não é lembrado”. Diante desta afirmativa, retorna novamente a importância política de compor parcerias com estas histórias, renegadas aos porões da história oficial, fazer mais do que o diagnóstico do presente, mas também atuar sobre ele. E compor parcerias para que? Por bondade? Por um mundo de paz no qual todos sejam iguais? Por querer inclui-los? Não. Para dizer do invisível, do impensado, de outros modos possíveis de se habitar o mundo.

A psicologia, lugar de onde falamos, nos convoca a todo momento, a nomear, diagnosticar, tirar o nublado das existências e “configurá-las” na visibilidade do “quem é você”. O invisível, o impensado (o não pensado) nos viabiliza a sair desses problemas prontos que chegam a nós psicólogos. O quem se é já não importa, importa o que estamos em vias de diferir. Descentraliza-se, assim, o poder que arrogamos ter de oferecer explicações para o mundo e ativamos o agenciamento.

Façamos saltar estes porões com toda sujeira que lhes é conferida. Compreendendo a cidade como escritura em que uma multiplicidade de textos se superpõem, façamos aparecer os rastros das pesadas pegadas cobertas de cimento. Em 1962, Primo Levi escreve seu segundo livro, “A trégua”, onde narra o longo caminho que percorreu para voltar para casa, em Turim. Dez meses transcorreram do dia em que os soviéticos entraram em Auschwitz até sua chegada em casa, em Turim. O livro se inicia no ponto em que o anterior termina. Ou seja, nos primeiros dias de janeiro de 1945, quando os alemães abandonam Auschwitz. Entre os que perderam a vida depois dessa retirada, havia uma criança, Hurbinek, talvez de três anos, nascida em Auschwitz, e de quem nenhum vestígio restou a não ser a referência no livro de Levi. “Morreu no começo de março, sem nome, sem jamais ter visto uma árvore, liberto, mas não redimido. Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras”. (LEVI, 1962)

Esta passagem de Levi (1962) é trazida ao texto para fazer menção à discussão sobre invisibilidades e visibilidades no contemporâneo que proporemos aqui. Ao longo da apresentação viemos afirmando a importância de visibilizar as lutas, de remexer na história versada pelos vencedores, no entanto, o que é esta visibilidade quando temos assistido cada vez mais os meios de comunicação veiculando matérias acerca da juventude pobre nas ruas, pautados no discurso de que

é preciso dar voz a estes anônimos da cidade?

Sendo assim, abrindo caminho para expandir estas questões, no primeiro capítulo desta dissertação pretendemos trazer alguns elementos para pensar a problemática da identidade referente à adolescência. Para tanto colocamos em análise o conceito de adolescência situando-o em uma visada histórica, debruçamo-nos em pesquisas da área da psicologia do desenvolvimento e suas implicações no que se entende por adolescência hoje. Essa problemática tem sua importância na medida em que ela contribuirá para pensarmos a criação de cada vez mais leis de restrição ao espaço da rua, em nome da garantia de direitos, direcionadas a jovens pobres nas ruas.

O segundo capítulo, “Daquilo que se refere ao espaço: a cidade viva”, será norteado e desenvolvido a partir das perguntas: Como o jovem em situação de rua se constitui como um problema? E mais ainda, como este jovem, estabelecido enquanto resto da cidade, se transforma em problema de ordem urbana? Quando tomados como problema de antemão, as políticas públicas são todas dirigidas a solucionar isto que já está dado como problema. Esta discussão será desenvolvida a partir da historicização do aparecimento da questão do urbano, do local da rua como portador de perigo. Veremos que a cidade, assim como estes jovens, na medida em que aparatos são criados para decifrá-los, diagnosticá-los, estes se cifram novamente, porque seus rearranjos não cessam, não têm paz.

Depois de traçada a história da cidade como fenômeno urbano, o terceiro capítulo se dedicará às políticas de ordem que compõem a atual sinfonia das cidades. Assim, apontaremos quais os embates que estão em jogo nessa política atual de choques de ordem ou “a ordem do choque”. Serão exploradas, principalmente, algumas investidas do poder público do município de Niterói com relação aos jovens que circulam nas ruas. Nesta mesma melodia, será discutido como a rua foi se constituindo depois da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sob os discursos de proteção e garantia de direitos.

Iremos nos interrogar sobre o que estas vidas de jovens pobres que circulam nas ruas têm a nos dizer sobre o modo de viver contemporâneo. Por que é importante narrá-las? Para pensar sobre esta questão, será dado destaque à discussão sobre a produção de visibilidades e invisibilidades. Por mais que pululem notícias, matérias nos meios de comunicação sobre estes jovens, será que não há mais nada a ser dito sobre eles? Dando continuidade às análises, dispendo-nos como colecionador-trapeiro, naquilo que diz de seu modo de transfigurar o valor das coisas, serão trazidas nesta

dissertação histórias dos meninos que circulam nas ruas, tiradas de suas falas. Aqui nossas falas (as nossas e as deles) se (entre)laçam, posto que comporemos suas histórias juntos. É muito comum dizerem que esses “meninos de rua” mentem, dissimulam, inventam acerca de suas histórias; no entanto, por dúvida das vias, pegaremos a indicada pelo poeta Manoel de Barros que afirma que “a invenção serve para aumentar o mundo”, precisando ser salvo da pobreza das descrições simples. Deste modo, a verdade e a mentira tomam um sentido extramoral, sendo que a “mentira” e a invenção se constituem como o que há de mais real para eles. Assinalando o perigo das histórias únicas e tendo a invenção como método montaremos histórias, a partir de conversas que tivemos com esses meninos ao circularmos pelas ruas de Niterói no período de 2009 a 2011, que servirão como provocadoras do presente. Nesta experimentação tentamos nos desviar de uma perspectiva moralista, ensaiando uma outra forma de ver, de intervir. Com esta proposta, tentaremos pensar, para além das culpabilizações e denunciamentos, os pontos de microfascismos que povoam nossas práticas. E também problematizar uma discussão recorrente quando se trata de jovens nas ruas: “Rua é bom ou ruim para seres em desenvolvimento?”. Como sair dessa moralização da rua e tentar pensar na vida de um modo mais amplo?

Capítulo I - Daquilo que se refere ao tempo: escandir ou expandir a vida?

Os gregos antigos tinham três palavras para o tempo: Chronos, Kairos e Aion. O primeiro refere-se ao tempo cronológico (ou sequencial) que pode ser medido, Kairos significa "o momento certo" ou "oportuno": um momento indeterminado no tempo em que algo especial acontece. Aion, para o filósofo Gilles Deleuze (2003), é o tempo do acontecimento, ao mesmo instante não-tempo e um tempo em que tudo pode acontecer.

Escandir – Medir, calcular, enumerar

Expandir – Aumentar, estender, desafogar-se

1.1 – Adolescência na corda bamba da história: “quando a vida pede um pouco mais de alma, a vida não para, a vida não para não”.¹⁶

Em 1954, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução aconselhando os países a escolherem um dia para celebrar a infância. Em 20 de novembro de 1959, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Crianças, e esta data passou a ser usada por muitos países para celebrar o Dia das Crianças. No Brasil, a data de 12 de outubro foi institucionalizada em 1924 por decreto do então presidente, Arthur Bernardes. Mas, segundo o professor Barros, ela não era quase comemorada até os anos 1960, quando duas grandes marcas de produtos infantis se juntaram para fazer uma campanha que ficou conhecida como a “Semana do Bebê Robusto”. "As marcas incentivavam a saúde e a aparência das crianças, que poderiam ser aprimoradas, é claro, com seus produtos. Assim, foi criado o hábito de se presentear nessa data." (SANCHEZ, G. 2009)¹⁷

Por que dedicar um espaço-tempo para pensar sobre identidades? Por que inserir a adolescência nessa discussão? A proposta de pensar identidades com relação à adolescência, a vida

¹⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Chronos>

¹⁶ Trecho da música “Paciência” de composição de Lenine e Dudu Falcão.

¹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0.,MUL1335975-17397.00-ATE+SECULO+XX+CRIANCAS+ERAM+TRATADAS+COMO+PEQUENOS+ADULTOS.html>

em fases, nesta dissertação se faz necessária, pois é a partir de um referencial identitário que se elaboram uma série de palavras e políticas de ordem, em que inúmeros discursos especializados convergem para fomentar e respaldar um ideário de disciplina e pureza. Além disso, a adolescência é o que os estudiosos chamam de a fase da crise de identidade. É a partir desse trabalho que iremos discutir trechos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua prerrogativa de proteção. A adolescência, tomada enquanto futuro da nação, posto que está num incessante preparatório para ocupar o lugar de engrenagem para o progresso do país, que requer intervenções, “endireitamentos”, aconselhamentos, pesquisas, etc.

Como psicólogos, já nos apontou Baptista (1992), somos possíveis candidatos à amoladores de facas. Quando, por exemplo, alguém pergunta: “quem é você?”, “quem afinal é você?” inscreve a dúvida no receptor da questão, de que quem ele acha que é, não corresponde ao que é verdadeiramente. Neste momento é estabelecida uma relação de dependência à resposta de outrem, que deterá uma verdade singular a esta pergunta. No entanto, o especialista confronta o demandante dizendo que a sua verdade está nele mesmo, cabendo a si a tarefa de buscar-se. Deste modo, a interrogação do “quem é você?” se desdobra em “quem sou eu?” lançando o sujeito em uma procura infinita por identidade. “No momento em que se pede ao sujeito para se constituir a si mesmo como objeto, de se objetivar, pede-se-lhe também para morrer para si mesmo”. (GROS, 2008, p.138)

A psicologia, a sociologia, a antropologia e os outros *logos* que se interessam pelo discurso do outro têm importante repercussão de seus estudos sobre a adolescência na sociedade. Suas pesquisas, com o caráter de cientificidade que lhes é conferido, assumem cunho de verdade inquestionável. É a partir, então, deste mote, que devemos nos preocupar com aquilo que produzimos, posto que afirmamos posicionamentos a todo momento com nossos discursos-práticas.

A adolescência, como objeto de estudo dessas diferentes ciências, vem ganhando diferentes conformações desde que ela foi tomada como material problemático. No meio destas diferentes apreensões tomaremos aqui como análise a perspectiva, ainda hegemônica no campo psi, que elege o viés evolutivo, desenvolvimentista de investigação.

Assim, pretendemos submeter concepções sobre a colocação em faixas etárias a uma análise histórica. Mas a que serve a historicização da infância e da adolescência? De que modo ela pode contribuir para a problematização do menino de rua como problema? Na medida em que se faz a

historicização desses conceitos, que se pensam universais e imutáveis, traz-se a possibilidade de abrir fendas, espaços por onde possam correr outros ares, para pensá-los de outras formas, para resgatar a dimensão de invenção destes.

1.2 “Aqui nessa tribo ninguém quer a sua catequização. Falamos a sua língua, mas não entendemos o seu sermão”¹⁸: pensando sobre a “faixaetarização”

Infância de pequenos brasileiros se perde nos lixões. São crianças que acordam muito antes de o sol nascer para garimpar o que sobrou de comida, vivem longe da escola e são vítimas de violência e exploração.

(...) A vida não reserva muitas escolhas para as crianças que vivem do lixo. Perto do trabalho, longe da escola, elas deixam de preparar o futuro. Perpetuam um ciclo de miséria e de exclusão. No Brasil, a entrada no mercado de trabalho só é permitida a partir dos 16 anos. Mas, na prática, é muito diferente. Existe uma tolerância com esse pesadelo imposto às crianças. Não é possível nem saber a dimensão exata do problema. Não existem estatísticas oficiais sobre a quantidade de crianças catadoras de lixo no país. Adultos, crianças e adolescentes disputam os restos. O gancho é o equipamento de trabalho no triste garimpo dos catadores.

Nas montanhas de lixo, vários dramas se encontram. “Tenho 15 anos. Estou aqui para dar de comida à minha mãe, depois que mataram meu pai. Eu trabalho o dia todo, até de noite. Das 5h às 22h, 23h”, diz um adolescente. O jovem é para estar estudando, em casa e não na rua, trabalhando. No lixo, o perigo está sempre por perto: seringas, cacos de vidro, arames, comida estragada. Tudo o que não serve para mais nada é jogado fora. Os pequenos catadores disputam como um troféu os frangos estragados. “Tem frango que já tem um ou dois dias que está morto. Eles dizem que não é para comer, que é para dar para os cães, os porcos. Eu fico triste de ver tanta gente jogada no lixo, trabalhando, recolhendo objetos que não têm mais serventia para nada, só que para eles têm algum valor”, observa um caminhoneiro.

Crianças vulneráveis a doenças, ferimentos, infecções, vivendo sem direito a higiene, saúde, educação. A infância e a adolescência pobres são tratadas como lixo.

¹⁸ Trecho da música “Volte para o seu lar” de composição de Arnaldo Antunes.

“A missão para erradicar o trabalho infantil em lixões no país, em primeiro lugar, se deve à autoridade municipal. Ele não deve permitir que o administrador do aterro tenha a presença de crianças entre aquelas pessoas que fazem a reciclagem. Em segundo lugar, das famílias. As famílias têm que ter a consciência de que lixão não é lugar de criança. Se você é cidadão responsável e se omite, se furta o dever de denunciar uma criança que está em situação de trabalho infantil no lixo, você também está contribuindo para a violação do direito dessa criança e desse adolescente”, afirma um especialista. (CASTRO, 05-04-2010, grifos meus)

“Infância perdida”, “Perto do trabalho, longe da escola, deixando de preparar o futuro”, “Tenho 15 anos. Estou aqui para dar de comida à minha mãe, depois que mataram meu pai. Eu trabalho o dia todo, até de noite. Das 5h às 22h, 23h”, diz um adolescente.”, “O jovem é para estar estudando, em casa e não na rua, trabalhando”, “Infância e adolescência são tratadas como lixo.” Aqui a pergunta retorna, mas retorna com mais corpo: Por que trazer a história para questionar o presente; o jovem de rua como um problema? Esses fragmentos de discursos trazem no seu bojo a noção de proteção, de um a priori do que é considerado bom ou ruim para o “desenvolvimento” da criança e do adolescente, premissas que vêm a partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Trata-se de apregoar rotas comuns de vida – escola, casa, família, futuro – como se não houvesse a produção de infâncias desiguais. Inventar-se a norma e, automaticamente, institui-se o desvio. Aí vemos aparecer o menino de rua como um perturbador, como aquele que vai de encontro a um projeto hegemônico de vida. Trata-se de perguntar então como os modos de dizer e fazer vão constituindo esse jovem de rua como problema.

Esse fragmento também nos mostra que, para longe das divisões etárias e das avaliações morais, vemos persistir vidas no lixão. Mas então o que é isso: “discursos de proteção, mas práticas de exclusão e controle?”.¹⁹ O que isso nos diz das relações de poder no contemporâneo? Fazer viver uns, deixar morrer outros? O que a história pode nos dizer sobre o modo como a vida de crianças, jovens, pessoas pobres vêm sendo constituída? Ainda que com o mar batendo e revoltado, tentemos ir mais além da ponta do iceberg, para ver não só os objetos reificados aos nossos olhos, mas as práticas que montam tais objetos, a fim de produzir um olhar mais curioso, mais desconfiado e potente.

¹⁹ A partir de Foucault entendemos que teoria e prática se dão em concomitância, a teoria se fazendo conforme o destrinchar da prática. No entanto, quando nos referimos a discursos de proteção, nos remetemos àquilo que tange a lei. No transcurso desta dissertação, veremos que discursos e práticas de proteção são condizentes, posto que toda prática a favor dos direitos da criança e do adolescente fala em nome da proteção.

Sigamos, assim, com os mestres da normalidade, aqueles que encarnam a figura de um juiz, árbitro das vidas, os especialistas: “A missão para erradicar o trabalho infantil em lixões no país, em primeiro lugar, se deve à autoridade municipal. Ele não deve permitir que o administrador do aterro tenha a presença de crianças entre aquelas pessoas que fazem a reciclagem. Em segundo lugar, das famílias. As famílias têm que ter a consciência de que lixão não é lugar de criança. Se você é cidadão responsável e se omite, se furta o dever de denunciar uma criança que está em situação de trabalho infantil no lixo, você também está contribuindo para a violação do direito dessa criança e desse adolescente”, afirma um especialista. “O jovem é para estar na escola, em casa e não na rua, trabalhando.”, afirma outro especialista. Com os óculos do tempo presente, não existe nada de estranho com este discurso, principalmente por estar embasado naquilo que está nas letras da lei do ECA, quando este diz que é dever do Estado, da família e da comunidade zelar pelos direitos e bem-estar da criança e do adolescente em desenvolvimento. Eles se referem a uma proteção, posto que o lixo oferece o risco de doenças, infecções, ferimentos. No entanto, concentrando-nos não só nos seus efeitos de culpabilização (da família, da autoridade municipal, do administrador do aterro), mas naquilo que ele nos incita a julgar, bom ou ruim viver de/no lixo, para tentar ler uma adequação desta infância à lógica do capital, da preparação para o futuro, para o consumo, para uma utilidade social, negando que tipo de vida pode estar sendo produzida ali.

Que vidas podem estar sendo produzidas ali? Nas reintrâncias dessas produções, o olhar do colecionador-trapeiro que se quer ativo, aguça-se em captar outros movimentos da cena. Não se trata pois de instaurar uma outra cena, mas de desdobrar os elementos da mesma cena.

Narrativa montada a partir da leitura de um prontuário de um programa que atende crianças e adolescentes usuários de droga (2009):

Aristófanes* tem 16 anos e habita as ruas de Niterói. Afirma que se concentra mais pelo Fonseca, por onde a Operação Araribina²⁰ não se esforça muito para estender sua premissa do “circulando, circulando”. Está nas ruas desde os seus dez anos. Começou

²⁰ A Operação Araribóia teve início em 2007 com objetivo de combater a “desordem urbana” na Região Metropolitana de Niterói. Ela reúne mais de 100 pessoas de vários órgãos da prefeitura de Niterói e do governo do estado. Para planejar as ações, foi feito antes um levantamento junto à população para saber quais as principais reclamações. Moradores de rua, comércio ambulante e estacionamento irregular foram as mais apontadas (Folha de Niterói, 16/08/2008). Importante lembrar que esta operação faz parte de uma política nacional de choque de ordem e que tem sua inspiração na política de tolerância zero que vigora nos Estados Unidos. Portanto, em cada cidade em que esta política é implementada, ela ganha um nome específico de alguma peculiaridade da cidade. Araribóia é considerado o fundador da cidade de [Niterói](#) e uma [estátua](#) sua pode ser vista em uma [praça no](#) centro da cidade, em frente à estação das [barcas](#), com os olhos voltados para a [Baía de Guanabara](#) e a cidade de Niterói sob sua proteção.

vendendo bala no sinal com seus irmãos e foi percebendo que ficar nas ruas era melhor do que estar em casa sem ter o que comer, ver seus irmãos famintos e sua mãe ser espancada pelo padrasto. *Sina? História com início, meio e fim?*

Passou a ficar os dias nas ruas pedindo dinheiro e foi fazendo amizades. Nessas andanças conheceu as drogas e, mais recentemente, tem usado o crack. Por várias vezes circulou pela rede de assistência social, passando por abrigos, lugares de tratamento, pela delegacia de proteção à criança e ao adolescente (DPCA). “Caiu na rede é peixe”. diz o menino-comediante. Seu nome Aristófanes se refere ao poeta-comediante-crítico de Sócrates (representante do pensamento platônico) do livro “O Banquete” de Platão. No seu perambular pelas ruas de Niterói, mexendo no lixo “alheio”, Aristófanes achou o livro de Platão. Este ser que habita o mundo dos homens, do sensível, a falsa cópia resgata o que a cidade expulsa, para transformá-lo em objeto de utilidade e prazer. O menino que estudou até a 3ª série do ensino fundamental, a partir da leitura do pensamento platônico sobre o amor, passa a frequentar bibliotecas de Niterói e do Rio para buscar outros livros. A cada parada nas instituições de garantia de direitos da infância e adolescência, Aristófanes busca um interlocutor para discutir as histórias colhidas no seu caminho. Indo de encontro às histórias de final feliz das novelas de Manoel Carlos, de vez em quando Aristófanes volta a se enredar nas redes de proteção a infância e a adolescência, pois usa droga vez por outra e, também, porque sua circulação provoca medo e incômodo aos “atravessadores das ruas”. A rua não deixou de ter seu lado cruel e hostil, as artimanhas para sobreviver a cada dia não deixaram de ser travadas. Diz Platão: “Pobres mortais, que só têm os sentidos para alcançar simulacros, quando o real é o ideal: as Ideias – universais, imutáveis, eternas -,que habitam seu Mundo, inatingível pelos meros sentidos corporais; o mundo sensorial não passa de um teatro de sombras e reflexos”. Contrariando o pensamento de Platão - ainda pulsantes no nosso tempo - sobre as ideias puras, sobre sua organização dicotômica do mundo, o jovem Aristófanes se recusa a ser eterno, imutável e universal ao fazer de sua passagem uma inscrição de outras histórias possíveis aos jovens pobres e nas ruas. (Diário de Campo, 2009)

A infância e a adolescência se tornaram objeto de estudo de inúmeros especialistas, fazendo com que uma multiplicidade de significações e imagens sobre ela sejam possíveis. Assim, as concepções de infância e adolescência que usamos hoje em dia são as capturadas pela fala dessa variedade de “logos”que as estudam. Nesse sentido, estudar estes atores é examinar o que é produzido sobre ela na modernidade, quando, então, surgem seus “especialistas”.

Estou convencido de que se alguns extraterrestres desembarcassem amanhã em São Paulo, haveria experts, jornalistas e especialistas de toda espécie para explicar às pessoas que no fundo não é uma coisa tão extraordinária assim, que já se tinha pensado nisso, que até já existia há muito tempo uma comissão especializada no assunto e, sobretudo, que não há por que se afobar, pois o poder está aí para se ocupar disso. (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 52)

Seguindo uma perspectiva sociológica, a Modernidade está atrelada ao processo crescente de racionalização das sociedades, ocorrido nos séculos XVIII e XIX, que acompanhou a expansão capitalista. O projeto da Modernidade tem como pressuposto a crença na razão e de que esta pode subjugar a natureza a seus caprichos. O conhecimento científico fornece as ferramentas das quais o homem precisa para conhecer a natureza – imprevisível e intempestiva – e assim, dominá-la. Porém, a sedução pela ciência e técnica também desvela a sua face cruel ao homem, pois o progresso traz a barbárie, o nazismo, a “ditadura da produção”, o desencantamento com o mundo, onde passam a vigorar a fetichização dos objetos, a produção de modos-de-ser-indivíduo e a alienação.

Vestidos com o manto da ordem e do progresso, os saberes científicos emergentes trataram descrever, sistematizar e explicar os desdobramentos filo e ontogenéticos como uma evolução. Precisamente, a ciência psicológica do Brasil do início do século XX, que visou sistematizar o desenvolvimento humano, atravessada pelo paradigma da objetividade, da razão científica, da história como expressão teleológica do progresso, e da neutralidade, encaixa-se no projeto moderno. Assim, toda criança era enquadrada dentro dos moldes evolutivos ditados pela psicologia do desenvolvimento. (CASTRO, 2001)

O percurso da vida humana passa a ser entendido como uma sequenciação sistematizável, ordenada segundo os princípios de complexidade e aperfeiçoamento crescentes. Castro (2001) aponta que Piaget acreditava que a aquisição de capacidades lógico-dedutivas garantiriam o primado da razão emancipada, não só no campo intelectual, como também na dimensão moral e social. Além de acreditar na universalidade deste processo.

Deste modo, a psicologia do desenvolvimento fortalece o projeto da modernidade através do pensamento de que o homem precisa entender e dominar a natureza, porque assim supera sua natureza animal e primitiva, adquirindo o controle das emoções pela razão. Segundo Castro (2001),

a psicologia do desenvolvimento, desde os seus primórdios, no final do século passado, esteve atrelada a práticas de intervenção e regulação social por meio do controle e da previsão. Para o pensamento moderno, a natureza era vista como algo da ordem do incorrigível e imutável, portanto, as crianças deficientes físicas ou morais, crianças problema se encaixavam nesse grupo, tendo de ser apartadas dos demais, pois se constituíam em influência perniciosa sobre os outros. Com isso criava-se o conceito de criança normal, o que escapa do processo de desenvolvimento considerado normal é patologizado.

o fato patológico só pode ser compreendido como tal ao nível da totalidade orgânica e da experiência que os homens têm de suas relações de conjunto com o meio", poderíamos concluir que a definição última do que é doença ou saúde estaria diretamente relacionada à verdade de cada sujeito, ou, no máximo, à verdade de grupos de sujeitos submetidos às condições do mesmo meio. Mas se assim fosse, ou cairíamos num relativismo estéril ou correríamos o risco de deixar apenas para a sociedade determinar o que é doença ou não. É então na vida que o autor vai buscar a origem da normatividade inerente ao vivente humano e, a partir desta, o ideal de saúde a ser atingido: "O vivente humano prolonga, de modo mais ou menos lúcido, um efeito espontâneo, próprio da vida, para lutar contra aquilo que constitui um obstáculo a sua manutenção e à seu desenvolvimento tomados como normas (CANGUILHEM, 1990, p. 98).

Em outras palavras, a norma ao ser imposta de fora baseada em um modelo ganha status de normalização. É sempre submetendo a experiência da pessoa a uma verdade exterior a ela que a norma produz assujeitamento.

Infância e adolescência, enquanto novas representações do Estado Moderno, foram elaboradas no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento, que passou automaticamente a “legislar” sobre a saúde e a doença, a normalidade e a anormalidade, o desejável e o indesejável dentro das práticas de educação infanto-juvenil. Tuteladas e “menorizadas”, a infância e a adolescência são “roteirizadas” dentro de uma ordem previsível de aquisições, conquistas e habilidades, e *mutatis mutandis*, de deficiências, defasagens e incapacidades. A imaginação desenvolvimentista sobre a criança e o adolescente pauta-se pelo raciocínio do “já chegou”, “já conseguiu”, ou do “ainda não consegue”, “ainda não faz”, ou “ainda não pode fazer”. Assim, diferentemente de outros momentos da vida humana, a variabilidade entre os sujeitos na infância e na adolescência foi reduzida a trajetórias demarcadas de antemão que servem de “guias” e critérios para as práticas de intervenção junto a esta população.

As descrições sobre a infância inscritas nas teorias psicológicas conduzem à legitimação de uma concepção do humano coerente com os processos capitalísticos de produção de subjetividade hegemônicos. A psicologia afinada com o projeto modernista, acaba por mistificar, engessar e suprimir um aspecto importante da infância, que é seu caráter fluido, ambíguo, paradoxal e caótico. Quando assistimos na televisão o programa “Supernanny”²¹ apregoando uma infância alegorizada, ideal e disciplinarizada, em que os seus filhos podem se enquadrar segundo os seus parâmetros, nos defrontamos com esse circunscrever da vida infantil a uma forma submissa e dentro dos moldes saudáveis.

A adolescência, assim como a infância, não cabe no discurso essencialista e homogeneizante no qual insistimos em inseri-las, pois aquilo que se conhece hoje por adolescência já foi concebido de outras formas se nos metermos a vasculhar a história. Nesta perspectiva, se perguntar o que é a adolescência vira um “falso problema” nesta dissertação, abrindo espaço para pensar em como uma certa infância se constituiu historicamente.

Em quase todo o material produzido sobre este assunto pela psicologia do desenvolvimento, não é questionada a afirmação de que a adolescência significa uma passagem natural do desenvolvimento humano. Mostrando que algumas formulações da psicologia são naturalizantes do ser humano e assim, estão adaptadas à lógica de pensamento capitalista.

Com a Revolução Industrial a sociedade moderna se vê às voltas com uma grande modificação no ritmo de sua vida produzido pela tecnologia, passando assim a exigir um alto padrão de qualificação para o trabalho. O mercado de trabalho fica mais competitivo por causa da pouca oferta e muita demanda por emprego gerada pelo sistema capitalista e faz com que se prolongue o tempo das crianças na escola e afaste o jovem do trabalho para melhor se capacitar.

²¹ Segundo descrições do site da rede de televisão SBT a respeito do programa Supernanny: “Em 2004, quando a inglesa Jo Frost estreou no comando da primeira temporada do reality show Supernanny, as famílias da Inglaterra passaram a ter, a cada semana, uma importante fonte de aprendizado na difícil tarefa de educar crianças. Graças a esta grande prestação de serviços, hoje o programa é produzido com sucesso em mais de 10 países, inclusive no Brasil, onde é apresentado pela educadora Cris Poli. Há quatro anos, desde 1º de abril de 2006, a Supernanny está semanalmente no SBT. A educadora já ajudou mais de 90 famílias diretamente no programa e outras milhares através das técnicas que ensina na TV. A cada episódio, ela atende ao apelo desesperado de pais que perderam o controle na educação dos filhos. E o que Cris Poli geralmente encontra é um casal emocionalmente desestruturado, enfrentando crianças que choram demais, brigam demais e desrespeitam demais, porque no fundo gritam por limites. E é nessa hora que a SuperNanny entra em ação para colocar ordem na casa. Ela mostra como organizar uma rotina, como impor regras claras e associá-las ao cantinho da disciplina e como passar a ter atitudes simples, como brincar com seu próprio filho, transformam o ambiente de uma casa. Educar uma criança pode ser muito mais saudável e divertido do que se pensa. E se você ainda não descobriu isso, tá na hora de chamar a SuperNanny”. Para maiores informações acessar: <http://www.sbt.com.br/supernanny/oprograma/>

Duas combinações importantes para que as crianças fiquem mais tempo sob a tutela dos pais, sem serem inseridas no mercado de trabalho. Para que seus pais pudessem trabalhar, as crianças precisavam ter um lugar para ficar, a solução foi a escola. Quanto mais tempo na escola, maior a distância dos pais. Quanto mais tempo na escola, melhor esta criança e adolescente vão estar preparadas para entrar no mercado (Castro, 2001).

A sociedade então assiste à criação de um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento – a adolescência. A adolescência refere-se, assim, a esse período de latência social constituída a partir da sociedade capitalista, gerada por questões de ingresso no mercado de trabalho e extensão do período escolar, da necessidade do preparo técnico.

Vão assim sendo criadas significações e modos de leitura desse novo enquadramento social, o adolescente como fase de preparação para a vida adulta. Práticas que objetivam um “produto final” bem acabado, desta maneira, é necessário tratá-los neste momento para que no futuro este adolescente se transforme em um adulto saudável e útil à sociedade. É, neste contexto, fabricada a “identidade adolescente”.

A tendência a localizar a adolescência por uma perspectiva evolutiva se encaixa muito bem ao pensamento progressista, de que as coisas que estão no mundo estão sempre evoluindo, a fim de chegar a um produto final perfeito e maduro. As teorias do desenvolvimento humano têm se caracterizado pela constituição de saberes que pressupõem uma concepção de tempo linear, cumulativo e homogêneo cujo desdobramento se dará no futuro. Assim, o período adulto caracterizaria o máximo do desenvolvimento do ser humano já formado, ao passo que na adolescência as propriedades ainda precisam se desenvolver, fazendo acreditar que quando chegar a este estágio de maturação da vida estarão preparadas as condições para que apareçam todas as características inerentes e em potencial próprias da natureza humana. São estabelecidos assim parâmetros para a comparação daqueles que estão dentro ou fora da norma prescrita para cada período.

As teorias desenvolvimentistas não conseguem sair da proposta determinista, homogeneizante, ao mesmo tempo em que agrupam e colocam todos na mesma situação, individualizando e culpabilizando o comportamento humano. O homem, no contexto do capitalismo liberal, ao não conseguir corresponder às prescrições da sua conduta, é considerado culpado, pois nosso regime de governo é aquele em que o poder de tomar decisões está nas mãos dos cidadãos;

portanto, os direitos são iguais, a livre-escolha está para todos e as oportunidades são as mesmas, se não consegue é porque não soube aproveitá-las ou não escolheu o caminho certo.

É necessário analisar que essas noções não seriam concebidas se não fossem oferecidas condições para tanto. É nesse tipo de sociedade, marcada pelo liberalismo, que emergem tais práticas de privatização, em um solo fértil para a produção de subjetividades consumistas florescerem e atuarem sobre essa identidade adolescente, transformando-a em objeto de consumo.

Ao colarmos uma etiqueta referendada por leis previamente fixadas e embasada nos discursos científico-racionalistas, pode-se criar um território específico e limitado para o jovem, uma identidade que pretende aprisioná-lo e localizá-lo, dificultando possíveis movimentos. Ao se reafirmar a homogeneidade, nega-se a multiplicidade e a diferença”. (COIMBRA, BOCCO & NASCIMENTO, 2005, p. 6)

Na intenção de provocar algumas mudanças, Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) sugerem que, ao invés de nos fixarmos a uma “identidade adolescente”, que já prefigura uma série de comportamentos previsíveis, tentemos usar os termos jovem e juventude para permitir que as diferenças possam ser visibilizadas. Utilizar essa nomenclatura consiste em uma estratégia política de não se deixar rotular determinados comportamentos como relativos a uma faixa etária específica.

Nas palavras de Guattari:

Não penso ser possível ou mesmo desejável voltar para uma produção de subjetividade que consistisse, por exemplo, em regulamentar a passagem de uma faixa etária para outra, através de sistemas de iniciação – é verdade que esses constituem sistemas de festas e de representações maravilhosas, mas são também extremamente cruéis. (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p.37)

1.3 Identidade: Movência desassossegada ou Sólidas Mudanças?

O quadro da vida — a tarefa de pintar o quadro da vida, por mais que tenha sido proposta pelos escritores e filósofos, é absurda: mesmo pelas mãos dos maiores pintores-pensadores, sempre surgirão apenas quadros e miniaturas de uma vida, isto é, de sua vida — e outra coisa também não será possível. Naquilo que está em devir, um ser em devir não pode se refletir como algo firme e duradouro, como um ‘o’ (NIETZSCHE, 2008, p. 22/23).

Embora tenhamos utilizado a palavra “produção de subjetividade” acima não esmiuçamos esse conceito. Explicá-lo se faz fundamental na medida em que atuaremos balizados pela sua proposta. Falar em produção de subjetividades é não só reconhecer a luta no plano da economia política, mas também no da economia subjetiva. Portanto, os processos histórico-políticos analisados acima estão sempre entrando em conexão com os modos de existir – subjetividade. Neste passo, entendemos que a questão da identidade está inserida nesta produção de subjetividade, porém “não se trata apenas de localizar subjetividades identificáveis ou identificadas, mas de processos subjetivos que escapam às identidades”. (GUATTARI & ROLNIK 2005, p.80)

Swain em “Identidade nômade: heterotopias de mim” (2002) nos coloca de início uma pergunta desconcertante: “o que estamos fazendo de nós mesmos?” Utilizando-se da questão do gênero e do sexo, Swain diz das armadilhas dos binômios, das dicotomias que pressupõem a escolha entre isto ou aquilo, escondendo a multiplicidade presente nos agenciamentos. Mas então que multiplicidade é esta? Multiplicidade domesticada, tomando como centro um padrão hegemônico e dos desvios dos padrões vai fazendo combinações? Dos desvios dos estabelecidos não conseguimos mais do que afirmar estes já dados como modelo e a impossibilidade de criar outros modos. O pensamento de Barros (2007) pode nos auxiliar a trabalhar esta questão, quando discute a dicotomia ou a lógica do terceiro excluído/ o plano de consistência ou a lógica do terceiro incluído. Por exemplo:

na relação binária e biunívoca homem-mulher, em relação à pergunta: “Quem é você?”, cada um terá que responder algo que deve estar contido necessariamente em um de dois pólos. O que garante o ser no mundo, segundo esta perspectiva, é a afirmação, por exclusão, de uma identidade (no caso, sexual). Esta poderá, então, se tornar equivalente a outras no mercado de trocas pessoais: por exemplo, uma mulher se comporta de tal maneira, tem frequentemente tais tipos de atributos, qualidades, defeitos, etc. Quando, eventualmente, apresenta uma característica descrita no outro pólo – o dos homens -, esta será referida como algo esporádico, marginal, não-natural. Aí o destino do ser é atualizar-se segundo certas linhas pré-formadas e o que escapar deve ser excluído, posto à margem. É, como dissemos anteriormente, a lógica do terceiro excluído – ou se é um ou se é o outro. (BARROS, 2007, p.207-208)

Neste modo de pensar a multiplicidade não conseguimos produzir mais do que identidades

fixas. “Fixar identidades é, finalmente, “conduzir a conduta”, ação precípua do poder. (Foucault, 1996c, p.236) “Por que ficar assentados nas raízes e no múltiplo ordenado da árvore, se o tempo é do rizoma?” (Swain, 2002, p.327) Tomando como referência o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari (1995) que compreende que não há um ponto central determinante, apenas uma ordem de dimensões e grandezas que não podem crescer sem mudar de forma, Swain (2002) aposta no movimento, na transitoriedade. Assim como Barros (2007) que nos propõe trabalhar com o terceiro incluído em que, querendo escapar das dualidades, afirma um modo de subjetivação que possa se portar como uma virtualidade-a-ser-atualizada.

Sarlo (2000) em seus estudos sobre a vida “pós-moderna” nos situa um movimento que alguns autores tendem a chamar de “juvenilização”. Contextualizado à cena contemporânea da velocidade de circulação de mercadorias com a consequente rápida obsolescência destas, o mito da novidade permanente, com o enaltecimento de uma vida saudável somente conquistada a partir do acompanhamento da cartilha médica, a juvenilização tem a ver com o culto ao modo de ser jovem, ao desaparecimento das marcas de expressão que guardam histórias. Mostra mais ainda o caráter de produção da juventude, atrelada assim a um determinado momento histórico e não a algo que sempre existiu.

Sendo assim, no modo de funcionamento do capital, a palavra de ordem é justamente a circulação, a transitoriedade. Em que a aposta política de Swain difere da maquinaria capitalística?

O que o capital nos propõe enquanto circulação são sólidas mudanças, no que Guattari e Rolnik (2005) nomeiam de sobrecodificação. O capitalismo globalizado, com sua lógica de expansão e quebra de fronteiras, opera no ponto mesmo da imanência, com os fluxos das forças, de forma desterritorializada, espreada, controlando todos os espaços da existência humana. Diferentemente de Platão que retinha o movimento dos fluxos, do caos, trazendo ordem estática às coisas, o novo capitalismo se propõe a estimular este fluxo constante, mas tais ondas passam pelos filtros de semiotização da maquinaria capitalista, ou seja, retiram dessas forças todo o seu potencial de resistência, de produção de singularizações, colocando-a à serviço de sua engrenagem.

Este funcionamento biopolítico, de gerir a vida, do Império ou da sociedade de controle, engendra subjetividades, de certo modo, esvaziadas de poder de combate, pois se infiltra em todas as modalidades da vida, estreitando a visão para modos outros de viver. Este poder toma a força-invenção, a criatividade, a vitalidade, a paixão, etc de assalto, fazendo destes seu impulso para

continuar seu vigor.

Abrindo um preâmbulo e trazendo o pensamento de Rolnik (1997) para o que ele pode nos remeter acerca das subjetividades que estão se formulando no contemporâneo, a autora nomina a produção de subjetividades atual de subjetividades efêmeras, transitórias, flexíveis, que são tecidas de acordo com as modulações do mercado.

estas mudanças implicam a conquista de uma flexibilidade para adaptar-se ao mercado em sua lógica de pulverização e globalização; uma abertura para o tão propalado novo: novos produtos, novas tecnologias, novos paradigmas, novos hábitos, etc. Mas isto nada tem a ver com flexibilidade para navegar ao vento dos acontecimentos, transformações das cartografias de forças que esvaziam de sentido as figuras vigentes, lançam as subjetividades no estranho e as forçam a reconfigurar-se. Abertura para o novo não envolve necessariamente abertura para o estranho, nem tolerância ao desassossego que isto mobiliza e menos ainda disposição para criar figuras singulares orientadas pela cartografia destes ventos, tão revoltos na atualidade. (ROLNIK, 1997, p.2)

Swain (2002), entendendo que essas formulações fazem parte de uma certa produção de subjetividade, pois localizada historicamente, produzida e reproduzida no social, insere a problemática da identidade dentro de um contexto em que é necessário ver como o problema se engendra, que efeitos ele tem, a quem isso serve, ou seja, contextualizá-los dentro de um regime político, econômico, institucional de produção da verdade. Isto é, ela nos convoca a pensar em uma política de localização subjetiva, que leva em conta, para a sua reflexão crítica, a experiência. Uma vez abrindo a fala para que os mecanismos se enunciem, discursos e práticas que criam objetivações, conhecendo como são feitos e pensados, fica mais fácil dissolve-los. Esta política não elide os efeitos de significação, não trabalha por negação e reação, mas no interior mesmo dos mecanismos que engendram objetos. Postula assim uma identidade nômade. “uma identidade em construção, móvel, transitória, uma identidade somente retrospectiva, da qual podemos traçar mapas acurados, mas (...) a que indica unicamente onde já estivemos e onde, conseqüentemente, não estamos mais”. O que fomos, e já não somos mais. Ou melhor, o que pensamos ter sido e que só permanece no que a memória seleciona. Por meio da abertura à experimentação, tornando-se nômades, incluindo conviver com as contradições e descontinuidades internas, trabalhando as incertezas não como derrota, mas como traços constitutivos do ser. Isto não significa acabar com a

existência de estruturas identitárias, significa atuar, a partir destas, no sentido de desestabilizá-las.

Para Swain (2002) a identidade nômade é a reinvenção de “mim” enquanto outro. É o espaço de “mim”. “Eu, nômade, sou outra, além daquilo que pareço ou do que falo. Eu sou um espaço de mim, migratório, de transição, nesta cartografia que me revela e me nega. Eu sou o espelho de mim, um lugar sem lugar. “(...) em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá, onde não estou, uma espécie de sombra que dá a mim mesma minha própria visibilidade, que me permite olhar-me onde não estou”. (Foucault. 2009, p.756) Temos aí uma heterotopia identitária. Tenho uma identidade que fala de mim, dos grupos aos quais pertencço, porém ao mesmo tempo, sou nômade, pois este eu é forjado por uma série de práticas, valores, normas, códigos. Este eu-sendo, este eu que quando se dispõe a se sujar de mundo se embola com ele e se perde e se inventa.

Neste sentido não se pode negar que exista o conceito de adolescência e suas significações, pois ele existe e produz efeitos no mundo. Assim, quando a pergunta é: “quem eu sou?”, a única resposta possível é: “uma criança”, “um adolescente”; à pergunta “o que sou?”, não há resposta possível. Portanto, pode-se dizer: “eu sou um adolescente”, mas o “quê” (referente a uma natureza infantil pressuposta) não é passível de definição. Quando Coimbra, Bocco & Nascimento (2005) propõem trocar a nomenclatura de adolescente para jovem, não se trata de fazer combinações de conceitos previamente dados, ou de escolher entre isto (jovem) ou aquilo (adolescente), mas para afirmar a existência de uma intensidade juvenil, de um devir-jovem ilocalizável etariamente. E é a partir dele que precisamos trabalhar com o intuito de perscrutar as linhas que o compõe, que efeitos estas linhas repercutem nas subjetividades contemporâneas. Sabendo, no entanto, que há uma coexistência deste instituído com uma identidade nômade, quando saem desses destinos prontos e forjam movimentos inéditos.

Formular a crítica com relação à disposição cronológica da vida, a classificação em fases e suas regras de expressão, por conseguinte, é dizer do seu caráter não natural e das relações de poder que estão atravessando estas categorias, é ampliar o campo de análise. A isto Foucault apresenta-nos uma forma interessante de se ler a crítica:

Uma crítica não consiste em dizer que as coisas não estão bem como estão. Ela consiste em ver sobre que tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que se aceitam. (FOUCAULT, 2004, p.9)

1.4 - “Eu vejo o futuro repetir o passado? Eu vejo um museu de grandes novidades?”²²

(...) vejo, aí por essas ruas - denuncia *O Socialista* em fins do século passado - a miséria personificada numas pálidas crianças, pela exploração, ou - quem sabe - para não estourarem de fome, estendendo a mão a imorais que as infamam de ações vis e as contaminam de todos os vícios de que estão saturados. (O SOCIALISTA, 1896 APUD MOURA, 1999)

(...) órfãos na realidade ou devido ao abandono em que se vêm, rolam essas crianças pelas ruas sujeitas a todas as explorações até que, consideradas como perturbadoras da ordem pública, receberão ainda, a título de punição, o presente da sua internação num asilo ou num instituto disciplinar, onde passarão a viver enquistadas, arrastando por longos anos os nomes de asiladas ou de incorrigíveis. (QUEIROZ, 1934 APUD MOURA, 1999)

Pedem-nos chamar a atenção da polícia da quarta circunscrição, para a malta de menores vagabundos que durante o dia e noite cometem os maiores desatinos, na rua D. Antonia de Queiroz e adjacências, arrebatando campainhas e atirando pedras às vidraças. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1909 APUD MOURA, 1999)

Já passou da hora de o poder público tomar uma atitude em relação a um grupo de crianças e jovens desocupados que ficam, dia e noite, na calçada e na entrada do supermercado Sendas, no Ingá, intimidando e aterrorizando os que passam no local. (...) Em outra ocasião, pela manhã, cinco dormiam na calçada e outros seis estavam na porta do estabelecimento. A administração do supermercado, omissa com a situação, parece conivente ou acuada ao permitir esse aglomerado em sua porta, espantando a freguesia. PM, Polícia Civil, Guarda Municipal, Prefeitura de Niterói, Governo do Estado ... A quem recorrer? (CADERNO DE NITERÓI, 2009)

Conforme o pensamento de Guattari e Rolnik (2005), essa “faixaetarização” pode ser extremamente cruel, na medida em que políticas são montadas para dar conta desse “adolescente” (daquilo que se prescreve como adolescência), desse que escapa. Vejamos que o assunto é tratado

²² Trecho da música “O tempo não pára” de composição de Cazuza e Arnaldo Brandão.

em termos de modelo de adolescente, de uma teorização que é prévia, e ao jovem basta apenas se conformar com estas delimitações.

Com o panorama da classificação em faixas etárias traçada, queremos situar neste debate como se dão as prescrições evolutivas para os jovens pobres que circulam nas ruas. Sabemos que estes jovens escapam destas formulações, tornando flagrante o cárcere identitário nos seus efeitos de criminalização, virtualidade/periculosidade.

A programação da infância na França, através da informática, consegue calcular hoje qual será, para populações inteiras, a taxa de delinquência daqui a dez, quinze, vinte anos. Então, o desvio, antes de ser vivido em toda uma programação genética, é sobrecodificado por essa programação de produção de subjetividade. Sendo assim, o que resta às pessoas é apenas viver um possível pré-estruturado no campo em que se encontram. Por exemplo, se você é uma mulher, de tal idade e de tal classe, é preciso que você se conforme a tais limites. Se você não estiver dentro desses limites, ou você é delinquente ou você é louca. (GUATTARI & ROLNIK, 2005, p. 52)

Este pensamento não está distante de nós, perdido em 1986, data de publicação do livro “Micropolítica: Cartografias do desejo” de Guattari e Rolnik:

Campanha da Comissão Nacional de Justiça (CNJ)

A.R., 9 meses,... ainda adolescente, ele vai se envolver com más companhias. Vai ver amigos cometendo delitos. Um dia, A.R. será pego furtando uma bolsa. O que deve acontecer com A.R.? Será que prisão é a melhor solução? O Conselho Nacional de Justiça está propondo medidas para modernizar a justiça criminal. Precisamos discutir esta questão. (2010)

O passado interpela o presente e nos mostra seus detritos contando que a nossa herança de mais de trezentos anos de escravidão contribuiu/contribui para as teorias que articulam pobreza, periculosidade e criminalidade, posto que a periculosidade tem cor e classe social, “vem do sangue”, como dizem alguns. Estudos científicos desta ordem ganham força no Brasil no final do século XIX início do XX, quando o país se encontra em plena expansão era preciso fazer cumprir os ditames de sua bandeira: “ordem e progresso”. Deste modo, as pesquisas de Benedict Morel, Cesare Lombroso, Charles Darwin e outros acerca das classes perigosas, da medição de ossos e crânios

para associar determinados aspectos físicos à periculosidade e a hereditariedade de determinados comportamentos respectivamente efervescentes na Europa adquirem grande influência no Brasil.

O movimento da Liga Brasileira de Higiene Mental fundado pelo médico Gustavo Riedel, em 1920, cuja base é sustentada pelas teorias racistas, na eugenia, no darwinismo social apregoou o aperfeiçoamento da raça e se expunha abertamente contra negros, mestiços e pobres, localizando nestes a degradação moral. A degradação moral, por sua vez, deveria ser combatida em uma “cruzada saneadora e civilizatória” contra o mal que se escondia no seio da pobreza.

Com o destino dos pobres escrito – a eles só restava trabalhar para se constituir em pobres dignos ou, caso não “quisessem” trabalhar, lhes restava a vida de vícios, de delinquência – surge a preocupação com a infância e juventude que, futuramente, poderia fazer parte de um ou outro grupo.

A relação no passado entre a sociedade brasileira e os menores – fossem eles “abandonados”, “delinquentes” ou, no passado devido à pobreza, internados pela própria família– encontrava-se devidamente equacionada por um conjunto de leis e instâncias, que, na maioria das vezes, permitiu estabelecer uma “rede” (fictícia) de proteção em torno daqueles que se sentiam acuados com a presença dos “pequenos delinquentes”. O principal desejo da sociedade, no passado, era transformar o menor (que no decreto citado é definido como anormal) em um homem honesto e trabalhador, integrando-o à vida social. Esta preocupação já se encontrava presente, em 1934, quando Getúlio Vargas criou a Inspetoria Geral do Ensino Emendativo:

pois considerando que os anormais, nas suas diferentes categorias ou tipos, podem se adaptar, na sua maioria, no meio social, desde que sejam submetidos a processos de educação adequados à sua deficiência física, sensorial ou psíquica, e atendendo a que a Constituição da República, a ser promulgada, torna obrigatório o ensino e assistência geral aos desvalidos e que esta será muito menos onerosa uma vez que se promova a conversão, pelo ensino, dos anormais em cidadãos úteis e capazes (dec. 24.794, de 14/07/34).

A medicina, ao estudar o problema da criança abandonada e delinquente, tinha como pretensão poder dominá-la e, ao mesmo tempo, produzir um saber sobre ela. Por isso, o sistema de classificação foi se refinando cada vez mais, tanto no interior quanto no exterior dos estabelecimentos, exigindo que dispensassem à criança a assistência necessária a sua preservação e

à constituição de uma sociedade higiênica e civilizada (Machado, 1978).

É imprescindível que o público compreenda o problema da prevenção e tratamento da delinquência infantil, para que ele esteja em condições de colaborar em programas sadios e construtivos de Higiene Mental, no sentido de influir no comportamento e na construção sadia da personalidade dos futuros homens de amanhã (RIBEIRO, 1943, p. 12).

Embora de forma distinta e com outros matizes, percebe-se que estes discursos permanecem mesmo depois de 4 décadas. Ao assistirmos em propaganda política, num contexto histórico em que as palavras tentam suavizar a violência contida nos projetos, o candidato a deputado federal Jair Bolsonaro apresenta, sem nenhum pudor, como proposta de governo a defesa da pena de morte e a redução da maioria penal. Ligado ao Partido Progressista, foi eleito deputado estadual com mais de 40 mil votos. “Defende a dignidade das forças militares e auxiliares e se preocupa com a explosão demográfica e a valorização da família”. A política do atual governador do estado do Rio de Janeiro deixa clara a lógica genocida quando declara querer transportar para o Brasil um estudo feito nos Estados Unidos que prova que a legalização do aborto impedirá os pobres de terem tantos filhos e, conseqüentemente, na mesma proporção, a violência terá seu número reduzido. "Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal", declarou o governador Sérgio Cabral Filho. (site G1, 24/10/07)

As chuvas que trouxeram o desabamento de várias encostas no município de Niterói no mês de abril de 2010 fizeram surgir novamente esse debate, que nunca se perde, mas há momentos em que ele irrompe com mais intensidade e veemência.

Fui fazer um exame, pela manhã, e o que mais se escutava nas ruas era sobre as enchentes que assolam Niterói desde a segunda. Principalmente sobre o boato que correu do arrastão que, supostamente, aconteceu ontem. Uns dizem que foi boato e outros afirmam que a mídia está abafando, pois estão do lado do governo. Para não dizer que o governo perdeu a mão e se instaurou o caos na cidade. As falas me chocaram bastante: “tem que haver controle de natalidade com essa população, eles têm mais de não sei quantos filhos e vão fazendo puxadinhos um atrás do outro. Eles também são...(burros?) morar em área de risco? Estavam querendo o quê?”

Sai muito decepcionada, porque não são só essas pessoas que estavam ali, elas só são a

encarnação de um pensamento que vigora atualmente. Atualmente? Não. Há muito tempo. Biopoder, controle da população, em sua feição mais grosseira. Continuando... depois de ouvir isso tudo, peguei uma imensa chuva. Sai sem guarda-chuva, porque estava um sol lindo quando saí de casa. Consequência: tive que ficar parada na esquina, debaixo da marquise, esperando a chuva passar. Que vida é esta que estamos levando? Morrendo pessoas como se fossem papéis? Descartáveis, sem valor nenhum? Foi aí que encontrei José. Um artista de rua, confeccionando cadeiras. Ele logo falou: “deixa essa sacola pesada aí menina, espera a chuva passar. Caramba, você gosta muito do seu cachorro hein?!” Falando ele da minha sacola pesada. “não, moço, isso aqui é coisa de farmácia”. “Ah, sim desculpa”. Conversamos sobre a chuva que não para. Ele disse morar em Rio do Ouro, em uma região que não está tão difícil quanto as outras, pois morreram “apenas” duas pessoas. Você vê que a quantidade de pessoas é o que acaba importando, como se fossem números. Contou que seu amigo tentou salvar uma criança de 6 anos que morreu, porém ela correu com o rio que se formou. “Ele está desolado, toda vez que liga a televisão, cai em prantos”. Perguntei quanto tempo tem que ele trabalha ali, visto que eu nunca o vi. “Tem 23 anos, minha filha”. Nossa, tem a mesma idade que eu, que moro aqui. Disse assustada por nunca tê-lo visto. José me disse que trabalhava no banco Bamerindos, “mas teve um dia que eu vim todo molhado de chuva e entrei no ar condicionado do banco, pedi para o chefe desligar, porque eu já estava ficando mal de gripe, mas ele não desligou. Então pedi minhas contas”. Contou José rindo. “Ah não, não sirvo pra essa vida de ficar trancafiado dentro de um lugar, gosto de ficar na rua, conversar com as pessoas. Aqui todo mundo me conhece”. Passou um senhor na hora e começou a conversar conosco sobre a tragédia que está acontecendo. “Que pena que o morro do Bumba só ficou conhecido, só teve visibilidade através de uma tragédia”. É isso. Só se tem visibilidade quando se mostra como um problema, como uma perturbação da boa ordem. “Melhor ficar desabrigado do que soterrado”. Lateja a propaganda do governo federal na minha cabeça, apenas para evitar que o estrago para eles (governo) seja muito maior do que já está. Quando o estrago é anterior a estes deslizamentos de encostas, ou melhor, quando ela é apenas o efeito de uma política “racista” (no sentido dado por Foucault, que fazer viver é esse?) que vigora há muito tempo. Águas que vêm para o bem, não queria dizer isso, mas essa chuva serviu para alguma coisa boa pra mim, me impelindo a parar e encontrar com essas histórias. (Diário de Campo, 09-04-2010)

A partir desse mapeamento dos pobres, em um contexto de transformações políticas,

econômicas e sociais no Brasil e no mundo, em que a atenção está voltada para este que se constitui enquanto perigoso, é que a preocupação com a prevenção se dá. A criança como futuro da nação, futuro cidadão se torna foco das intervenções moralistas de médicos, educadores e juristas. No contexto do processo de urbanização o pensamento médico oferece bases científicas para higienizar os espaços públicos, estabelecendo novas ordens sociais, intervindo em toda organização social, tanto no que se refere aos projetos arquitetônicos, quanto biológica e afetivamente. Esta política fomenta uma outra relação das famílias com seus pares, instituindo a educação sanitária no interior destas famílias (Scheinvar, 2004).

A criança e o adolescente tomados como futuros cidadãos se tornam objeto de investimento e seu conseqüente perambular pelas ruas e o alarde para o aumento da criminalidade infantil inspiram atenção e controle por parte do Estado e dos juristas, estes últimos responsáveis pela criação do termo “menor”.

É ainda no início da República que percebemos o crescente olhar sobre a infância atingida pela pobreza, enfatizando-se as más conseqüências que adviriam no futuro (para ela e para o país), causadas pela vadiagem e pela criminalidade. Vemos delinear-se uma oscilação que podemos observar até os dias de hoje: ora o foco das discussões incide sobre a defesa da criança, que deve ser protegida; ora sobre a defesa da sociedade contra a criança, que deve ser corrigida, disciplinada, vigiada. (Bulcão, 2002)

Em um processo de discussão de projetos necessários para legislação destes setores, em 1927, é promulgado o Código de Menores. A própria legislação deixa explícita a diferença entre o conceito “menor” e o conceito de criança. Menores passaram a ser todos aqueles os quais a sociedade atribuía um significado social negativo. Menores eram aquelas crianças e adolescentes pobres, pertencentes às famílias com uma estrutura diferente da convencional (patriarcal, com pai e mãe presentes, com pais trabalhadores, com uma boa estrutura financeira e, por isso, também emocionalmente estruturada , dentre outros).

Art 1o. O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. (MINEIRO APUD BULCÃO, 2002, p.25)

Este código coloca em pauta o Direito de Menores em que é afirmada a construção de uma

política sustentada pelo discurso preventivo e não punitivo, a partir do trinômio assistência-prevenção-proteção. Porém, a prática será punitiva com fins “corretivos”, produzindo efeitos de prevenção e controle. A proteção se direciona não para estes “menores”, mas para a sociedade, aos perigos que aqueles poderiam comportar.

A partir deste código tem início a formulação de modelos de “atendimento”, sem que isto signifique a diminuição da pobreza ou de seus efeitos. Neste sentido, a pretendida racionalização da assistência, longe de concorrer para a mudança nas condições concretas de vida da criança, vem se constituindo muito mais em uma estratégia de criminalização e medicalização da pobreza.

Em 1979, o Código de Menores, a partir dos questionamentos dirigidos às suas proposições, é revisado e o que antes era intitulado “pessoas em risco social”, nomenclatura que se dirigia às circunstâncias que expunham crianças e adolescentes a situações de ameaça ou transgressão à sua integridade física, psicológica ou moral, por ação ou omissão da família, de outros agentes ou do próprio Estado, se modifica para “pessoas em situação irregular”, se referindo à impossibilidade de os pais proverem “condições essenciais à sua sobrevivência”, destituindo os pais que não conseguiam se enquadrar na oferta de tais condições essenciais. Vai, assim, da prevenção ao tratamento.

Pela legislação que vigorou no Brasil de 1927 a 1979, o Código de Menores, particularmente em sua segunda versão, todas as crianças e jovens tidos como em perigo ou perigosos (por exemplo: abandonado, carente, infrator, apresentando conduta dita anti-social, deficiência ou doente, ocioso, perambulante) eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento. Na prática isto significa que o Estado podia, através do Juiz de Menor, destituir determinados pais do pátrio poder através da decretação de sentença de "situação irregular do menor". Sendo a "carência" uma das hipóteses de "situação irregular", podemos ter uma ideia do que isto podia representar em um país, onde já se estimou em 36 milhões o número de crianças pobres.(ARANTES, 1999, p. 258)

Na esteira dos movimentos pró-democracia da década de 80 – que se encontrava ainda sob o jugo do regime ditatorial – é formulada e implementada a Constituição Federal de 1988. Em um contexto de mobilização popular, iniciou-se uma articulação em prol de uma lei que colaborasse decisivamente para a exigibilidade dos direitos constitucionais das crianças e adolescentes, resultando no Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A – Lei 8069/90), sancionado pelo então

presidente Fernando Collor, no dia 13/07/1990. Deste modo, foi expressamente revogado o Código de Menores.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, o termo "menor" foi abolido e, pautado na Doutrina da Proteção Integral, passa a definir todas as crianças como “sujeito de direitos”, “com necessidades específicas”, “decorrentes de seu desenvolvimento peculiar”, e por conta disso, deveriam receber uma “política de atenção integral” a seus direitos construídos social e historicamente.

No papel, a mudança é radical, vai à raiz: a criança deixa de ser vista como menor e passa a ser vista como “cidadão de direitos” e não um expectador das tentativas de sabê-lo vítima ou responsável pelos descabimentos sociais; situado, assim, no patamar de um sujeito construído historicamente, com direitos e deveres que devem ser garantidos.

Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), mesmo reconhecendo a devida transformação implementada pelo Estatuto ao abandonar a tradição menorista e remeter ao Estado e à sociedade a responsabilidade de zelar e garantir pelos chamados direitos, não deixam de dirigir suas análises aos efeitos da lógica desenvolvimentista que permeia e fundamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eles estão presentes em vários de seus artigos, tais como:

Art. 3º. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana [...] assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 6º. Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige [...] e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 15º. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis [...].

Art. 53º. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa [...]" (BRASIL, 1990, grifos nossos).

É com estes atores, produzidos pela lei, ou melhor, produzidos pelas práticas de um tempo, que queremos discorrer nossas análises. Mais especificamente aos jovens pobres que circulam pelas

ruas. Este jovem, que por se acreditar desviante, precisa ser reconduzido à posição de adolescente, ser em desenvolvimento, e por isso, protegido. Mas será que se pode apenas detectar a presença de vida infantil e adolescente nas ruas e clamar por providências que as retirem de lá? Não há aspectos dessas existências capazes de nos fazer pensar sobre a condução de nossa vida?

Capítulo II – Daquilo que se refere ao espaço: a cidade viva

Na realidade, os pais hoje em dia não têm mais controle sobre os filhos, salvo exceções, o que mais se vê pelas ruas, a qualquer hora do dia são crianças de todas as idades, perambulando, sem o que fazer e sem ninguém que as controle nem lhes dê rumo. Essas crianças são presa fácil para o mundo da prostituição e do tráfico de drogas, mas, parece que isso não sensibiliza nossas autoridades, porque as medidas tomadas e os programas que existem são apenas tecnocracia e nada mais, feitos por gente que nunca viu um menino de rua. (...) Existem três perguntas que gostaria de fazer aos pais e aos filhos adolescentes: 1 - O que poderá estar fazendo perambulando pela rua após as oito horas da noite, uma criança entre dez e doze anos de idade? 2 - Que planos terá um jovem de treze ou quatorze anos vagueando pela rua depois das dez horas da noite? 3 - Com que objetivo estarão pelas esquinas, pelos bares e pelas ruas, jovens com até dezoito anos de idade, depois das onze horas da noite? A resposta é nada. Uma criança com dez ou doze anos de idade não tem que sair à rua depois que anoitece, um jovem na puberdade, entre doze e dezesseis anos, nada tem a fazer na rua à noite, onde os perigos são inúmeros. Se um jovem com mais de dezesseis anos, até perto dos dezoito não tem responsabilidade para assumir os atos que pratica criminalmente, então também não tem nada que estar junto com adultos em ambientes que são para adultos. A esquina, o meio da rua, bares, lanchonetes, inferninhos, bailes, boates, festas de rua e afins são para adultos, crianças como eles são considerados pela Lei tem que estar em casa (Jornal "O Globo": Seção Carta aos leitores sobre a lei do toque de recolher).

Conhecidas interrogações, palavras de ordem cuja ordem já é sabida, disparos de controle e esquadrinhamento da vida explodem todos os dias em diversos cantos do mundo. O escrito acima se refere à polêmica discussão que surgiu a respeito da Lei do Toque de Recolher para crianças e

adolescentes²³ que foi implementada em algumas cidades do Brasil em 2009 e 2010. A medida foi criada com o intuito de restringir a circulação de crianças e jovens nas ruas, visto que a rua comporta o “mundo do tráfico, das drogas e da corrupção”, como bem retrata o caro leitor. Ainda assim, vemos verdejar um paradoxo nesta fala – fala que é mais uma voz no meio de um coro afinado que brada os novos tempos – que crianças e jovens são estes que se quer salvaguardar? Que vidas queremos assegurar, afinal? Dada a resposta, que ecoa quase óbvia de nossa boca, façamos outras perguntas: é exposto com todas as letras que lugar de criança e jovem considerados pela Lei (no caso o Estatuto da Criança e Adolescência) não é na rua, ainda que uns precisem ser protegidos do perigo e outros se constituam enquanto o próprio perigo. Voltamos assim às perguntas que “fecham” o primeiro capítulo e que movem a presente dissertação, acrescentando uma outra, interrogações já um tanto modificadas pelos elementos que foram dados para pensar, interrogações que se façam ressoar por toda a dissertação: como o jovem pobre se configura em um problema a ser sanado? Mas será que se pode apenas detectar a presença de vida infantil e adolescente nas ruas e clamar por providências que as retirem de lá? Não há aspectos dessas existências capazes de nos fazer pensar sobre a condução de nossa vida? Já que estamos falando de circulação urbana, como se dá a relação entre espaços e subjetividades?

Muitos são os disparos. De lá e de cá somos alvejados o tempo inteiro. Informações, notícias, espetáculos midiáticos, leis, julgamentos. Mas... Existe sempre um “mas” revigorante que nos retira do peso da sina. Mas ainda que as rajadas dos disparos da vida fascista sejam mais barulhentas, existem os disparos mais silenciosos, fragmentados em sua trajetória. Como diz o escritor Mia Couto (2003) “a mudança requer outras pólvoras, dessas que explodem tão manso dentro de nós que se revelam apenas por um imperceptível pestanejar do pensamento”. (p.223) Pois, então, sigamos a cata de seus estilhaços.

O menino que produzia cera, mel, trabalho e perguntas

Estava andando na rua hoje, quando no meu caminho aparece um menino chamado Marlon que

²³ O toque de recolher para jovens tem sido implantado em cidades do país com o objetivo de afastar os jovens das drogas e do envolvimento em outras ocorrências policiais. Atualmente, o toque vigora em dezenas de cidades das comarcas de Patos de Minas, Arcos e Pompeu, em Minas Gerais; em Sapé, Taperoá, Livramento e Assunção, no Estado da Paraíba; em Taouá (CE), Mozarlândia (GO), Guajará-Mirim (RO), Fátima do Sul e Nova Andradina, em Mato Grosso do Sul; em Santo Estevão (BA); e em Ilha Solteira, Fernandópolis e Itapura, no Estado de São Paulo. E ainda está em discussão sobre sua implementação em algumas cidades do país. Em pesquisa de opinião realizada pelo programa *Fantástico* da Rede Globo de televisão em 2009, 90% das pessoas que votaram eram favoráveis à lei do toque de recolher para jovens.

estava sentado pedindo dinheiro para comprar comida. Marlon já tinha R\$ 2 e umas moedas na mão. “Vou então comprar um lanche pra você. Do que você gosta?” Disse eu me sentindo a moça da sopa. “Qualquer coisa tá bom”, disse o menino parecendo não muito acostumado a alguém perguntar do que ele gostava de comer. Opa, uma diferença da moça da sopa, pensei. Insisti para ele dizer o que gostava. Marlon disse que gostava de qualquer salgado com um refresco. Não gosto de fazer filantropia, me sinto como se estivesse humilhando essas pessoas ainda mais do que elas já são cotidianamente, mas queria arrumar um jeito de puxar conversa com ele e foi esse o modo que encontrei. Comprei o salgado com o refresco. “Obrigado”, disse Marlon com um sorriso e continuou: “Vou guardar para o meu irmão que está ali guardando os carros”. Fui puxando assunto e Marlon me contou que atualmente está abrigado numa igreja batista próxima, pois sua casa está em risco de desabamento depois das chuvas em Niterói. Seu pai é catador de latinhas e sua irmã mais velha cata junto. Ele e seu irmão ficam guardando carros. “Não quero isso, mas ou é guardar carro ou catar latinha”. Enquanto conversávamos, além dos olhares das pessoas, uma abelha insistente participava de nossa conversa. Tentamos distraí-la com o refresco-guaraná, mas a abelha ficava em cima do menino, espreitando sua boca. “É só não fazer nada com ela que ela não pica”, disse o menino calmo frente à minha inquietação com a abelha. Fiquei pensando se Marlon já tinha visto o filme “Bee Movie”. O que a história dessa abelha tem em comum com a história de Marlon? O que a história desse ser insignificante, que todos querem espantar para longe de suas vistas e vidas, tem a nos dizer?

Benson vive em uma colméia em que todos os seus habitantes já têm o seu destino traçado: a saber, trabalhar com mel. Benson então passa por toda uma preparação desde pequeno: “sabemos que vocês abelhas têm trabalhado duro toda a vida, para merecer trabalhar duro a vida toda”, “escolham direito, porque vocês vão trabalhar na mesma coisa até o último dia de suas vidas” (fala da abelha funcionária da empresa Honex, fabricante de mel). Benson se vê encarcerado nessa predestinação e lança pontos de interrogação a este modo de vida, no entanto, a naturalização e a segurança desse processo impedem que as outras abelhas tenham ouvido para isso. Questionar e fazer o que de diferente? Insinua o amigo da abelha-Benson e também Marlon. (Diário de Campo, 05-06-2010)

2.1 Cidade como palimpsesto: O Brasil contém cidades de cidades misturadas, contém cidades de cidades camufladas.

Foucault em seu livro “Microfísica do Poder” (1992) nos lembra que além do tempo se organizar enquanto questão de fundamental importância a ser debatida, não devemos nos esquecer também do espaço como matéria de constituição de subjetividades. Sendo assim, tendo falado sobre o tempo naquilo que ele nos oferta de possibilidade de aprisionamento e criação, traremos neste capítulo o espaço.

No ano de 1628 William Harvey, médico britânico, transformou a concepção médica acerca do corpo. A teoria do calor inato dos corpos é destronada e o coração que antes era ligado à emoção e sensação passa a ser aquele que conduz o sangue pelas artérias e veias do corpo, aquecendo-o. Quanto melhor o pulsar vigoroso deste coração e a desobstrução das artérias e veias para fazer passagem, mais este sangue irá circular trazendo saúde e bem-estar para este corpo. Em franca expansão do capitalismo moderno, Adam Smith, economista e filósofo do século XVIII, percebe que o funcionamento da cidade precisa correr tal como o do organismo: a circulação de bens e dinheiro era mais rentável que a propriedade fixa e estável. A cidade enquanto circulação de pessoas e mercadorias vai apresentar uma outra experiência sensorial, um desapego com relação à paisagem que o circunda. Não se repara mais o lugar por onde se passa, o corpo segue no fluxo das pessoas. A cidade viva vê fenecer a experiência comum das gentes para dar lugar à experiência de si mesmo, pois é o indivíduo que circula (Sennett, 1994).

(...) no espaço urbano, o individualismo assumia um sentido particular. As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado. (SENNETT, idem, p.264)

O leitor não se apresse em crucificar a modernidade, o capitalismo ou o individualismo. Ou até deixar-se cair em nostalgia e conclamar um passado em que era possível se viver melhor. É pelo valor das diferenças que cada contexto traz e dos possíveis produzidos neles que nos é ofertada a riqueza de viver. Não entoaremos louvores a qualquer tempo histórico, queremos não o que está feito, mas o que tortuosamente ainda se faz e sorver seus aprendizados, pois como diz o poeta Gonzaguinha queremos é “cantar e cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz” (1982).

Em sua historicização sobre “as estratégias urbanas de isolamento e exclusão” Josephson (1994) nos conta que a cidade surge como objeto de intervenção a partir das transformações

produzidas pela Revolução Industrial no final do século XVIII. O motor a vapor, símbolo da revolução, traz nos novos ares que ela jorra a derrubada das cidades medievais e, com ela, a preocupação com a cidade, com as múltiplas relações tecidas neste espaço. O urbano nasce como conceito incitando a produção de novos saberes.

O liberalismo econômico; o crescimento da vida nas cidades em detrimento da atividade campesina; a difusão das idéias iluministas (que integra a conquista da liberdade à razão e a uniam à crença na personalidade individual enquanto um princípio social); a busca dos caminhos de exteriorização direta dos sentimentos e pensamentos, forjada pelo movimento romântico; estabelecimento de uma política médica voltada para o bem-estar e a higiene de cada indivíduo e da população.

Em consonância com as propostas de ordem e de progresso, essas experiências anteriormente citadas vão ser fomentadoras do nascimento do urbanismo no século XIX. O urbano implanta um sistema de idéias, inventando conceitos e articulações outras para dar conta daquilo que estava sendo gestado. A cidade será compreendida enquanto fenômeno urbano em que estratégias precisarão ser lançadas para viabilizar a passagem deste novo enredo que estava sendo composto pelo capitalismo: o indivíduo como forma de liberdade, como forma de viver.

Os cenários da cidade vão sendo decompostos para dar vazão à emergência de uma cidade próspera, propícia ao movimento do capital e das pessoas que precisavam da velocidade. O projeto urbanístico se pautará nesse ideário de saúde para implantar suas reformas. Começam a retilinearização dos espaços, jogando as classes pobres para outros lugares bem longe do projeto em que o meio para se conseguir o progresso era a ordenação das cidades, numa iniciativa de promover uma limpeza orgânica, estética e moral.

Este intento de fazer das cidades um grande campo de circulação continha também a necessidade de fazer dispersar as multidões que se aglutinavam para contestações, como as classes operárias. A multidão vai se inscrevendo na história como um contraponto para o modo de existência privado, como possível mácula à práticas privatizantes que se instauravam naquele momento.

Para dar prosseguimento a um projeto de cidade reformada, ordenada e disciplinada era necessário contar com os especialistas do espaço: médicos, filantropos, sociólogos, políticos, etc. Teciam críticas aos tracejados das ruas, as construções indevidas, úmidas, sombrias, a pavimentação

inacabada, o sistema falho de distribuição e de escoamento de água. Para eles, estas “irregularidades” eram causa de doenças e precisavam ser tratadas. Para tanto, a medicina é incumbida de tratar dessa aglomeração urbana que se formava e, conseqüentemente, do rastro de miséria e desemprego que ela deixava. (Josephson, 1994)

Procurava-se controlar os elementos naturais, o ar e a água, e a massa de indivíduos, distribuindo-os, isolando-os uns dos outros, vigiando-os e investigando-os para descobrir seu estado de saúde. Controle dos elementos, controle da cidade e dos indivíduos. (JOSEPHSON, idem, p. 13)

Sofriam os efeitos dessas investidas principalmente aqueles que faziam da cidade, das ruas seu meio de ganhar a vida – os operários e os pobres. Buscava-se retirá-los desses espaços, controlá-los e fixá-los num só lugar, extinguindo suas possibilidades de trabalho e subsistência.

Faziam também parte da paisagem daquela época os cortiços e as casas de velhas tábuas e chapas que, com as vidas de seus habitantes à mostra, se misturavam à costumeira rotina das ruas. Esse modo de viver que se expunha a céu aberto, para os médicos, não condizia com a cidade que estava se dando a escrever. A escrita da cidade do progresso era feita com as letras garranchosas do médico, na qual apenas um grupo seletivo conseguia acompanhar; linear sem transvias ou obstruções e refletindo a assepsia branca dos jalecos. Portanto, as vidas que se avolumavam nas ruas criavam entraves a esta escrita, posto que não seguiam a cartilha da boa escritura. Ante a possibilidade de uma cidade incontrolável, da cidade escrita de outra maneira que não a do desenvolvimento e da prosperidade, essas formas de existir foram sendo constituídas como perigosas, promíscuas e ameaçadoras e a rua como o lugar do imprevisível em que as mais diferentes formas de vida circulavam, em outras linhas, a rua como o lugar do perigo.

A história começa a nos apontar a emergência de nosso campo problemático: a rua como morada do estranho e a figura do estranho (o pobre) enquanto problema de ordem urbana. Porém, ainda incompleta em razão de nossos personagens ainda não terem aparecido: os jovens.

Tendo a rua que ser alvo de inúmeros investimentos urbanísticos até a sua efetiva assepsia, o modelo de casa burguesa do século XVIII cuja funcionalidade e racionalidade se apresentavam através da separação dos quartos, da existência de corredores de comunicação entre os cômodos e das camas fixas nos quartos trazem um outro modo de lidar com o cotidiano: a necessidade de isolamento e intimidade, em que o sujeito pode debruçar-se sobre si e se auto-conhecer. A casa

torna-se então o lugar de refúgio contra a ameaça do espaço público. Lá dentro é que vão ser intensificados os sentimentos familiares, a moral e a intimidade. É, portanto, no seio familiar que a criança desenvolverá os seus traços de personalidade eliminando a variedade e a complexidade. (Josephson, 2004)

Importante fazer a ressalva de que é nesta sociedade, daquilo que Foucault (2003) chamou de sociedade disciplinar cuja necessidade de conhecer e esquadrihar o indivíduo para melhor controlá-lo aparece como sua prerrogativa, que o sentimento de infância e sua consequente obrigatoriedade de cuidados e proteção surge, posto que nas sociedades medievais a criança tinha condições de viver sem a mãe, tornando-se parte do mundo dos adultos a partir de sete ou nove anos, sendo enviada para outras casas, a fim de que pudesse aprender algum ofício (Ariés, 1981).

O surgimento da escola foi parceira deste movimento de cuidados com a infância, se constituía em um outro espaço para que a criança não ficasse solta no mundo.

A extensão progressiva do período de aprendizagem escolar (...) foi dando consistência e visibilidade à etapa intermediária entre a infância e o mundo adulto, consistida pela adolescência e a juventude (...) Ariés afirma, assim, que se o modelo de infância começa a se constituir nas sociedades europeias no século XVII, é somente no século XX que a adolescência aparece como uma etapa socialmente distinguível. (ABRAMO, 1997, p.6)

Família e escola de braços dados formavam os espaços necessários de transmissão de uma moral segundo o qual os adultos se preocupavam em isolar a infância e a adolescência do mundo da rua, afastadas das perversões que esta comportava. Nesta perspectiva os jovens em situação de rua que por lá transitavam ou até mesmo moravam, ficavam estigmatizados por esta situação. Como já falamos anteriormente no primeiro capítulo, vão sendo, assim, delineadas infâncias diferentes, desiguais para sermos mais precisos.

Chegamos no ponto em que os nossos atores/autores enunciam a sua aparição na história, uma história que narra a engrenagem de produção dos jovens pobres enquanto problema de ordem urbana. Mas falamos de um outro cenário, do cenário europeu do século XIX. Há então que nos imergir em uma outra história, inserir a nossa questão no contexto brasileiro. A figura do palimpsesto²⁴ nos serve como imagem para pensarmos que a cidade apresenta inúmeros textos uns

²⁴ O palimpsesto é um antigo material de escrita, um tipo de pergaminho. Acredita-se que devido à escassez deste material, ou ao seu alto preço, ele era usado duas, três ou mais vezes, depois de passar por uma raspagem do texto anterior. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/buscar.php?palavra=palimpsesto>

superpostos aos outros, em outras palavras, a história europeia entra no catálogo dos vários textos que compõem as cidades brasileiras.

A “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias com toques de nostalgia e nacionalismo exalta um Brasil de qualidades e peculiaridades que não se apresentam em outros países. No entanto, sabemos que nas terras de palmeiras onde canta o sabiá a importação de modelos de outros países é uma marca muito forte. E foi assim com o projeto de reorganização urbana do Rio de Janeiro do século XX. Inspirado na remodelação que a Paris do Barão de Haussman²⁵ sofreu no início do século XIX, o prefeito Barata Ribeiro em 1893 formou um aparato ostensivo para demolir o cortiço “Cabeça de Porco” localizado no Centro do Rio de Janeiro. O aumento do número de cortiços no Rio de Janeiro se deu em um momento em que o sistema escravagista já apontava sinais de incompatibilidade com a situação econômica e a política vigentes. Deste modo, os cortiços serviam de abrigo para os escravos libertos e escravos fugidos, posto que a organização destes lugares permitia confundir àqueles não acostumados a este modo de viver. Challoub (1996) acredita que a decisão política de querer acabar com os cortiços tem relação com a necessidade de apagar a memória dos movimentos sociais empreendidos por essas camadas populares. Além disso, os cortiços eram concebidos como focos de irradiação de epidemias, terreno fértil para a propagação de todos os tipos de vícios e doenças.

Dando prosseguimento a este plano, o prefeito Pereira Passos, médico sanitário, no início do século XX, introduziu uma série de melhoramentos, com a abertura de ruas e avenidas, que deveriam ser margeadas por prédios elegantes e artísticos, promovendo a abertura à circulação urbana de veículos, mercadorias e pessoas e, conseqüentemente, exilando ex-escravos, operários e assalariados para as zonas suburbanas.

Os vendedores ambulantes, os condutores de transporte de tração animal, os vendedores de quiosques, os engraxates, os carroceiros e outros, foram expulsos das vias públicas nas áreas reurbanizadas por Pereira Passos, gerando a idéia de que a miséria e a desigualdade social haviam deixado de existir, quando o que houve foi um reforço da

²⁵ Segundo Josephson (1994, p.17) “ (...) Haussman reduziu a pó quarteirões inteiros, populosos, habitados por gente de toda espécie, e que tinham sido palco, num passado recentíssimo, de sublevações populares. Sua justificativa para estes “cortes cirúrgicos” (Holston, 1993, p.54) expressava o credo das propostas médicas para higienizar e sanear a cidade, ao mesmo tempo em que se embelezava, dotando-a de ar, luz, áreas verdes e flores – tudo o que faz bem a saúde”.

rígida estratificação do campo social. (ARAÚJO APUD JOSEPHSON, 1994, p.19)

O Rio de Janeiro vai tomando contornos de uma cidade orgânica, pois a preocupação não era de estabelecer uma cidade bela, mas sim de dar conta das questões urbanas que começavam a eclodir com o inchaço das cidades, tais como: a escassez de moradias, a ocupação desordenada do espaço público, etc, segundo os princípios da funcionalidade e da racionalidade. Assim, a nova estruturação da cidade do Rio de Janeiro virou modelo para todos os centros urbanos.

Na literatura da época podemos ver a presença da composição dessa nova cidade. Composição esta que remonta à teoria da circulação de Harvey. No conto “O Fisco” de Monteiro Lobato (1951), cujo cenário é a cidade São Paulo, o narrador elabora sucessivas comparações entre o organismo humano e a vida na cidade. Um menino, filho de imigrantes italianos, tenta ajudar a família se tornando engraxate. Mas assim que se dirige à praça, é abordado por um fiscal da prefeitura que exige dele a licença municipal. Sem o dinheiro para a licença, o menino é levado até sua casa, sua mãe tem de gastar as últimas economias do mês e o menino bem-intencionado acaba por levar uma surra do pai, enquanto o fiscal se dirige ao bar da esquina para tomar uma cerveja com o dinheiro que “arrecadara”. O micróbio no conto era uma criança maltrapilha, apavorada e sem entender o que estava acontecendo.

A rua é a artéria; os passantes, o sangue. O desordeiro, o bêbado e o gatuno são os micróbios maléficos, perturbadores do ritmo circulatório determinado pelo trabalho, em particular dos imigrantes italianos. O soldado de polícia é o glóbulo branco - o fagócito de Metchenikoff. Mal se congestiona o tráfego pela ação anti-social do desordeiro, o fagócito move-se, caminha, corre, cai a fundo sobre o mau elemento e arrasta-o para o xadrez. (p.61)

Patto (2000) em “Mutações no cativo: escritos de psicologia e política” lança a questão de que os ranços do período colonial impediram que o processo de urbanização no século XIX pelo qual passaram os países fortemente engendrados pelos princípios do sistema capitalista se desse tal qual aqui no Brasil. Segundo a autora as reformas realizadas no Rio de Janeiro de 1900 serviram para facilitar a circulação de mercadorias e favorecer a especulação imobiliária através da restauração e embelezamento dos grandes centros, colocando toda a “sujeira” para longe das vistas das empresas construtoras.

O tardio término do período escravocrata e sua consequente herança não permitiram que o Brasil adotasse todos os preceitos fundamentais do liberalismo, posto que as liberdades individuais eram violadas cotidianamente, os proprietários de terra dominavam a máquina do Estado e os

despossuídos estavam sob o jugo dos poderosos que mantinham seu poder através da violência física. Por este motivo, a presença da medicina higiênica se instala precisamente no século XX a partir do entendimento de que a cidade precisava estar par a par com os preceitos da modernidade.

Deste momento então a cidade, o espaço urbano, traçados segundo a lógica higienista em que se deve guiar pelo lema “um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar”, vai produzindo modos de viver, modos de se comportar, de pensar, de vestir, provocando a separação entre formas de existir pertencentes à rua das formas de existir relativas à casa. É inegável o co-engendramento de espaço e subjetividade, visto que as ruas abertas em largura fazem correr os automóveis, as calçadas diminuídas imprimem nos corpos certa irritação com os outros ritmos que andam, as cidades da qualidade de vida não comportam o vagar lento dos passos daqueles que ela produz, os prédios gradeados nos falam coisas sobre o medo na cidade, os espigões subindo aos montes nos falam de uma política atual, etc.

João Antônio (1992) em seu conto “Guardador”, através do seu questionamento sobre as razões que levam as pessoas a serem caridosas e a dar esmola, nos apresenta as ruas da cidade do Rio de Janeiro da década de 1960. O personagem do conto, um homem velho que trabalha guardando carros pondera sobre as razões que levam as pessoas a dar esmolas. Nas ruas das grandes cidades brasileiras se encontram pessoas de todas as idades, geralmente crianças, que trabalham cuidando do carro na ausência do proprietário. Por uma pequena quantia em dinheiro o dono do carro evita o transtorno de encontrar seu carro com um pneu furado ou com a pintura arranhada, se encontrar seu carro. Esse guardador de carros não tem muitas ilusões sobre a caridade mostrada por seus semelhantes. A minoria segundo ele realmente entende pelo que passa a pessoa que mendiga. O mesmo guardador descreve meninos de rua dormindo em uma praça, imundos e ameaçadores:

A praça aninhava um miserê feio, ruim de se ver. A praça em Copacabana tinha de um tudo. De igreja á viração rampeira de mulheres desbocadas, de ponto de jogo do bicho e parque infantil nas tardes e nas manhãs. Pivetes de bermudas imundas, peitos nus, se arrumavam nos bancos escangalhados e ficavam magros, descalços, ameaçadores. Dormiam ali mesmo, à noite, encolhidos como bichos, enquanto ratos enormes corriam ariscos ou faziam paradinhas inesperadas perscrutando os canteiros. (. . .) (p. 50-51).

Esse feio, personificado nas figuras dos “pivetes”, dos meninos de rua, que se fazia insistir nos espaços públicos era alvo de investimentos governamentais, principalmente pelo risco que ofereciam com relação à virtualidade, à possibilidade grande que tinham de se tornar delinquentes.

É imprescindível que o público compreenda o problema da prevenção e tratamento da delinquência infantil, para que ele esteja em condições de colaborar em programas sadios e construtivos de Higiene Mental, no sentido de influir no comportamento e na construção sadia da personalidade dos futuros homens de amanhã (RIBEIRO, 1943, p.12)

A essa altura a pergunta que não quer calar escapole: o que a psicologia tem a ver com o estudo dos espaços, visto que quem assina essa dissertação, por mais que seja feita e efeito da seleção de inúmeros afetos, é uma psicóloga? Uma aluna perguntou com um certo atrevimento quando se discutia sobre urbanização em sala de aula²⁶: “por que você fala tanto de rua se a psicologia se interessa pelo indivíduo?” De antemão respondemos que para um certo entendimento de psicologia, talvez falar sobre o indivíduo e seu interior saciasse e findasse a questão ou então dizer que o homem é produto do meio, como alguns alunos retorquiram à aluna intrigada, sirva para justificar o estudo da cidade. No entanto, fizemos um mapeamento de alguns problemas que concernem só ao redor e dentro da escola. Calçadas curtas com carros estacionados em cima e vias de mão múltipla para a passagem dos carros, dificultando o atravessar de alunos e passantes, não nos dizem algo sobre a aceleração da vida? A própria escola enquanto um espaço não nos coloca um certo modo de agir, pensar e ser aluno? Os outdoors sucessivos esbravejando que a família legítima se dá pela união de homem e mulher, não nos falam sobre as políticas da alteridade?

A produção de saberes acerca dos jovens pobres que se amontoavam nas ruas era intensa e a psicologia na época, ainda não alçada a saber autônomo, era parceira da medicina e do direito e contribuía para feitura desses discursos. A teoria da degenerescência, da qual falamos mais acima, fruto dos estudos do psiquiatra francês Benedict Morel a respeito da determinação genética sob a periculosidade, faz parte do hall de fabricações sobre a virtualidade, do potencial de periculosidade que esses meninos de rua já portam em si.

No filme sobre o sequestro do ônibus 174 o atual colaborador para assuntos de segurança pública da Rede Globo, o ex-policial militar e ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) Rodrigo Pimentel, em entrevista diz da condição de imprevisibilidade ofertada por esses meninos que transitam nas ruas, se referindo em especial ao Sandro da Silva, que sobreviveu à chacina da Candelária e foi assassinado dentro da própria viatura policial, mais precisamente no porta-malas, após o sequestro do ônibus. Eis que para conter esta natureza é preciso que a reação

²⁶ Neste trecho a cena se passa em uma escola de ensino médio na qual a autora desta dissertação atualmente trabalha.

contra se antecipe à ação. Para tanto, a ciência é encarregada de estudar esses movimentos e com base nela inúmeras ações vão se dar e estão se dando.

De acordo com Coimbra (1995) durante os anos 1970, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, as práticas “psi” se destacavam pela ênfase no discurso familiarista, privatista e no poder dos especialistas com sua marcação na fala da competência, da cientificidade e da neutralidade. Todos os espaços passam a estar submetidos aos imperativos da segurança e do desenvolvimento. Como sabemos, o início da década de 1970 foi parte do período conhecido como anos de chumbo, em que a censura e as perseguições foram intensificadas. Muitos artistas brasileiros foram exilados ou se auto-exilaram neste período. Também na década de 70, com o “milagre econômico” do general Emílio G. Médici (1969-1974), a população urbana no Brasil era de 52 milhões de habitantes, enquanto a população rural era de 41 milhões de pessoas. O Brasil definitivamente passava a ser um país urbano.

Nesta mesma época também os grupos de extermínio, que começaram a surgir na década de 1950, estavam em seu auge. Esses grupos, compostos geralmente de policiais, ex-policiais e seguranças matavam crianças de rua, mendigos, homossexuais e prostitutas, geralmente a serviço de comerciantes da área ou outras pessoas e existem, de outras formas até hoje, como é comprovado por esse artigo do jornal *O Globo* de 1993:

Não existe uma tabela. O preço pode variar entre uma caixa de cerveja, um almoço ou um milhão de cruzeiros. Mas não é difícil conseguir que integrantes de grupos de extermínio eliminem um menor de rua até de graça. Ex-PMs da praça da Harmonia afirmam que pode-se matar por favor ou para limpar a área e a execução sumária pode ser encomendada por qualquer um que se sinta incomodado com a presença dos menores de rua: comerciantes, bicheiros ou os próprios matadores. (LOPES, G. 1994, p.81)

A olhos nus vivenciávamos o apagamento das vidas de crianças e jovens corriqueiramente. Vivemos tempos de democracia, de igualdade de direitos, embora há quem aplauda sonoramente as mortes de “bandidos” pela televisão. Viramos um outro regime, ditadura já não é o que somos mais, mas será que viramos a página? Será que o passado ainda não se faz insistir? Será que ainda não continuamos a apagar estas existências?

“Cidade sorriso”, “Cidade com o terceiro melhor Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH)”, “Cidade que tem o setor de alfabetismo e por consequência a educação mais evoluída do Brasil”, “Umas das 4 cidades mais desenvolvidas em condição de vida, em breve o maior conjunto arquitetônico nacional”, “A qualidade de vida no município está entre as mais elevadas do país (terceiro lugar dentre 5.600 municípios), de acordo com os padrões da ONU”, “A cidade que tem o maior número de prédios sendo construídos por metro quadrado”. Titulações e frases recolhidas daqui e dali sobre a cidade-cenário de nossa pesquisa: Niterói. Para além dessas denominações, o que a cidade cujo nome em tupi-guarani significa águas escondidas, pode ainda fazer borbulhar para nós? O filósofo Nietzsche nos legou o brilhante pensamento acerca da força do mar, das ondas, das águas de nos surpreender:

Com que avidez esta onda se aproxima, como se houvesse algo a atingir! Com que pressa aterradora se insinua pelos mais íntimos cantos das falésias! É como se quisesse chegar antes de alguém; como se ali ocultasse algo que tem valor, muito valor. - E agora ela recua, um tanto mais devagar, ainda branca de agitação – estará desiludida? Terá encontrado o que buscava? Toma um ar desiludido? - mas logo vem outra onda, ainda mais ávida e bravia que a primeira, e também sua alma parece cheia de segredos e do apetite de desencavar tesouros. Assim vivem as ondas – assim vivemos nós, seres que têm vontade! (NIETZSCHE APUD HARA, 2010, p.131-132)

Avidez, eis que a vida, a cidade em seu desassossego por diferentes modos de narrá-la, pede a passagem de mais uma história. História-instrumento “cortante produtor de cesuras em uma história valente que segue reta a procura do fim” (Baptista, 2010, p.8).

Menina surfista

Há tanta vida lá fora. Aqui dentro. Sempre. Água. “A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de “leveza”. Há líquidos que, centímetro cúbico por centímetro cúbico, são mais pesados que muitos sólidos, mas ainda assim tendemos a vê-los como mais leves, menos pesados que qualquer sólido”. (Bauman, 2001, p.4) Dia de ressaca do mar na praia de Icaraí. Adoro ver o mar em toda sua potência, mais pesado do que uma rocha esculpindo novas formas nas pedras, na areia. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Insistência! Avistei uma menina que surfava no meio de um monte de garotos. Ela driblava com leveza as ondas que insistiam em engolfá-la. No momento em que ela sentou na areia com a sua mini-prancha ao lado, fui falar com ela. “Nossa, sou sua fã, enfrentar esse marzão e ainda com um monte de meninos ao lado”. A

menina ressabiada me olhou de cima a baixo e respondeu com uma voz dura: “Eu enfrento coisa pior que isso”. “Ondas maiores que essas?” insisti. “É. Ondas de fúria, tristeza, dor...” “Oi, marrenta!” diz um colega surfista para a menina. A menina surfista me conta que mora com os irmãos e a mãe num abrigo da prefeitura, mas não suporta estar lá. “É muito controle. Eles (o abrigo da prefeitura) acham que só porque dependemos deles, eles pode controlar cada passo nosso”. Fica na rua vendendo bala ou canetinhas e às vezes vai à praia para surfar. Os olhares de piedade e os discursos de proteção/controle não a acompanham quando está na praia surfando. Diz Deleuze (1992): “O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o surf já substituiu os antigos esportes”. Dialoga a menina: “Quem não sabe surfar nessa vida acaba se afogando”. “Eu tiro onda pra onda não me tirar, eu tiro onda pra onda não me afogar”, compõe Jairzinho Oliveira (2006). A sua leveza pressuposta em gênero e idade chocam com a dureza de sua vida, com a força de sua palavras, com a destreza com que traça ondas de fuga, com a força do mar batendo em seu corpo, tornando-a potente. (Diário de Campo, 16-07-2010)

Niterói com seus 437 anos guarda muitas histórias. É difícil e até injusto abreviá-las aqui, mas há que se respeitar o recorte que aqui se intenta fazer e a ética proposta de trazer a história cronológica não refutando-a, na medida em que se mantenha viva a necessidade de fazer gritar seus interstícios, desdobrar suas lacunas.

A cidade papa-goiaba²⁷ nasce de uma guerra, de uma disputa de terras entre franceses e portugueses. O governador geral do Brasil, Mem de Sá, em 1560, decide invadir a Baía de Guanabara – terra pertencente à França – pois era considerada importante rota de comércio com as Índias. Para tanto, seu sobrinho Estácio de Sá comandante das tropas convoca o auxílio do bravo cacique de uma tribo tupi, Araribóia. Araribóia, que havia sido expulso pelos franceses de sua terra-mãe a ilha de Paranapuã, aceita o pedido de ajuda e sai vencedor. Com o fim da guerra, em [1567](#), Araribóia recebeu o nome cristão de Martim Afonso e o seu quinhão de terra: por necessidade de manter a segurança na Baía de Guanabara, Estácio de Sá concede o poder de escolha de qualquer uma das regiões da Guanabara. O índio escolhe as terras de Band`Além, a região de águas escondidas, cujo nome em tupi-guarani é Nictcheroy.

Dando um salto na história, partimos agora para o ano de 1834. Ano em que um Ato

²⁷ É chamado papa goiaba o cidadão natural de qualquer cidade do estado do Rio de Janeiro, menos o nascido na capital. No dicionário também consta que papa-goiaba se refere ao caipira que vive no interior, na roça. Niterói ganha “carinhosamente” este apelido por não fazer parte da “cidade grande” do município do Rio de Janeiro.

Adicional nomeia Niterói como a capital da província do Rio de Janeiro. A condição de capital trouxe uma série de desenvolvimentos urbanos, tais como: a barca a vapor, iluminação pública a óleo de baleia, lâmpões a gás, abastecimento de água e novos meios de transporte (bondes elétricos, estradas de ferro, companhia de navegação) para ligar a cidade ao interior do estado.

Nove anos depois, o imperador [Dom Pedro I](#) concedeu à cidade de Niterói o título de [Imperial Cidade](#). A nomeação era dada para alguns centros urbanos considerados mais importantes do Brasil no período Imperial, conferindo-lhes assim certa autonomia e poder regional. No final do [século XIX](#), por volta de [1885](#), foram fundados alguns sistemas de bonde, o que possibilitou a expansão da cidade para o litoral, como Icaraí e os extremos, como [Ponta d'Areia](#) e [Itaipu](#). No entanto, a Revolta da Armada²⁸ em [1893](#), prejudicou as atividades produtivas e forçou a transferência da sede da capital para [Petrópolis](#), junto à fragmentação de seu território: freguesias próximas passaram a constituir o município de [São Gonçalo](#).

Com a amenização da revolta e devido à necessidade da proximidade da capital do estado do [Rio de Janeiro](#) com o [Distrito Federal](#), em [1903](#), [Niterói](#) voltou a ser a capital do estado fluminense. Este fato ocasionou um novo impulso de modernização na cidade com a construção de praças, deques, parques, estação hidroviária e rede de esgotos, além de alargamentos das ruas e avenidas principais.

Alguns nomes se destacam na execução desta cidade feita capital. Paulo Ferreira Alves (1850 - 1908) [engenheiro](#) e [empresário](#), foi o primeiro [mandatário](#) do recém-criado [município](#) de [Niterói](#), nomeado pelo [governador](#) do estado do [Rio de Janeiro](#), [Nilo Peçanha](#). Durante a sua gestão na [câmara municipal](#), foi revisada a planta da [rede de esgotos](#) da [cidade](#), foram alargadas, retificadas e calçetadas as ruas do [Centro](#) e concluiu o projeto de abertura e urbanização da [Alameda São Boaventura](#), no bairro do [Fonseca](#). (Fragoso, 1992)

No âmbito da saúde, criou o Serviço de Higiene Defensiva e a Polícia Sanitária, incorporou ao município os Hospitais de Isolamento do [Barreto](#) (atual Ari Parreiras) e São João Batista, e

²⁸ A chamada Revolta da Armada foi um movimento de rebelião promovido por unidades da [Marinha do Brasil](#) contra o governo do marechal [Floriano Peixoto](#), supostamente apoiada pela oposição monarquista à recente instalação da República. A revolta teve pouco apoio político e popular na cidade do Rio de Janeiro, onde diversas unidades encouraçadas trocaram tiros com a artilharia dos fortes em poder do Exército. Houve sangrenta batalha na Ponta da Armação, em [Niterói](#), área guarnecida por aproximadamente 3.000 governistas, os quais eram compostos entre outros por batalhões da [Guarda Nacional](#).

instituiu o Centro de Serviços Municipais, abrangendo o [Corpo de Bombeiros](#), o Departamento de Limpeza Urbana e Serviço de Arborização e Apreensão de Animais. (Idem)

A sua gestão teve igualmente uma preocupação com o patrimônio cultural do município, sendo que foi reconstruído o Teatro Municipal, restaurados a [Praça General Gomes Carneiro](#) (atual praça do Rink) e o [Monumento à Memória](#) e recuperada a [Companhia Cantareira](#) do [Parque da Vicência](#), no Fonseca. Foram também elaborados estudos para a construção do Matadouro, do Mercado Municipal, do [Campo de São Bento](#) e de várias vilas operárias que deveriam substituir os [cortiços](#) espalhados na cidade. (Ibidem)

Deram continuidade ao plano de urbanização do prefeito Paulo Alves outros gestores que hoje em dia têm seus nomes intitulando as ruas de Niterói: João Pereira Ferraz que teve gestão marcada pela urbanização; Feliciano Sodré que continuou o trabalho com o objetivo de embelezar e também foi responsável pela implantação da rede de saneamento em alguns bairros; Ernâni do Amaral Peixoto que era o prefeito quando houve o aterro de [Praia Grande e](#) os parcelamentos de áreas na Região Oceânica. Vale salientar que o [Aterro da Praia Grande](#) possibilitou grandes obras de potência econômicas e turísticas, como o [Caminho Niemeyer](#), o [Terminal Rodoviário Urbano](#), o campus da [Universidade Federal Fluminense](#), a [Praça JK](#) e a [Estação das Barcas](#).

Segundo alguns historiadores o maior marco para o crescimento econômico da cidade viria em plena ditadura civil-militar, quando foi inaugurada em 1974 a [Ponte Presidente Costa e Silva](#), mais conhecida como Ponte Rio - Niterói, que usou um sistema muito avançado de sustentação. Foi o sinal para o redirecionamento de investimentos públicos, da especulação imobiliária, da infraestrutura e ocupação de bairros da Região Oceânica. No entanto, os porões da história nos revelam que a tamanha visibilidade dada ao faraônico projeto escondia as centenas de mortes de operários que trabalhavam na construção da ponte, posto que não lhes era oferecida segurança.

Em [1975](#), Niterói deixou de ser a capital do estado do Rio de Janeiro, por conta da fusão do estado da [Guanabara com o](#) Rio de Janeiro. Com a nomeação da cidade do Rio de Janeiro como capital do estado unificado, Niterói se viu em meio a um pequeno freio econômico-social. O trauma causado pela perda da primazia foi grande e perdurou quase 15 anos. Niterói passou a ser considerada, simplesmente, uma "cidade-dormitório". Passada a crise no final dos anos 80, Niterói se alavanca novamente e é alçada a uma das cidades com a melhor qualidade de vida do país.

A história versada tal como nos livros de história ensinada nas escolas não nos permite acessar as “duras penas” das batalhas, das lutas pontuais tecidas para fazer convergir tal ou qual movimento. Aliás, as notícias do sangue, do suor, do vai-e-vem, dos pormenores, apesar de incontáveis, não fazem parte da escritura asséptica de uma história linear, mas por ventura marcam os corpos, inscrevem outras histórias, memórias. Em uma conferência destinada aos mais importantes pensadores do mundo, Chimamanda Adichie (2010), contadora de histórias nigeriana, conta que o fato de ter tido contato apenas com a literatura americana e britânica quando pequena, a impediu de acreditar que, negra e de cabelos indomados ao rabo-de-cavalo, podia também fazer parte de uma história.²⁹

Sendo assim, intencionamos criar uma distância, transfigurar o olhar, acrescentar pontos de dúvida, fazer valsar outras perspectivas, produzir ilusões – eis uma das coisas que os meninos nas ruas nos ensinam – todos estes artifícios são úteis para evitar que a existência se transforme tão somente em um campo de batalha (perdida) ao feio, ao asqueroso, ao repulsivo que também constitui a vida de todo o dia. (Hara, 2010)

O menino que carregava coisas inúteis

Acabo de sair de um trabalho com orientação profissional e sigo para o meu trabalho atual numa locadora de vídeo. Enquanto caminhava pensava no que tínhamos falado no atendimento: sobre garantias ou a falta delas, mercado de trabalho, do arriscar-se. Ali me encontrava num impasse, visto que me graduei, estou no mestrado, mas estou trabalhando numa locadora de vídeo. Naquilo que é ofertado como modo de vida seguro tinha cumprido minha parte. Longe de querer entrar no julgamento do emprego digno ou não, me questiono sobre o imperativo atual do arriscar-se, do desafiar-se. Em contato com alunos do ensino médio a grande maioria tinha como certo a incerteza do mercado de trabalho, do futuro. No caminho encontro um jovem que acompanhava quando estagiava no conselho tutelar de Niterói. Ele estava sentado no chão em frente a uma padaria e pedia dinheiro para comprar comida. Sorria um sorriso torto, meio amarelado aos transeuntes que jogavam umas moedas, desbotando e desafiando o sorriso da “Cidade Sorriso”. Presença constante no conselho, ele já circulou por muitos aparatos da chamada rede de proteção: internação psiquiátrica, casas de passagem, abrigos, conselho tutelar, CRIAA-UFF e pelo sistema socioeducativo. Ele usava crack, foi expulso da comunidade por praticar pequenos furtos e já foi

²⁹ Disponível em: http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html

várias vezes pego pelos serviços chamados de abordagem de rua. Na época, a conselheira e eu queríamos muito aproximá-lo do pai. O pai comparecia ao conselho, mas dizia não ver mais possibilidade para o filho, posto que já tinha despendido suas economias para este poder estudar, trabalhar e “ser alguém na vida”. Percurso já conhecido. Fatos (!) Fatos são como pedras, diria Clarice Lispector. “Os fatos são sonoros, mas entre os fatos há um sussurro. E é o sussurro o que me impressiona”. (Lispector, 1998, p.24) Os dedos estendidos a apontar os culpados se erigem: família desestruturada, falência das instituições de proteção, as drogas, leis muito distantes destas “vidas específicas”, as escolhas desse sujeito (você é fruto de suas escolhas). Efeitos! Segundo Luiz Antônio Fuganti (2007): “Mas, enquanto a gente não apreender mais do que os sintomas ou do que os efeitos; enquanto a gente não sair simplesmente de uma resistência; enquanto a gente ainda focar o outro ou uma referência (seja do ponto de vista do mal, seja do ponto de vista do bem... “evitar ou combater o mal”, “seguir e fazer o bem”), eu penso que a gente não está fazendo nada efetivamente”.³⁰ E, então, o que dos sussurros da história de um menino magro, pálido, sujo, que tem a cidade toda feita contra ele, podemos ouvir sobre o tempo (atual e de sua divisão)? Lembrome que esse menino vivia a carregar pedras nos bolsos. Mas que raios de pedras são essas? Serão pedras de crack? Me perguntava. Por diversas vezes foi interceptado por policiais e “crackudos” por conta de tais pedras. Com mais proximidade perguntei o que era aquilo que se avolumava nos seus bolsos encardidos. Ele respondeu que eram pedras que catava do chão dos lugares pelos quais havia passado. Aquele menino “desamparado por leis, desestruturado de família”, cujo tempo é o do instante, do emergencial porque da sobrevivência, não pertencia à sociedade que descansa enquanto carrega pedras. As ruínas performadas em pedras nos bolsos interrogava o presente e trazia a presença do passado, do seu inacabamento, posto que ali, nos bolsos. Pedras-fragmentos de histórias de inúmeras cidades, de suas inúmeras passagens. A fissura pelo novo, pelo consumo ávido do nada de garantias, a abstinência de desafios colocam em cena as exigências do homem que se quer adaptativo, flexível; o passado passou, não passa mais. O menino que carregava pedras e, a maioria das vezes, a existência, no entanto, por mais à deriva e ao sabor do presente que estivesse possuía a âncora, ainda que frágil, do passado a lhe prover outras narrativas e possibilidades de ser. “É que a vida brotava do chão, alegre por entre as pedras” (Lispector, idem, p.31) (Diário de Campo, 17-01-2011)

³⁰ Palestra proferida durante o 1º CULPSI – Cultura & Psicologia, evento realizado pelos estudantes de psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciências (campus de Vitória da Conquista, Bahia) entre os dias 02 e 04 de maio de 2007. Disponível em: <http://escolanomade.org/textos/fuganti-luiz/onde-ha-presenca-da-potencia-o-poder-nao-cola.conferencia-transcrita>.

“As grades do condomínio são para fazer proteção, mas também trazem a dúvida se é você que está nessa prisão” afirma Marcelo Yuka em sua música nos introduzindo na discussão sobre o medo que invade o contemporâneo, nos lançando ao mesmo tempo no paradoxo da segurança tão requisitada que não nos protege de uma vida aprisionada, em especial, nos grandes centros urbanos.

Sennett (1988) afirma que será no final do século XVIII que a *res pública* é investida por parte do Estado, quando a rua das cidades preche de pessoas advindas do campo irá requerer um certo controle. O operariado, que lutava por melhores condições de trabalho fazia da rua o seu espaço de reivindicação, despertava nos governantes, nas elites dominantes, nos especialistas o medo do ajuntamento de pessoas, das multidões. Gustave Le Bon (1898) psicólogo social, em seu livro “Psicologia das Massas” afirma a idéia de que nas multidões forma-se “uma unidade psicológica onde domina o caráter inconstante e impulso dos primitivos”. (Rizzini apud Le Bon, 1997, p.68) Esse estudo influenciou uma série de pesquisas aqui no Brasil tais como os de Nina Rodrigues, como por exemplo, no livro “As coletividades anormais” (1939).

Para Josephson (1994) a distinção que existia entre público e privado na Europa em que se esbatiam as exigências da civilidade e as individuais e familiares, não estava presente no Brasil do final do século XVIII. Apesar de o processo de complexificação das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo terem se dado no final do século XIX, apenas no século XX a esfera pública ganha dimensões distinguíveis contrapondo-se ao domínio privado.

Para retirar-nos da crença na idéia de que o público e o privado sempre tiveram esse caráter de distinção, Sennett (idem) nos lembra que na antiguidade e na Idade Média as ruas, as praças, os locais públicos eram o ponto de encontro das pessoas por meio das feiras, dos atos políticos e artísticos. Havia uma mistura que ali se dava de economia, política, vida social e religião. Portanto, para este autor o esvaziamento do espaço público se dá no século XIX, momento em que a casa se torna espaço de refúgio contra o medo das multidões.

A cidade gestada precisava expulsar os pobres das áreas de forte especulação imobiliária, assim para manter a ordem nos espaços públicos de circulação, contou-se com o apoio da força policial. “A polícia apresenta suas armas: escudos transparentes, cassetetes, capacetes reluzentes e a determinação de manter tudo em seu lugar”. (Vianna, 1986) Segundo Coimbra (2001) a intensificação da força policial no Rio de Janeiro remonta da década de 1830, por ter um maciço

contingente de escravos, dirigindo seu foco sempre aos negros. Sabemos que mesmo após a abolição da escravatura essa vigilância com relação à população negra permanece, posto que ainda hoje se constituem como a maior população encarcerada e assassinada por operações policiais. No final do século XIX novos personagens são agregados ao “navio negreiro”, “Vibrai rijo os chicotes, marinheiro!” (Castro Alves, 1869) brada não apenas o homem branco, mas os homens de paletó e gravata aos desempregados, subempregados e miseráveis. A cidade que se expandia comercialmente não comportava mais aqueles que não a faziam girar, que não contribuía para a circulação de mercadorias, de capital.

Vai se constituindo assim um determinado modo de ser calcado no indivíduo, centrado no eu, na experiência estabilizadora de si mesmo, posto que o choque promovido pela eletricidade das multidões assustava. Como já dissemos anteriormente, a casa, o espaço privado será o lugar da proteção. A ativação mais contundente desta relação público-privado são atualmente os condomínios fechados. Este novo conceito de espaço habitacional nasce em 1969 gestado pelo arquiteto Lúcio Costa (o mesmo da elaboração de Brasília) implantado na Barra da Tijuca. Neste projeto, moradia, comércio, lazer, rua se entrelaçam, visto que estão no mesmo lugar. Preenchem o requisito daquilo que Bauman (2003) chama de comunidades.

De acordo com Bauman (idem), a palavra comunidade, por estar imbuída de significados referentes a uma promessa de prazer, remete sempre a algo bom, a uma sensação agradável. A sociedade pode ser muito perversa, mas a comunidade é seu avesso. Estar em comunidade reúne prazer, confiabilidade, amizade, solidariedade, apoio e segurança em um só lugar, frente a um exterior em que se esconde o perigo, a incerteza, o caos. Destacado de uma exposição da artista Laurie Anderson (2011) refletimos sobre a relação amalgamada do público e do privado. “E então existe o público... composto principalmente pelos meus parentes”. Esse público que suportamos apenas por inquietantes familiaridades. Por este motivo, é preciso estar sempre alerta ao que vem de fora dela.

Com a exacerbação das exigências do mercado (qualificação, competitividade, flexibilidade, etc) e sua conseqüente expulsão dos desqualificados para este mercado, além da fluidez das relações, do desprezo pelo outro, a procura incessante por segurança se faz crescente. Assim, as comunidades entram como sonho esperado pela sociedade. Contudo, existe um choque entre a comunidade sonhada e a comunidade realmente existente, que explica Bauman (ibidem):

(...) uma coletividade de que pretende ser a comunidade encarnada, o sonho realizado, e (em nome de todo o bem que se supõe que essa comunidade oferece) exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição” (p. 9)

Em outras palavras, para se ter segurança é preciso pagar e o preço é alto: a liberdade. Confiança, entendimento mútuo, conforto, proteção? São atributos cada vez mais raros nas relações. As restrições são as mais diversas: não confie em ninguém de fora da comunidade; não fale com estranhos; instale alarmes, grades, cancelas e se cerque de concreto, compre um cachorro que intimide; não acolha estranhos; não aja de modo esquisito e nem tenha pensamentos destoantes; não chegue perto da janela e muito menos a abra. Existe um descompasso entre segurança e liberdade que, até hoje, nada foi inventado para a concomitante presença dos dois.

A sensação que o mundo nos proporciona hoje é a de insegurança. Buscando as fontes desse sentimento, tendemos a nos fechar em nós mesmos, vivenciando a questão como algo privado, como resultado de falhas pessoais. Sennett (1999) trabalhando os efeitos do capitalismo flexível nos conta a história de duas gerações, um pai e seu filho. O filho, fruto de uma geração flexível, acostumado à ciranda dos empregos, acredita que a culpa pela perda do emprego é inteiramente dele, “fiz minhas próprias opções; assumo toda a responsabilidade por tantas mudanças”. (p.30) E assim seguimos de chicote nas mãos, auto-flagelando-nos.

Deste modo, cada vez mais são forjadas fórmulas de defesa contra aqueles que atentam contra as estabilidades. O outro parece sempre estar à espreita do ataque. “Cuidado, o psicopata mora ao lado”. Começa-se a suspeitar dos outros, principalmente, daqueles que preenchem as características do imprevisível. Estes são a verdadeira personificação da insegurança e, ao mesmo tempo que causam medo, causam também um sentimento de conforto, pois finalmente há algo palpável para descarregar nossas tensões. É possível ver que existe uma demanda para livrar as ruas daqueles que carregam a marca da incerteza, como uma maneira de melhorar a vida.

Ao abrirmos o jornal e nos depararmos com algumas daquelas violências que tornam nossas cidades manchetes de jornal no mundo inteiro, nos sentimos baquear. A indignação nos invade e tropejamos: ordem! Precisamos de ordem. A cidade precisa de ordem. Chamem a polícia! Planejamento! Clamam os urbanistas. Lei! Proclamam os juristas. Ordem pública! Berra a polícia. Paz! Clamam os cidadãos. Limites! Impõem pais e psicólogos! (Kuster e Pechman, 2007)

Artes (sobre)viventes

Quarta-feira, saio de casa pela manhã para ir a um encontro de psicologia na UERJ. Na intenção de recheiar meu currículo de conhecimentos e certificados, lá vou eu me aventurar a sair de Niterói bem cedo, cruzar a ponte tendo de enfrentar as tormentas dos carros enfileirados seguindo na cadência do fluxo, rumo à Tijuca. Chego na sala da palestra, me sento na cadeira e começo anotar vorazmente o que a palestrante dizia, sem querer perder uma só palavra. Olho para a palestrante, penso, olho para o caderno, pego a caneta e anoto. Transporto-me para outro lugar, perco as rédeas e as reassumo num mesmo compasso. Artista sobrevivente.

Às 7 horas da noite, já cansada do ritmo frenético, decido ir embora. Avisto o único ônibus que me garante a partida para casa ao longe e, embalada em outro ritmo, saio correndo me desviando das inúmeras pessoas, futuras passageiras como eu, a fim de não perder minha condução. Um homem, dos seus trinta e poucos anos, faz sinal para o motorista do “meu” ônibus me esperar. Agradeço-lhe a ajuda e entro no transporte. O homem que fez sinal para mim entra logo atrás. Assentei-me num banco e comecei a me distrair com a paisagem lá fora. O Rio continua tão lindo. De repente, próximo à Praça da Bandeira, este mesmo homem que me ajudou se levanta e pede atenção. Meu estômago revirou e meu coração disparou no mesmo instante. O homem era negro e estava mal vestido, roupa suja e um pouco rasgada. “Pronto, é assalto” pensei. O homem insistiu que lhe dessem atenção no mesmo momento que começou o burburinho mais ao fundo do ônibus. O homem disparou a contar sua história. Falou que estava ali para pedir dinheiro com o intuito de comprar doces para vender. Estava sem dinheiro e precisava ajudar sua família. Já tinha sido bandido, praticava assaltos, foi preso, mas agora estava “limpo”. Se converteu e hoje faz trabalhos para sua igreja, queria mesmo um trocado para vender doce nos sinais e nos ônibus. Não sei se por pena, por acreditar que ele podia estar roubando ao invés de pedindo, para se livrar logo dele, ou outro motivo qualquer, as pessoas lhe deram dinheiro. Ele agradeceu e contou o dinheiro em voz alta para sabermos quanto havia ganho. “Deu R\$ 11,50”. Bradou ele, saltando do ônibus todo feliz. Mais um artista sobrevivente.

Lá fora, um comboio de sirenes da polícia alardeiam-me para o mito da guerra civil instaurado em terras cariocas. Já em solo niteroiense, pela janela do ônibus, olho os meninos nas ruas fazendo malabarismos por um trocado. Um sobe nos ombros dos outros e se equilibra ao mesmo tempo que os limões numa cena que me soa triste. Suas apresentações são para vidros hermeticamente fechados e escurecidos. Seu palco: a rua; seus artefatos para cena: os limões e as costas do outro; e o seu público: não está ali para vê-los, mas interessados em fluir assim que o sinal verde ressurgir.

Mais artistas sobreviventes.

Enfim, meu prédio, minha casa. Essas artes (sobre)viventes insistem em latejar na minha memória e deslocam meu pensamento para o que a minha cidade tem produzido neste campo de batalhas. Foi aí que reparei que o meu próprio prédio antigo padronizou-se, como os muitos de Icaraí. Pelo menos externamente. As grades pesadas e enferrujadas que outrora se posicionavam deixando marquises salientes, deram lugar a grades leves e limpas, além de espaçadas por vidros dando um toque de assepsia, engolindo as marquises e parte da calçada. Estratégias urbanas de limpeza e ordem se fazem cotidianamente. Não posso deixar de dizer que esta arte é feita em nome da vida. Arte sobrevivente. Proteção e segurança são palavras de ordem nesse assombro que é a vida. Perguntas como: em nome da vida de quem se dá essa arte? E contra quem elas salvagam? se fazem necessárias. No jornal, eis que mais um dia se repete: “Em mais um trabalho de rotina da Secretaria Municipal de Controle Urbano e atendendo a reclamações de moradores, uma equipe composta por fiscais de Posturas, agentes de trânsito, guardas municipais e funcionários da Companhia de Limpeza Urbana (Clin), comandada pelo secretário Gilberto Almeida, promoveu mais um choque de ordem pelo segundo dia consecutivo na cidade. Nesta terça-feira (08-06-2010), a equipe de fiscalização atuou em áreas de Icaraí e do Fonseca. Como saldo da operação, multas foram aplicadas em flagrantes de estacionamento irregular e retirados vestígios de população de rua (colchonetes, roupas e restos de alimentos) nas ruas Moreira César, Lopes Trovão e Guilherme Greenhalgh, em Icaraí. No Fonseca, dois lava-jatos foram multados e obrigados a retirar placas de publicidade fixadas em locais proibidos e a desfazer obstruções feitas na calçada que impediam escoamento de águas pluviais”. (Niteroimais, 09/06/2010) (Diário de Campo, 09-09-2010)

É neste quadro que exaustivamente vemos acenar políticas tais como a Lei do Toque de Recolher para jovens e a Operação Araribóia (choque de ordem versão papa-goiaba). Há que se decretar então a morte das ruas (A rua enquanto não mais possibilitadora de acontecimentos)? Há ainda o que se ver e encontrar nas ruas para além das afetividades esmaecidas e do modo de vida centrado no “eu”?

Fuganti em palestra proferida na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2010 sustentou a idéia de que não podemos mais falar na dialética entre espaços públicos e espaços privados ou dentro e fora, visto que o “dono” do público é o poder público. É colocada, então, uma apropriação privada do comum e as dimensões público e privado se tornam colonizações, loteamentos já esquadrihados. O que ele vai afirmar para além do público e do privado são as

zonas de acontecimento. O que é viver, o que é existir senão uma potência de acontecer? A capacidade de acontecer nos é roubada desde o berço, nós não sabemos mais viver a partir de um corpo intenso, pois precisamos dele muito organizado. Não sabemos mais abrir mão das formas, das figuras, dos controles, porque acreditamos que a maneira boa de viver é seguir um modo inscrito. Mas como canta Chico Buarque (1976) há algo que não há governo nem nunca terá, há algo de invisível que se esgueira por entre os becos, que se insinua por entre os gestos rotineiros. No documentário “Lixo Extraordinário” de Lucy Walker (2011) que acompanha o trabalho do artista plástico Vik Muniz, o próprio diz para o seu assistente de trabalho ao visualizar pelo Google Earth (vista área) o aterro sanitário do Jardim Gramacho que as pessoas não têm noção do que acontece ali embaixo, do cheiro, dos sorrisos, das conversas, dos olhares, das gentes que trabalham ali. O convite para ir além está aberto, a vida está aberta.

Menino-estátua

Tenho andado por demais sobreimplicada em arrumar algum emprego. Ponte para os meus objetivos de entregar currículo nos lugares, a rua apenas faz estrada larga para a minha pressa. Um aglomerado de pessoas bem no meu caminho me faz parar. Tinha a opção de desviar do “obstáculo” e seguir no embalo das cantilenas de auto-ajuda, no repertório dos vencedores em que ecoa apenas o “só depende de você para tornar isso real” e torná-los mais uma pedra que vou precisar ultrapassar na retilinearidade do meu percurso. Mas, por mais que fosse “perder” meu tempo, aquela mistura de pessoas indignadas gritando, polícia e um menino todo pintado de cinza não me deixaram ir embora. Aos poucos fui me situando. Aquela cena, aparentemente, não traía aos cotidianos episódios de repressão que acontecem nas cidades contra aqueles que não têm o respaldo da lei. O menino negro-prateado, porque trabalha como estátua, fala para o policial que está apenas fazendo o seu trabalho, não está roubando ninguém. O policial impassível com o cassetete na mão diz que ele não pode ficar ali pois está atravancando o caminho, as pessoas precisam passar por ali, estão com pressa para ir para seus respectivos trabalhos e o acumulado de gente que se formou para assisti-lo estava impedindo o fluxo. “Só estamos cumprindo ordens”. (De quem emana a ordem? Ordem sem nome, sem lugar, mas assentada em fazer circular a lógica de funcionamento do capital.) Mesmo falando com o policial, o menino não deixa de ficar paralisado como estátua e o seu público não deixava de retribuir-lhe pelo espetáculo. Diante da imposição à circulação, ficar parado é uma resistência? Ao mesmo tempo, as pessoas se inconformavam com a situação, se perguntavam o que o menino fazia de errado, alegavam que a rua é pública, “é certo os policiais saírem matando por ai,

mas o menino negro e pobre trabalhar é ilegal, né?!” As vozes não se aquietavam e se misturavam às lágrimas do menino fazendo borrar sua maquiagem, mostrando sua pele negra e com ela as vísceras de uma história de seu país, de uma história em que miséria e dor têm cor. As marcas do passado de escravidão latejam nesse acontecimento e não só se referem ao sofrimento localizável do menino-estátua, mas atravessam nossos corpos mestiços, filhos da insegurança político-econômico-social, desfilados, como diz Castel. Os policiais são agora desafiados pelas armas-câmera da multidão que ameaçam tornar público (já não é público?) aquele acontecimento. Os policiais entram em contato com o que dizem ser seus superiores e avisam para a multidão que deixarão o menino-estátua permanecer ali. Uma salva de palmas preenche o ambiente, mas não são dirigidas à atitude dos policiais que ali representavam a figura da lei e sim para o acontecimento, para a traição ao destino prefigurado daquela cena, para a politização da arte “criadora de intensidades inesgotáveis de sentidos, diluindo compactas e irrefutáveis formas de eu e nós”. (Baptista, 2011) (Diário de Campo, 15-02-2011)

Capítulo III: O ECA e a rua: a vez da “vítima”³¹

Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.11).

Menina besouro

“Sou como o besouro. Abro as asas, as de fora, só para perder resguardo. Porque lá dentro, bem ocultas, estão as outras asas, as voáveis, essas que me levam para além de mim”. (Mia Couto, 2003, p.54) Embora estudos comprovem os benefícios trazidos pelo sol em relação ao humor, ele não me aquece. Um ano sem minha mãe e me pergunto o que isto tem de impessoal: a morte, naquilo que ela traz de mais feroz para aquele que perde, vocifera outros enunciados. Pego o catamarã social, vulgo barca nova, das 6:40 da manhã com meu pai e minha irmã para ir à missa no Centro do Rio. Sento-me perto da janela. Lá fora, apenas dá para ver os letreiros das grandes marcas e os arranha-céus. A “moderna” barca tem confortáveis bancos acolchoados, circuito interno de TV e sistema computadorizado de monitoramento e navegação, não comporta mais as varandas ao ar livre da antiga barca e suas janelas são mais altas e menores. Conversando com um amigo que pega tal barca diariamente para trabalhar no Centro do Rio, confessou-me não ter se dado conta das janelas

³¹ Fazemos alusão aqui a vítima posto que, embora ainda esteja vivo o discurso do bandido atrelado aos pobres, o Estatuto com o seu viés protetivo assistencial e, portanto, desqualificador, traz com maior intensidade o discurso da vítima. Consideramos aqui ambos os discursos, extremos em sua monta, despotencializadores, visto que colocam em pauta a questão do débito, da falta, da fragilidade, da carência.

comprimidas dando a exibir apenas o céu. O céu é o limite. O letreiro luminoso da operadora telefônica pisca: “Você, sem fronteiras” comunicando-nos que o homem do século XXI gosta dos riscos, dos desafios, flexível à ciranda dos empregos, dança conforme a maré e é apenas na sua ondulação que podemos avistar outras paisagens. A barca “ganha” também em velocidade. Em 8 minutos adquiridos de vantagem, nossos corpos atizados pela pressa uns dos outros (mesmo que não a tenha) se precipita para sair dela e chegar cada um ao seu destino. Me senti num rebanho. Tendo a sobrevivência como pastor. No Centro do Rio passamos pela fila das pessoas que estão buscando emprego. Paradoxo da cidade. O homem contemporâneo quer estabilidade. Voltando para Niterói, somos recepcionados pela estátua cinza do índio “protetor” da cidade: Araribóia. Não há proteção. Dali vou para o cemitério. Na saída, o outdoor em frente ao cemitério alardeia que é preciso fazer o seu seguro de vida: “Vai que...”. Ao lado, o outdoor da Loja Leader Magazine avisa que “ Já é Natal”. A cidade nunca dorme. E os mortos, será que dormem? E os vivos, será que vivem? No caminho, passamos em frente ao conselho tutelar da Região Oceânica e, com a sobrevivência (morte de muitas coisas), a morte em suas muitas facetas a rondar o meu dia, lembrei-me de uma jovem que um dia passou pelo conselho tutelar. A história dessa menina diz dessas muitas relações, principalmente das políticas públicas. Operação de Choque de Ordem incumbida, em linhas gerais, de limpar a cidade de todos os seus restos. Neste caso, os meninos e meninas que circulam nas ruas. Não pode deixar parar. Ficam assim, circuitando pelas redes de proteção à infância e à adolescência. Em terras niteroienses a operação é estampada pelo nome do índio protetor da cidade: Operação Araribóia. Exaltado por sua bravura e fidelidade, reza a lenda que Araribóia não fez mais do que entrar no jogo de conquista das superpotências que disputavam terras. Ajudou Portugal a angariar o território da Baía de Guanabara frente aos franceses. O que se esconde por trás da fachada da proteção, ou melhor dizendo, quais as noções de proteção que estão em jogo? Assim também atuam os serviços de assistência à criança e ao adolescente que trabalham em parceria com as equipes de abordagem de rua sob a legítima fachada da lei, dos direitos (e não nos esqueçamos dos deveres também) e da proteção. Não só parceiro dos educadores sociais, mas um dos atores principais da operação, a polícia militar justifica suas ações pelo “sem limites não há cidadania”. “R. é uma jovem de 15 anos que frequentava o conselho diariamente. Apesar de nova, sua estrutura física fazia com que aparentasse ter muito mais idade do que tinha, pois é alta e forte. A jovem tem toda uma trajetória, percorrendo muitos lugares antes de bater a porta de um Conselho Tutelar de Niterói, tendo passado por outros conselhos tutelares do estado e estabelecimentos de

abrigo. Seu bairro de origem é Belford Roxo³², mas ao que aparentava, não tinha contato com seus familiares de lá. O que tivemos notícia foi que ela tinha causado confusões nesses lugares em que passou, chegando a agredir pessoas. Nos pareceu que, no C.T de Niterói, ela tinha encontrado um espaço em que era bem acolhida, pois apesar de seu jeito brusco, demonstrava carinho para com alguns funcionários e conselheiros. Toda vez que era levada para sua cidade pelo carro do Conselho de Niterói insistia em voltar para o mesmo. Com um jeito intimidador, muitos admitiam ter medo dela. Seu caso foi levado ao curso de extensão promovido por nós na UFF, pois seu comportamento estava incomodando, de acordo com alguns, passando dos limites, confundindo abertura para entrar no conselho com liberdade e fazer o que quisesse. O que fazer com R.? Barrar sua entrada no conselho? Afinal o conselho tutelar é um órgão que foi criado justamente para zelar pelos chamados direitos de crianças e adolescentes. O que fazer quando essa jovem desestabiliza a ordem do lugar? Não temos uma resposta para isso, temos problematizações que acreditamos servir para que mais histórias como essas não se repitam. Em um triste dia, R. foi impedida de entrar no conselho e reagiu a isso de forma estrondosa e barulhenta, culminando na sua saída, algemada, do conselho para internação em um estabelecimento para jovens autores de infrações penais. Esse caso foi recorrentemente discutido no conselho, porém houve muita divergência entre a equipe sobre que encaminhamento dar a ele. Sabemos que todos falavam em nome de uma proteção. Partindo do pressuposto que as práticas do conselho tutelar produzem efeitos devemos não deixar que a nossa diretriz de trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vire letra morta³³” (Diário de

³² Belford Roxo é um município brasileiro do estado do Rio de Janeiro. Região pobre em que as suas principais atividades econômicas se baseiam no comércio informal e no transporte.

³³ Este trecho faz parte do relatório de conclusão de estágio no I Conselho Tutelar de Niterói. Escrevemos o presente texto antes de sabermos que a jovem R. havia falecido. Escrevemos no tempo verbal presente do indicativo para que justamente a jovem não fosse considerada morta por nós, pois foi um caso que passou pelo nosso conselho e, que, em um momento, seu caminhar esteve em nossas mãos, e dizia respeito a todos nós que estamos engajados nessa luta. Diz dos efeitos de uma forma atual de se tratar o jovem cujos efeitos precisam ser colocados em análise. Seu desfecho foi igual ao de muitos jovens pobres, negros e favelados, que dependem dessa rede de assistência para viver. Que este caso nos sirva, de maneira geral, para este momento coletivo de análise, de discussão, não para apontar culpados - pois inseridos em uma lógica hegemônica e perversa de mundo, se torna difícil pensar em um outro modo de nos guiar senão pela via da repressão e da punição - mas para não encararmos tal fato como ossos do ofício, ou seja, natural, possibilitando outras formas de conduzir os casos que estejam de acordo com a proteção e não pautado “Na proteção” – uma forma única de se proteger. Sabemos, pelo percurso da história da assistência à criança e ao adolescente no Brasil, o quanto de atrocidades foram cometidas em nome da proteção.

Campo, 06-01-2011).

Aqui desde já uma questão. O relato escrito em 2008 coloca o Estatuto da Criança e do Adolescente em um determinado pedestal e fornece-lhe uma alma, uma essência. Em “A perda do Halo” (1995) Baudelaire narra a cena de um poeta que anda aos tropeços por entre as ruas, tentando esquivar-se dos choques proporcionados pelo caos da vida moderna. Eis que de repente, quando atravessava a lama, o halo despenca da cabeça do artista caindo no “lodaçal de macadame”. A perda do halo manifesta a modernidade enquanto despedaçamento das certezas, destruição do sagrado. Ela inaugura a chance de fazer algo que antes não era possível, posto que o halo pairava no ar, sujar os pés de lama e experienciar o desassossego de um tempo de tensões e paradoxos que não lhe são acasos, mas aquilo que lhes dá fôlego (Rodrigues, 2009). Assim, para que não mergulhemos no salvacionismo e no moralismo propostos por algumas leituras do Estatuto é preciso sujá-lo de mundo, submergi-lo nas práticas cotidianas, nas palavras de Scheinvar (2009) “desnaturalizar o ECA e lê-lo por meio de seus efeitos, é vê-lo como um espaço de guerra, de poder” (p.73).

A formulação do ECA ganha impulso no momento de efervescência dos movimentos sociais populares no período ainda de ditadura no Brasil. Era preciso oferecer resistência ao modo de vida engolfante apresentado pelo regime ditatorial. Chauí (1988), no prefácio do livro de Eder Sader “Quando novos personagens entraram em cena”, aponta a necessidade que aquele momento histórico apresentava de produzir uma nova sociabilidade calcada na solidariedade em que não seríamos mais alvos de uma política, mas sim proponentes dela, criando um espaço de participação amplo nos mais diferentes setores. Os tempos eram difíceis para a atuação política. Coimbra (1995) nos lembra que o poder político dos movimentos sociais não era apenas reprimido pela força policial, mas desqualificado pela tirania do intimismo, pelo destaque ao privado em detrimento do público, em que se era desencorajado de lutar pela necessidade de garantia de segurança, pelo conformismo e pelo dever de cuidar da **sua** família e dos **seus**. Deste modo, as práticas políticas que se desenhavam encontravam limites impostos pela política instituída e pela massiva produção de subjetividades psicologizantes, intimistas e familiaristas.

Assim, ainda que uma forma de resistência ao regime militar demarcando um outro modo de fazer e pensar a política, os movimentos sociais fomentavam a lógica da representação partidária

que acredita que somente a partir da ocupação de um lugar de poder no Estado, é que se alcança a devida transformação das condições desiguais. Pensa-se o poder como uma “propriedade de uma classe”, como algo estritamente encarnado na figura do Estado. Desta forma, grande parte desses movimentos atua seguindo a configuração da delimitação dos lugares de poder e dos detentores de poder, como se com o desenvolvimento do capitalismo o poder não se exercesse em qualquer lugar, em todos os lugares cada vez mais de forma imanente, esquecendo, principalmente, que habitar este lugar é, muitas vezes, fazer funcionar os dispositivos já instituídos da máquina estatal, posto que a mesma opera segundo certas lógicas. (Monteiro, Coimbra & Mendonça Filho, 2006)

O ECA ao ser instituído não só reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, mas também chama outros atores – tais como o município e a chamada sociedade civil - para o debate e a proposição de políticas públicas para o setor infanto-juvenil. Desta feita, a lei nasce como uma boa carta de intenções contra todo o passado de representação política e não reconhecimento do direito à proteção de pessoas consideradas em desenvolvimento. Porém, Scheinvar (2009) afirma que o ECA sendo produto de um tempo, não deixa de estar atado às suas formulações, nele “contém os princípios mais caros ao pensamento liberal e, com eles, os candentes embates presentes na história das relações burguesas” (p.15). Por este motivo, há que se ter um olhar crítico perante a sua sacralização.

Puxamos, por conseguinte, duas vias de análise: a primeira é o embate entre um passado que se quer muito presente, isto é, o peso da tradição histórica da organização social no Brasil sempre pertencer à filantropia e aos setores economicamente dominantes, protegendo-se dos considerados perigosos. Fazendo com que observemos hoje a discussão dos direitos da criança e do adolescente estar remetida a um determinado grupo de instituições (a chamada sociedade civil), enquanto os alvos destas políticas continuam sendo “representados”. Nesta análise Scheinvar (idem) vai mais a fundo e sustenta que a nomenclatura “sociedade civil” tem funcionado como se sugerisse um espaço de crítica e oposição ao Estado, produzindo a crença de um terceiro território neutro, esquecendo que a política neoliberal fomenta a mínima intervenção do Estado e estimula a chamada participação da sociedade civil para se desemcumbir de muitas atribuições. “A sociedade civil é parte do Estado, e não um espaço independente salvacionista”. (p.57)

A outra via se constitui pela força que tem a lei no contemporâneo. Estamos aqui falando de judicialização da vida, em que cada vez mais rogamos pela criação e efetivação das leis; da desqualificação dos processos, pelo apregoamento dos resultados. Não há mais espaço para os

processos de construção coletiva, referendando a resposta dos casos aos especialistas. Baseado nisto, os espaços de atuação na defesa de direitos infanto-juvenis acreditam que o simples fato de aplicar o ECA é suficiente para a “resolução” dos casos. No entanto, os objetivos de proteção dizem respeito à garantia de direitos, leis e ideias gerais sobre vidas não específicas. Sendo que, o cotidiano de trabalho nos impele a lidar com existências singulares, distantes das formas de vida preconizadas pela lei. Mas então de que vida se trata?

O Estatuto reúne as recomendações e proposições das Agências Internacionais, criando a Doutrina de Proteção Integral, não se limitando à atenção após os chamados direitos serem violados, mas antecipando-se à violação, convocando o poder público e o terceiro setor (ONG's) a intervir na prevenção de todos os casos enquadrados na categoria de situação de risco. O histórico e as práticas cotidianas nestes lugares nos mostram o caráter discriminados de tal categoria, sempre remetidas à população pobre.

Assistimos em 2009 à criação e à implementação da lei do toque de recolher³⁴ para crianças e jovens. O autor da lei, o juiz de direito da 1ª Vara Criminal da Infância e da Juventude da Comarca de Fernandópolis (SP) Evandro Pelarin, afirma a constitucionalidade da lei baseado na política de proteção integral que versa o ECA.

No caso do "toque", essa "privação" – se é que assim se pode dizer – consiste em recolher a criança ou o adolescente em situação de risco, transportá-lo em veículo compatível com sua condição (viatura do Conselho Tutelar) até o encaminhamento aos pais ou responsáveis. Tudo, sem algemas, celas ou sem conteúdo de castigo, vingança, retribuição. Logo, a "privação" que se possa divisar na execução da medida do "toque" obedece aos princípios constitucionais da "brevidade, excepcionalidade e respeito à

³⁴ Toque de recolher ([português brasileiro](#)) ou recolher obrigatório ([português europeu](#)) é a proibição, decretada por um governo ou autoridade, de que pessoas permaneçam nas ruas após uma determinada hora. O nome deriva essencialmente da prática europeia de, durante [guerras](#), após determinada hora (geralmente o início da [noite](#)), soar uma [sirene](#) para que a população deixasse as ruas em caso de bombardeio. Atualmente, o toque pode ou não ser literal, às vezes bastando que carros de patrulha percorram as ruas ordenando que os cidadãos voltem para suas casas e alertando os possíveis infratores. O toque de recolher foi usado extensivamente pelos [nazistas](#) na [Alemanha](#) entre [1933](#) e [1945](#) contra [judeus](#). Na mesma época, os [EUA](#) fizeram o mesmo contra imigrantes japoneses e seus descendentes ([nisseis](#), [sanseis](#)) na [Costa Oeste](#) do país ([Califórnia](#), [Oregon](#) e [Washington](#)). No mesmo país, nas décadas seguintes, os cidadãos afro-americanos sofreram o mesmo tipo de restrição durante a vigência da [Lei Jim Crow](#). Regras similares existem até hoje (desde os [anos 1980](#)) em alguns lugares dos EUA, proibindo menores de idade de se reunirem em locais públicos durante o horário letivo. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Toque_de_recolher

condição peculiar de pessoa em desenvolvimento", como está no inciso V do artigo 227 da Constituição Federal. (PELARIN, 2009)

Scheinvar (2005) aponta a possibilidade de olharmos a lei como confronto político e não de modo estático, em que inúmeras leituras e interpretações podem se expressar, tomar a lei enquanto um instrumento de poder e o “poder é guerra” (Foucault, 1982, p.175). A lei, enquanto máquina do poder, é um mecanismo repressivo que institui uma determinada razão submetendo outras concepções e outros interesses. Ao ampliar o processo de proteção, o ECA ao mesmo tempo que produz cuidado, produz controle. Como já nos alertou Foucault (2003) a sociedade humanista capitalista inventou direitos, mas criou mecanismos de sujeição e controle dos corpos. Este confronto se encena quando ao mesmo tempo que a legislação preconiza a liberdade de ir e vir de crianças e adolescentes, o cerceamento desta “liberdade” se dá em nome da proteção que consta nas letras da lei. Mas não brademos a liberdade desses tempos vindouros. É sempre bom lembrar que esta liberdade de ir e vir está atrelada aos princípios do capitalismo. É com base em um discurso democrático que os momentos de alguma restrição colocada são transformados em um meio para agrupar forças políticas contestadoras, para depois dar-lhes a direção a ser seguida, por meio de institucionalidades, cooptações, benefícios, segurança militarizada, policiamentos da vida, vigilâncias eletrônicas, modos corretos de viver, de educar, etc.

Para além das leituras da lei, há nas palavras do juiz uma preocupação que se refere à rua e ao que ela traz de comprometimento à formação daqueles aos que o ECA contempla.

No que se refere ao elemento preventivo do "toque", decorrente da recomendação do horário, não parece adequado dizer em privação de liberdade. Nenhum ato material e concreto do Estado atua sobre o menor de 18 anos, que dispõe da ampla liberdade de ir e vir, desde que longe de qualquer situação de risco, que comumente ocorre altas horas da noite. A única decorrência estatal no descumprimento da medida de prevenção virá aos pais, com multa, caso eles, pais, descumpram a ordem recomendatória e tenham os filhos recolhidos em situação de risco. Diante disso, retirar das ruas meninos e meninas em situação de risco, entregando-os aos pais, ou recomendar a eles e a seus pais que os menores de 18 anos não permaneçam em lugares perigosos, principalmente à noite, é cumprir o mandamento da proteção integral, resguardando e protegendo as crianças e adolescentes para que tenham "desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade", como prescreve o art. 3.º do Estatuto da Criança e do Adolescente. (PELARIN, 2009)

A complexidade de discutir esta questão é muito grande, pois a armadilha se constrói em um terreno movediço, o empuxo é sempre para o isto ou aquilo, no “a rua é boa ou ruim”. Além disso existe a ambiguidade da lei que, descontextualizada, parece se referir a todas as crianças e adolescentes, sem qualquer diferença. Todavia, a experiência cotidiana dos órgãos de defesa nos mostra que a clientela atendida é majoritariamente a pobre. Além disso, o estatuto, apesar de almejar acabar com o conceito “menor” e todo o seu lastro de desigualdade, é uma produção da legislação anterior - o Código de Menores. Desta feita, a tradição menorista, em que se encontrava a distinção de menor perigoso, do menor a vir a ser perigoso, faz parte de um pensamento construído que, independente de legislações, é difícil de mudar, faz parte de toda uma competente produção de subjetividade.

Para Antonio Carlos Ozorio Nunes, promotor da Vara da Infância e Juventude de Taubaté, a melhor saída para tirar os jovens do crime é criar uma rotina para eles. "O jovem que pratica o crime é aquele que está excluído da família e da sociedade. Se incluirmos o jovem, dermos lazer e educação, ele não vai ficar na rua à toa. Terá uma agenda para cumprir". Segundo Ozorio, oferecer estágios para os menores também pode ajudar. "Se eles trabalharem, terão outras ocupações. O pior problema para o jovem é a falta de perspectiva". (CLICKBR, 09-04-2011)

Sendo assim, vemos que a lei torneia os conceitos de vítima e bandido; um que deve ser protegido e outro contra quem se deve proteger. No entanto, aprofundando as análises percebemos a questão das discriminações ficar em segundo plano posto que a lei parte de uma determinada concepção de infância e adolescência que nem mesmo a infância abastada consegue alcançar, ela protege, portanto, uma idealização e acaba por não proteger ninguém. Mas então, como explicamos a restrição do espaço da rua, em especial, para o jovem pobre?

Vimos na construção que fizemos até aqui que o jovem pobre que está nas ruas aparece como problema a partir de uma concepção de cidade limpa, a partir da idéia de que cada coisa deve estar em seu devido lugar. A lei e a polícia entrariam nesse circuito para fazer valer este projeto urbano de cidade ordenada. Soma-se a isto o estado de medo e pânico alardeados rotineiramente, em que os jovens pobres se tornam a matéria expressiva daquilo que se deve temer. Respondendo a pergunta anteriormente realizada: mesmo que não se possa mais exterminar tão reveladamente, será que não continuamos a apagar estas existências? O ECA, mesmo que partindo de uma noção de proteção, continua olhando para este jovem como um problema. Classifica-se este jovem pobre

enquanto ser em desenvolvimento, que precisa portanto de cuidados, e justificam-se as políticas de restrição e controle sob ele.

Quanto à dicotômica sentença de alguns especialistas, “a rua é ruim ou boa para seres em desenvolvimento”, há que se desmanchar os instituídos presentes nessa proposição. A defesa que recai sobre a afirmação de que a rua é ruim para crianças e adolescentes é a de que a violência, a ausência de adultos cuidadores, as drogas, os perigos e a falta de cuidados básicos são desafios constantes e tornam essa população extremamente vulnerável. (Koller & Paludo, 2005) Mais acima, reproduzimos uma matéria que versava sobre a infância e a adolescência que catavam lixo nas ruas: **“Infância de pequenos brasileiros se perde nos lixões”**. Os especialistas criticavam as condições sub-humanas às quais estavam submetidas as crianças e os adolescentes catadoras de lixo, culpabilizando as famílias que “deixavam” tal ato acontecer. É com estranhamento que olhamos tal contestação, posto que em nenhum momento é colocado que são circunstâncias absurdas de trabalho para qualquer pessoa. Localizá-lo na infância é invisibilizar uma questão que é muito mais ampla, que se refere aos modos de sobreviver no contemporâneo. Não negamos as imprevisibilidades que comportam as ruas, mas estas não se constituem apenas como privilégio ou maldição da rua, mas de qualquer espaço.

O lado que sustenta a positividade da rua para estes setores afirma que o enfrentamento das adversidades pertencentes à rua e a utilização de estratégias adequadas para lidar com essas situações promovem a construção do processo de resiliência³⁵, isto é, os prepara para a vida. (mas, isso já não é vida?) (Koller e Paludo, idem). O entendimento está sempre vinculado ao ser em desenvolvimento, que nunca é, mas sempre, será alguma coisa. Destacando que não se utiliza o verbo de ligação “é” para afirmar uma essência, mas uma existência.

Porém, um comichão por sobre os dedos nos impele a tomar às vezes o lugar de “advogado do diabo” e argumentar sobre o que fazer então com os jovens que se concentram nas ruas: retirá-los ou deixá-los na rua, posto que a emergência por respostas toma hoje de assalto nossos atos? Ao tomarmos partido de um lado ou de outro, aos meninos só restaria ser vítima ou ser bandido e escamoteamos o tanto que ainda resta. Mas é que entre ser vítima ou bandido há um resto que não é pouca bobagem. Portanto, enunciemos um pouco deste resto. É este resto que urge aqui ser bradado. Não estaríamos, ao focar a questão nos meninos nas ruas, submetendo o problema somente sobre os

³⁵ Resiliência é a capacidade de psicoadaptação de cada ser humano. Adaptar a sua psique às mudanças da vida, sempre com retorno positivo. (Koller e Paludo, idem)

indivíduos que o experimentam? Como remetermos a nós isto que se coloca como problemático? Culpabilizando-os pelas suas condições e estabelecendo como solução ajustes no **seu** modo de viver? Para atender a demanda de que vidas estaríamos modificando e designando rumos para ela? No fio da navalha, vivenciamos muitas dessas situações de escolher entre um ou outro quando estagiávamos no conselho tutelar. Não avistávamos outras alternativas, mas estava bem lá, atravessando nossos corpos, quando por exemplo criávamos um vínculo afetivo mútuo com o jovem, todavia queríamos definir sua vida a qualquer custo.

3.1 Políticas de (i)mobilidade urbana

Em um seminário intitulado “ECA, 20 anos: experiências cotidianas do conselho tutelar” do qual participamos como palestrantes, eram debatidos os circuitos dos meninos nas ruas pelas malhas do Estatuto. O discurso da proteção dirige os encaminhamentos dados a estes jovens pelo conselho tutelar. Assim, ele percorria o serviço de abordagem que o retirava das ruas, depois era encaminhado à casa de passagem (abrigo provisório), “evadia-se”, depois era levado ao Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Menor (CRIAM)³⁶ acusado de roubo, “fugia” novamente e, por fim, o seu fim. No entanto, esse menino carregava em seu bolso um recorte de revista contendo uma frase que dividia, vez por outra, com as pessoas que estabelecia confiança. Afirmando que não havia fim. “Sempre fiz o que queria, mas nunca fiz o que tinha vontade”. Era sua frase. Esse menino sabia que a sua vontade raspava a asa de um sonho, a sua vontade em potência ia além de seus vários nomes habituais menor-pobre-de rua-trafficante-interno-mal, mas em relação às forças da vida somos sutilezas tentando abrir passagem.

Um leitor apressado talvez pudesse enxergar nessa apresentação um certo viés tendencioso de nossa parte ao decretar a morte deste jovem, dando a entender que o colocamos na conta do ECA. Porém, não é disso que se trata. Trata de nos chamar a atenção para o questionamento de que, se ao fazê-los circular por entre a rede de proteção, não estamos matando este jovem em vida. Por serem tomados enquanto pessoas em desenvolvimento, logo, “pessoas que não sabem discernir o que é certo e o que é errado” e que precisam de um adulto para defini-los, legitima-se a ação de controle, que se diz de proteção, com relação a estes jovens.

Outra discussão que surgiu neste seminário foi que, talvez, se os serviços de abordagem de

³⁶ Unidade de execução de medida sócio-educativa.

rua não trabalhassem em parceria com policiais, mas com estabelecimentos de tratamento à pessoas consumidoras de drogas e com psicólogos e fossem mais atrativos, poderiam convencer os jovens de entrar na “kombi” com mais facilidade. Ou se os abrigos da prefeitura fossem mais convidativos e limpos, evitariam a evasão desse jovem. É como se dissessem que a vontade desses sujeitos estaria sendo ouvida, caso haja a aceitação de pronto. Acerca disso transpomos a análise de Baptista (2010) sobre um fazer ético na pesquisa em ciências humanas: “dar voz ao outro, escutar com cuidado o que tem a dizer, manter incógnito o que poderá ofendê-lo ou desqualificá-lo” (p.104) são procedimentos adotados por uma postura de atendimento que não compreende mais a violência como forma eficaz de solução para o problema.

Ainda o problema. Tal como mariposas ao redor da luz circuitamos no mesmo ponto, o jovem pobre de rua como problema. O “circulando, circulando” da fala do policial continua valendo, mesmo com outras fardas. Circular, palavra de ordem no contemporâneo. Circulação de mercadorias, de pessoas, da novidade, das notícias, dos carros, do mundo. Mas que circular é este que não se sai do lugar, isto é, que não produz diferença?

Na sociedade em que o novo nasce velho, o circular faz parte de uma política de mobilidade atual que age tal como o modo de funcionamento capitalista. É-se impingido a movimentar-se, a criar, a produzir coisas novas, para reverter tudo em mercadoria, em lucro. Pois então, é o indivíduo que circula, as consequências de não se conseguir acompanhar os deslocamentos deste novo cenário é inteiramente dele. Como já dissemos outrora, o “circulando, circulando” diz, na verdade, de uma política de imobilidade que ao exigir o movimento desses jovens nas ruas, não permitindo a sua permanência, não faz mais do que colocá-los no lugar de perigosos, de problemas de ordem urbana, ratificando-lhes uma identidade. Contudo, o objetivo desta dissertação é afirmar uma outra política de mobilidade. A ousadia nos permite afirmar que à semelhança de um colecionador, queremos arrancar o fato da ordem que determina a sua verdade e o tornar estranho ao significado que o define. Olhá-lo como se o percebêssemos pela primeira vez, desencantando-o da aura das essências. (Baptista, 2009)

Trata-se, em tempos de biopolítica, de um embate que se engendra entre um poder sobre a vida e a potência da vida. Vida versus vida, eis a batalha cotidianamente travada. A vida naquilo que ela não pode e naquilo que ela pode. Tensionamentos entre controles e invisibilidades à espreita do acontecimento.

3.2 Tudo que não é visto não é lembrado

Dia 30 de outubro. Saí para caminhar na rua, horário habitual de sua efervescência e nenhuma viva alma avistei. Dia nublado, triste, parado. Nem carros, nem jornaleiros, nem camelôs e as lojas fechadas. Ah, é Dia do Comerciário, lembrei.

Caminhei até o Campo de São Bento (Icaraí). Lá havia algumas crianças brincando, mães e pais conversando, nada escapava do repertório cotidiano, nada ameaçava aquela morna paz, aquela inquietante familiaridade. Decidi me sentar e por um instante fiquei ali, quando veio um menino e deu um susto em duas mulheres que conversavam. Elas soltaram um grito e o pânico se instalou no lugar. O menino usava uma blusa do governo federal escrito “Brasil, um país de todos!” rasgada e suja, uma bermuda da adidas puída e sandália Havaianas encardida. Cada rasgo e buraco das suas roupas expunham feridas, cicatrizes. Uma política de governo que se vangloria de fazer os pobres comprarem, de poderem ter seu carro, sua TV de plasma e adquirir mais uma classe (“C” e “D”) que contribui para o crescimento da economia do país, em detrimento de outras áreas também importantes. Luiz Carlos Prates, jornalista, radialista e psicólogo, atualmente apresentador de um programa no SBT, mostra um outro modo possível de enxergar a situação, alegando que os acidentes de carro acontecem porque hoje em dia “qualquer miserável tem um automóvel”, “culpa desse governo espúrio que popularizou o automóvel”. A Adidas utiliza mão-de-obra escrava ou semi-escrava em países explorados, como Vietnã e Indonésia, onde fabrica seus tênis por 5 dólares e depois os vende por 200, 300 dólares no resto do mundo. A história da sandália Havaianas comporta a distinção do seu público-alvo. Em seu nascimento sua propaganda se dirigia aos pobres, sandália de baixo custo. Atualmente, é moda exportada para vários países europeus. “Havaianas, todo mundo usa”. Menino Outdoor, pensei em meio à confusão instaurada. Mas qual é a propaganda que ele veicula? O seu corpo estampa histórias múltiplas (Múltiplas: “Diz-se do eco que repete o mesmo som ou sons muitas vezes”, em outras palavras, histórias-refrão: desigualdade social, “exclusão”, identidade, consumismo) e uma multiplicidade de histórias. Tensão no ar. O menino soltou uma gargalhada estrondosa, interrompendo o eco. Como sorrir em meio ao caos? Começou a circular a história de que o menino estava dando sustos nas pessoas desde cedo e que alguém devia fazer alguma coisa para contê-lo. Um tempo depois chega um homem acompanhado de um policial. O menino saiu correndo, mas o policial ficou ali, zelando pela nossa paz. (“paz sem voz, não é paz, é medo”) (Diário de Campo, 30-10-2010)

Há ainda o que se ver quando parece que “tudo” se deu a ver e pensar? Voltamos à pergunta

da história: “Como sorrir em meio ao caos?” Já sabemos de antemão todo o roteiro daquela cena, mas há algo que não cabe ali, que desarmoniza a inquietante familiaridade. O caos de imagens, sentidos, significados, percepções e sensações já prepostos, também comportam o sorriso, a alegria. Eis que a alegria interrompe uma certa linearidade das histórias tristes.

Estamos na era da reflexão. Todo mundo reflete. Mas refletimos o que? A acepção da palavra nos diz que ela serve para espelhar ou reproduzir. O título que ilustra esse subcapítulo e que faz parte de uma propaganda publicitária de uma empresa, “Tudo que não é visto, não é lembrado”, faz acionar um dos emblemas do contemporâneo: o que não aparece nos meios de comunicação de massa não participa da história, não se introduz como algo passível de ser pensado. A reflexão, deste modo, passa pelo mecanismo da imagem elaborada por Nietzsche (1992) em que ele afirma que cegam-se os pássaros para que eles cantem melhor. E, de determinada maneira, nos tornamos cegos para que essa vida morna que vamos levando não se torne algum dia um problema, podemos até pensar, mas não conseguimos mais do que refletir/reproduzir sobre o que já está pronto.

No documentário “Janela da Alma” (2001) de João Jardim e Walter Carvalho, o artista e fotógrafo cego Evgen Bavcar, que não vê as imagens, mas é capaz de fazê-las, nos apresenta sua perspectiva acerca da visão:

Mas vocês não são videntes clássicos, vocês são cegos, porque atualmente vivemos em um mundo que perdeu a visão. A televisão nos propõe imagens prontas e não sabemos mais vê-las. Não vemos mais nada, porque perdemos o olhar interior, perdemos o distanciamento. Em outras palavras, vivemos em uma espécie de cegueira generalizada. Eu também tenho uma TV e assisto-a sem enxergar. Mas há tantos clichês que não é preciso que eu veja fisicamente para entender o que está sendo mostrado. (EVGEN BAVCAR no filme Janela da Alma)

Nessa ordem, a visibilidade midiática age na formação da subjetividade humana nos conduzindo sobre como devemos ver, o que podemos ver através de suas ilhas de edições e seus oligopólios. Com relação aos jovens nas ruas, uma enxurrada de textos e informações nos comunicam como devemos vê-los: “De menores de ruas à crianças de futuro”, “O termo crianças de rua ou meninos de rua refere-se às crianças e aos adolescentes que encontram-se em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social e que, nessas condições, estão expostos a diversos riscos como: violência (física e sexual), uso de drogas (lícitas e ilícitas), exploração como mão-de-obra infanto-juvenil, má nutrição e diversas doenças”, “Vida sem destino e esperanças, sem alegrias e bonanças”,

“Políciais realizam operação para apreender menores de rua viciados na Zona Sul”, “Subprefeitura acolhe menores de rua durante a Operação Choque de Ordem”. Para longe das imparcialidades e do jornalismo-verdade atribuídos ao mundo da comunicação, as manchetes nos colocam leituras e marcam posicionamentos: crianças empreendedoras de si mesmas, crianças que requerem um olhar de piedade e/ou crianças perigosas. De acordo com Deleuze (1992) os meios de comunicação fazem parte das estratégias das formas de assujeitamento. A comunicação é a transmissão e propagação de informação e a informação é um conjunto de palavras de ordem. Informar é fazer circular uma palavra de ordem. Elas afirmam estarem apenas retratando a realidade, narrando os fatos, mas o que são os fatos senão uma interpretação do acontecido?

Baptista (2010) escreve seu ensaio acerca dos noturnos urbanos a partir de uma proposição apontada por Foucault (1992): para que as notícias sobre as vidas infames cheguem até nós, é preciso que elas tenham entrado em choque com o poder, lançando luz sobre o que até então se encontrava na escuridão, no anonimato.

Aliançado a este pensamento, Hara (2004) nos conta que os povos das Antilhas, em seus passeios noturnos, andavam com vaga-lumes grudados nos pés e a sombra que ganhava neste contraste anunciava a presença de muitas formas que se desestabilizavam conforme o andar. A civilização ocidental, porém, assustada com o imprevisível trazido pelas trevas, preferia o fogo esclarecedor. “A visão foi o sentido eleito por esses homens iniciados no mundo do conhecimento e das ciências” (p.2). Para Hara, o artista e a criança, e aqui insiro as pessoas das ruas, brincam com os sentidos ofertados pela escuridão. Estes não desejam tornar tudo visível, passível de entendimento e ganhar o estatuto de ser (você é isso, você é aquilo) como quer o homem da visão diurna, sujeito da teoria. O que se quer é afirmar os véus, o impreciso ainda por se fazer contornar, o anonimato que dá alimento para a imaginação e invenção.

Freira Ivete: Na rua tem a questão do anonimato e para o pessoal da rua o anonimato é um grande parceiro, porque você pode ser versátil: hoje você pode estar chegando, amanhã você pode ser roubado, você cada dia conta uma história diferente para um que não te conhece. Coisa que não pode acontecer numa cidade pequena. Então a cidade dá essa liberdade através do anonimato. Então hoje eu sou Ivete, amanhã eu sou Dalva, amanhã eu sou Maria e ninguém se importa com isso. Hoje eu fui casada, amanhã eu fui largada, amanhã eu tenho filho, depois eu não tenho mais. Então você pode inventar a questão do acharque. Você conseguir ganhar dinheiro, contando uma história que comova o transeunte. Nós precisamos fazer com que as classes se misturem, pois é isso que faz a

cidade, a cidade tem que ser democrática. Na zona rural tem o senhor da terra, os colonos. Na cidade não existe, a cidade é o lugar onde se deve passear a democracia, e a democracia só se passeia, não quando todo mundo for igual, porque não vai existir esse dia. (Documentário À margem da imagem, 2003)

Sobre a escuridão e a luz, o invisível e o visível, a cultura grega conta que foi Caos quem gerou Noite. Noite trouxe as forças do mal com ela: a morte, a fome, a luta. Zeus mandou Posêidon construir uma tripla muralha de bronze para que Noite e as forças do mal não alcançassem as alturas divinas. No entanto, os homens pagaram o preço: “todas as forças más que Zeus expulsou do mundo do Olimpo formarão o tecido cotidiano da existência humana”. (Vernant, 2000, p.52) Os homens, por sua vez, decidiram construir muralhas e docilizar as forças do mal. Erigiram-se, assim, os muros do Estado, da Pátria, da família, das escolas, dos conventos, dos hospitais psiquiátricos, das fábricas, da identidade. Os homens edificaram todas essas máquinas para barrar as forças das trevas que fazem parte do cotidiano de nossa existência.

No presente momento desta dissertação, em agosto de 2011, discute-se sobre a internação compulsória de crianças e adolescentes usuários de droga que habitam as ruas do Rio de Janeiro. Baseando-se novamente no ECA no que se refere à “proteção da integridade física” deste jovem consumidor, justifica-se o recolhimento dessas pessoas das ruas, contra a sua vontade. Independente da falta de estabelecimentos para o tratamento para usuários de droga e do debate de sua necessidade, há que se ver em que contexto começa-se a lançar mão dessa estratégia. Vem de longa data a vontade de limpeza das ruas dessas pessoas que se constituem como sujeira, no entanto a vida ali continua a se fazer insistida. Agora, estamos muito próximos de receber a atenção do mundo inteiro por conta do país ter se tornado sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Partindo do entendimento de que todos que estão nas ruas são consumidores de drogas e de que todos precisam de tratamento, a formulação de mais essa política de recolhimento³⁷ vem se somar a uma série de ações que já vem acontecendo no Rio de Janeiro (as Unidades de Polícia Pacificadora, por exemplo).

Por este motivo, compartilhamos com Pelbart (1993) quando este afirma que a questão da invisibilidade deve ser pensada politicamente, ou seja, devemos retirá-la do âmbito do privilégio de alguns em acessá-la (do artista, da criança, do louco, dos psicanalisados) e situá-la em um plano

³⁷ Até onde temos notícia, crianças e jovens estão sendo enviadas para abrigos e unidades prisionais para jovens infratores, posto que não existem lugares para realização da internação compulsória, suposto tratamento para drogadictos.

mais geral, que perpassa as relações. O que chamamos aqui de invisível tem a ver com esse resto, o que sobra para lá do tanto, com aquilo que está em vias de fazer-se, que não está fora dos sistemas de controle, mas povoando-os (a alegria do menino na praça), precisando ser desobstruído da excessiva luz, da excessiva produção de sentido, de nomes, diagnósticos que, como diz Evgen Bavcar, nos deixa cegos para ver que existem outras imagens a serem delineadas.

A partir da metade do século passado, os meios de comunicação começaram a cultivar um posto estratégico na constituição de subjetividades. Este articula, assim, um poder de ação sob os indivíduos e sob a população de modo geral reorganizando engenhosamente modos de controle social cada vez mais versáteis. Os grandes donos dessa maquinaria formam hoje a nova raça de nossos senhores e tudo isso a partir de uma proposta democrática: querem que todos tenham o seu devido espaço de fala, reservando diferentes tipos de acessos. No entanto, nessa rede de controle do social a contra-informação tem também a sua vez.

No casting desse grande espetáculo para as massas são imprescindíveis tanto a voz estridente e indignada de um representante dos excluídos, quanto a voz serena e professoral de um espírito sóbrio e desgostoso com os descaminhos da razão. Uma voz desarvorada diante da ruína dos valores e dos nobres ideais humanistas. (...) E isso é muito interessante: a rede de controle social cria um território no qual os diversos movimentos minoritários podem encenar seus dramas e reivindicar os seus direitos. (HARA, 2007, p.257)

E nessa grande comoção provocada pelos discursos de indignação, o teatro para a expressão do ponto de vista da vítima, aparecem intelectuais e especialistas de toda sorte propondo leituras, estudos, enquadres. Por exemplo, quando se fala em população de rua, meninos nas ruas, profissões que, por muitas vezes, são julgadas como menores, tais como a de gari, a primeira palavra de ordem que se enuncia é: precisamos dar visibilidade a estas pessoas. Esse “dar visibilidade” se instala em uma dinâmica de afirmá-los enquanto “seres humanos como nós” (por que precisar de alguém para dar-lhes esse estatuto?), explicá-los segundo as nossas teorias, abrigá-los com uma história, jogando o jogo que incentiva aqueles que sofrem a se acomodar no papel de vítimas, mendigos, impotentes, vulneráveis sociais.

Nesse ponto, retornamos a um aspecto outrora colocado aqui: então, com base nesse pensamento, qual é o intuito dessa pesquisa, visto que se trata aqui de um corpo atravessado pelo especialismo, que tem como temática os meninos que transitam nas ruas e que, ainda assim,

propõem uma determinada ética?

3.3 “Aqui nesse barco ninguém quer a sua orientação. Não temos perspectivas, mas o vento nos dá a direção. A vida que vai à deriva é a nossa condução. Mas não, não vivemos à toa”.³⁸

Morador de rua diz: Nós estávamos na sopa debaixo do viaduto, quando chegou um dos maiores fotógrafos, o Sebastião Salgado e disse: Ah, porque eu quero tirar foto....

Freira Ivete diz: Aí quando ele (o fotógrafo) chegou no portão tinham oito panelões de 90 litros, num fogo enorme, cozinhando aquelas verduras e uma negra com um machado cortando oito caixas de frango com alguns ajudantes, pois a feira nos dava restos de frango, e quando ele viu aquela cena, antes de entrar, ele já colocou a lente...

Morador de rua diz: Daqui a pouco aquelas fotos dele, ele vai ganhar muito dinheiro e a gente vai ficar sempre ali embaixo, vai ficar sempre ali necessitando. Então, quer dizer a (freira) Ivete barrou ele...

Freira diz: ele (o fotógrafo) disse: vem cá, você não sabe quem eu sou?

Eu sei quem é você, eu tô com a ... a Folha (O jornal Folha de São Paulo) já falou que você é o melhor fotógrafo do mundo. Aí, ele tirou o crachá da Folha e falou que tinha autorização da Folha... eu disse, não aqui você não tem autorização, se você entrar eu mando o povo pegar tua máquina e jogar no fogo e aqui o povo me obedece. Aí (ele) ficou puto da vida, me xingou e tal.

Morador de rua diz: Ela (Freira) disse: Não, se você quiser tirar foto do povo você tem que passar a vir na sopa com eles.

Freira disse: ele (o fotógrafo) falou: mas só essa negra, só essa mulher. Eu disse: não, nada, absolutamente nada. Temos sido explorados demais na imagem. Mas agora, o pessoal gosta de fotógrafo, eu também gosto. (Documentário À margem da imagem, 2003)

Cuidadora de um abrigo para a população de rua de São Paulo, a freira Ivete nos dirige provocações acerca de nosso fazer, não estando aqui localizada uma área profissional específica, mas para todo aquele que trabalha com o outro. Todo processo investigativo comporta uma mirada de luz sobre aquele que se quer perscrutar.

A cena acima dispara novamente a pergunta do para quê desta pesquisa, qual é a ética que nos embala. Baptista (2010) se utiliza da alegoria do pesquisador de alma robusta para falar daquele que se lança sobre o objeto de seu interesse, mas que não se deixa abater por ele, faz por uma

³⁸ Trecho da música “Volte para o seu lar” de composição de Arnaldo Antunes.

vaidade, que não se deixa desassossegar pela engrenagem que perpassa a montagem deste “objeto”. A freira ao se interpor entre o fotógrafo e a cozinheira sabe que a luz emitida pelo flash da máquina pode se tornar tão violenta quanto uma agressão física. O fotógrafo captura imagens nos propondo perspectivas sobre determinadas coisas. Assim como ele, incorremos no risco de circunscrever um certo modo de ler que ao invés de abrir para outros modos, pode nos conduzir para as armadilhas da identidade.

Parceira da psiquiatria e da criminologia, a fotografia no século XIX foi utilizada como instrumento de vigilância e controle na identificação de criminosos e na prevenção de possíveis perigos que comportam a natureza humana.

Na criminologia, a fotografia trabalhou em duas direções. Uma delimitou a sua capacidade de capturar a evidencia de um crime, o próprio ato desviante A outra prática (menos direta, mas comum) utilizou-a para marcar e não perder de vista o criminoso, funcionando como elemento essencial em novos sistemas de identificação. Encontraremos essas duas direções não somente na criminologia, mas também no processo de construção do mito da ficção policial. (GUNNING APUD BAPTISTA, 2010, p.111)

Em seu livro *Ensaio Fotográficos* (2000) Manoel de Barros nos insere em um jogo de presença e ausência, de sombra e de luz, de visível e invisível, de real e virtual que concerne ao modo como vê a fotografia, a sua poesia, a vida. Ao invés de falar em iluminação, ele se utiliza da palavra *iluminura*³⁹ (como um pequeno ornato) dando a exibir a importância do detalhe, do ínfimo, daquilo que não se dá muita atenção.

Difícil fotografar o silêncio.

Entretanto tentei. Eu conto:

Madrugada a minha aldeia estava morta.

Não se ouvia um barulho, ninguém passava entre as casas.

Eu estava saindo de uma festa.

Eram quase quatro da manhã.

Ia o Silêncio pela rua carregando um bêbado.

Preparei minha máquina.

³⁹ Arte de ilustração dos livros antigos, manuscritos, preparada a mão, em geral destinada a ornamentar as primeiras letras de uma página, que ocupavam boa parte do espaço destinado ao texto. Os motivos das pinturas eram folhas, cipós, ramos, florais. Por vezes, a pintura margeava toda a página. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=iluminura&id=251>

O silêncio era um carregador?
Estava carregando o bêbado.
Fotografei esse carregador.
Tive outras visões naquela madrugada.
Preparei minha máquina de novo.
Tinha um perfume de jasmim no beiral de um sobrado.
Fotografei o perfume.
Vi uma lesma pregada na existência mais do que na pedra.
Fotografei a existência dela.
Vi ainda um azul-perdão no olho de um mendigo.
Fotografei o perdão.
Olhei uma paisagem velha a desabar sobre uma casa.
Fotografei o sobre.
Por fim, eu enxerguei a Nuvem de calça.
Representou pra mim que ela andava na aldeia de braços com Maiakovski - seu criador.
Fotografei a Nuvem de calça e o poeta.
Ninguém outro poeta no mundo faria roupa mais justa para cobrir sua noiva.
A foto saiu legal.

(BARROS, O Fotógrafo, 2002, p.11 e 12)

O que se torna, portanto, mais agudo é a investidura em uma tensão contínua entre a visibilidade e a invisibilidade. Visibilizar significa aqui desviar o olhar do senso-comum e apurar mais os sentidos para fotografar o carregador ao invés do desviante bêbado, a existência da lesma, mais do que seu passo lerdo e nojento, fotografar a reticência do sobre, mais do que a destruição da paisagem velha a desabar sobre uma casa, fotografar o aroma e o gosto da comida da cozinheira, mais do que uma moradora de rua com as mãos calejadas. Fotografar algo que já está ali apenas à espera de um outro uso, de uma outra parceria para se (de)compor.

A psicologia, especificamente a psicologia social, tem por decreto, herança, pela sua própria construção histórica e pelo pesadume que assume a palavra social, se deter sobre aqueles que de certo modo margeiam a sociedade e a primeira impressão que se vê ao se dizer que se tem como matéria de pesquisa jovens pobres que estão nas ruas, é de que se irá fazer um retrato das mazelas do país, culpar o governo, execrar as famílias e as leis, falar da fome, do abismo social, da mortalidade infantil e juvenil.

Essas pessoas que parecem já pedir de antemão alguma coisa, não nos atija a falar mais do que a piedade? Há a necessidade de certa prudência. Quando os meios de comunicação exploram as diversas misérias da infância e da juventude respaldados pelos estudos dos especialistas, elas intensificam o sentimento de piedade. A piedade é um artifício traiçoeiro para fixar-nos na posição de impotentes e despertar-nos a vingança pela palavra: “Você é culpado por minha miséria”. Há um quê de indignidade na atitude piedosa que alimenta o mais inválido dos inválidos. “Ou seja, aquele que não representa perigo algum de mudança ou de desestabilização da ordem, que deseja apenas uma vida inválida, uma existência miserável mais confortável e cômoda”. (Hara, 2007, p.259)

Uma das coisas que mais me dilacera, me faz doer o peito, é ver pessoas vendendo coisas nas ruas. Acho que é o capitalismo em sua forma mais expressiva, mais brutal. São pessoas que se expõem diariamente a riscos de serem atropelados, suportam a ignorância alheia por sobrevivência, faça o sol de lascar a pele, o frio a lhe doer os ossos, ou a chuva a lhe ensopar até a alma, estão sempre ali, a aproveitar o congestionamento de carros. A circulação de carros na cidade estanca e obrigatoriamente ela precisa parar e é nessa obstrução que eles vão criando seus espaços de atuação. Às vezes, entre um carro e outro, num meio repleto de riscos, se esgueirando entre o meio fio e os pontos de ônibus, eles correm. A sensação de ter que fazer algo para mudar aquela cena grita em mim. A piedade me corrói. Nesse exercício de escrita da dissertação, brigando com as concepções, fazendo as explicações sobre estas se esgotarem ao ponto de não haver mais sentido, “até que os olhos mudem de cor”, ontem algo me ocorreu. Todos os dias, ao ir de ônibus para o trabalho, entra algum vendedor de balas. Estava distraída e um rapaz entrou no ônibus. A minha primeira reação seria a de comprar a bala dele, mas o vendedor falava com tanta alegria, com um sorriso leve no rosto, a léguas mil do “eu podia estar roubando, eu podia estar matando, mas estou aqui trabalhando”, não anunciava “a miséria s.a. que acabou de chegar”, mas algo que não consigo dar nome, que me contagiou de alegria a ponto de encher-me de lágrimas nos olhos. Não me pedia nada, não consigo nem lembrar-lhe o rosto, mas eu sei que alguma coisa aconteceu. (Diário de Campo, 13-07-11)

É preciso tocar nessas questões, mas para nos centrarmos no rastro que estes acontecimentos deixam em si e no leitor. O sentimento de raiva contra todo um modus operandis se alarga e deixa de ser apenas contra um sistema de governo, uma ideologia política que possibilitaria o surgimento de tal situação. Ela se abre para devastar o ser, para inutilizar o coração mesmo das gentes, para ampliar a problemática inserindo todos nós nesse barco.

Ao longo da feitura desta dissertação foram surgindo algumas pistas sobre a montagem de uma via ética por onde percorrer. Apostamos na ética como fazendo parte de um exercício que se realiza rotineiramente, impulsionando em nós um fazer crítico que se inquieta com a violência do definitivo, com a sentença, com o ponto final.

Freira Ivete: a convivência pra mim é fundamental, porque pensa sempre que freira vai fazer milagre e freira tem que dar, porque a igreja tem e porque ela tem que dar, ela não tá aí pra outra coisa. Essa imagem da freira é estereotipada, mas isso me machuca muito. Então eu quero conviver como freira, mas sem ter medo da crítica, porque eles dizem: ah, mas agora você vai pra sua casa e nós vamos pra rua e isso é uma grande verdade que eu tenho que ouvir mesmo, não adianta dizer: não, mas eu tenho que rezar, não adianta, é verdade, eu tenho casa e eles não têm. Quando eu tive num albergue em Botucatu-SP e eles dizem assim pra você: você vai tomar banho nua na nossa frente. Eu digo: mas eu não preciso tomar banho na sua frente, eu já entreguei a minha sacola, então o que que eu tenho no corpo? Ali eles são donos do indivíduo. Manda sentar, tem que sentar. Não se sabe o porquê de ter que sentar. Manda comer tem que comer, levantar tem que levantar, então são ordens que não têm por que aquelas ordens, são ordens da tortura. Você tá precisando do Estado, mas hoje o Estado sou eu, o funcionário é o Estado. Eu aqui sou o governador, então pra você estar aqui você tem que obedecer, você tem que se ferrar.

A freira Ivete se desdobra sobre si própria e se “desluga” de um encargo que lhe é dado e a partir desse movimento, ela coloca em análise as relações de poder nas quais está envolvida também. Deleuze (1992) formula a seguinte questão: “Como chegar a falar sem dar ordens, sem pretender representar algo ou alguém, como conseguir fazer falar aqueles que não têm esse direito, e devolver aos sons seu valor de luta contra o poder?” (p.53) Em outras palavras, não é atacar o poder, mas atacar o tirano que perdura em nós e nos conduz como operadores de um funcionamento microfascista.

No mesmo filme, um morador de rua capturado pela edição de suas cenas como “maluco”, sujeito que não fala “lé com cré”, quando perguntado sobre o que estava fazendo com um caderno nas mãos, respondeu: “eu não escrevo livros, porque livro tem início, meio e fim, tem uma unidade. O que eu escrevo são fragmentos de história”. Eis que o nosso desafio ético se debruça sobre essas contestações inesperadas, não programadas pelo poder, mas que têm um efusivo poder de ir contra o processo de assujeitamento e de uniformização.

Conclusão: “E não há nada mais revolucionário do que a vida”⁴⁰

O momento do fechar. A dissertação pede uma conclusão, um ponto final. Porém, como já resabiava o cantor pernambucano: “a vida não para, a vida não para não”. No momento mesmo desta escrita, a população de rua tem sido jogada viaduto abaixo, tem sido recolhida das ruas e, uma a uma, tem suas vidas pesquisadas nos arquivos policiais para descobrir se possuem ficha criminal que possa justificar sua prisão, já que a ordem é a da assepsia geral, com o nome de “internação compulsória para dependentes de crack”, crianças e jovens têm sido jogados em abrigos e instituições prisionais e mais um monte de situações tão alarmantes quanto estas que não temos notícia e mais um amontoado delas que ainda estão por vir.

O nosso questionamento faz coro ao da cantora-que-anda-pelo-mundo-prestando-atenção-em-cores: “Eu ando pelo mundo e os automóveis correm para quê? As crianças correm, para onde? Transito entre dois lados. De um lado. Eu gosto de opostos. Exponho o meu modo. Me mostro. Eu canto para quem?” Cantamos para quem? O que nos difere do pesquisador cuja alma se engrandece ao retirar do objeto, respeitosamente, tudo aquilo de que precisava? Se a pesquisa não pode

⁴⁰ Trecho da música Os Filhos da Paixão de composição de Pedro Tierra.

transformar o mundo e fazer parar o extermínio de pessoas, cantamos para quem?

Uma questão já velha a me inquietar se coaduna com a autora-flanêur: “O material contado ocupa lugar no presente, imprime sua marca, altera os corpos e desvirtua a vida. É capaz de mudar o mundo?” Pergunto eu: Qual impacto que tal pesquisa tem na vida desses jovens? Seria ético usar as pessoas e produzir um discurso que, se não age em prol da transformação, é por princípio, desvitalizado? À primeira pergunta Eduardo Coutinho responde que não. O que ele intenciona com seus filmes é tensionar uma visão segura das coisas em um espectador; fazê-lo ver que existem outros modos de viver para além de seu umbigo e, quem sabe, deslocá-lo. Num interessante debate com Coutinho, ela cita uma frase do Foucault em que nos põe que o saber não foi feito para compreender, e sim, para cortar. À segunda pergunta aposto, como a autora, ainda que não me baste, nos micro-movimentos que se produzem com ou sem a interferência do pesquisador. E à terceira se junta a segunda me fazendo reformular minha interrogação; a autora-fotógrafa nos coloca uma provocante questão: tanto a ética quanto a onipotência do pesquisador deveriam estar sob controle e que as pessoas não são instrumentos passíveis à espera de uso. O que retoma a idéia apresentada no texto de Baptista, que estas lutas acontecem, mas estão lá, nas sombras, ali onde o poder não lançou a sua luz paralisante, identificatória. Portanto, as pessoas não estão à disposição onipotente do pesquisador que se crê super-herói capaz de salvar o mundo (como às vezes me coloco). As micro-resistências, as táticas se fazem e refazem cotidianamente, cabe juntar-nos a este coro, enaltecê-los, compor outras histórias que se desviem do ser vítima ou bandido, cacos de histórias do passado descontinuados, logo, pulsantes que interpelem o presente, dando a exhibir que a vida é obra aberta. Contrariando a “ética” (moral) que nomeia, categoriza assinalando para as existências destinos já traçados, portanto, se já sabe que os meninos de ou nas ruas têm trajetórias já circunscritas, a saber, futuro assassino, concluindo que: “vamos matar antes que eles nos matem”, a nossa proposta ética, se sustenta pela defesa da inesgotabilidade das histórias, pelas surpresas que estas vidas têm para nos oferecer, pela potência do invisível sempre à espreita. (Diário de Campo, 26-10-09)

Estas perguntas tomam aqui ares de utilidade social: para que escrever? Para nada. Inútil, diríamos. Inutilidade, nesses tempos em que tudo vira mercadoria e serve para algo, é palavra feia. Como diz o cronista Rubem Alves (2003), ninguém sairá mais rico, nenhuma dívida será paga. Com Santo Agostinho, aprendemos que existe uma diferença entre usufruir e usar. As coisas usufruídas nunca são meio para nada, valem enquanto processo, mas produzem marcas em nosso corpo, já as coisas usadas são úteis, embora sejam facilmente descartadas. Fazemos, então, um paralelo com o

material de nossa pesquisa: os restos e a sua considerável inutilidade. Tal como o prego que nasce com a função de pregar e, a partir do momento em que ele se encontra “deitado de comprido” no chão perde seu emprego, o seu estatuto de ser, o homem contemporâneo vai moldando todo o seu corpo, desde o nascimento, para se constituir como ferramenta de utilidade, caso esta se entorte, se desvie de seu usual papel, já não presta mais. De onde surge o surrado discurso que se dá como parâmetro para o deixar morrer: “ele é trabalhador, não é bandido”.

À semelhança do “menino que carregava água na peneira” da poesia de Manoel de Barros, o ensaio, a escrita nos permite claudicar por entre seus desentendimentos. Permite trafegar por suas incoerências e produzir ainda mais interrogações. O “menino ligado em despropósitos” e coisas a despeito de sua inutilidade, faz da impossibilidade de carregar água na peneira, da impossibilidade de modificar o estado de coisas, oportunidade para inventar caminhos, criar passos, ser monge, noviça e mendigo, tudo ao mesmo tempo.

Foucault (2010) ao ser interrogado se o intelectual deve ter um papel na transformação da “realidade” a que ele estuda, responde que uma mudança se dá sempre em um campo de afrontamento, conflito, resistência. Seu objetivo não é procurar a reforma a ser feita, mas ver até onde a liberação do pensamento pode chegar a engendrar transformações bastante urgentes. “Trata-se de tornar os conflitos mais visíveis, de torná-los mais essenciais que os simples afrontamentos de interesses ou simples bloqueios institucionais”. (p.4) Dessas lutas nasce uma nova relação de forças da que o contorno provisório se constituirá em uma reforma.

"Eu escrevo sem esperança de que o que eu escrevo altere qualquer coisa. Não altera em nada... Porque no fundo a gente não está querendo alterar as coisas. A gente está querendo desabrochar de um modo ou de outro.." (Lispector, 1977)⁴¹ Com ousadia, acrescentaríamos: a gente está querendo desabrochar de outros modos. Um sentido novamente se apruma: mudar o que se é. Sendo assim, escrever se torna urgente: o que estas vidas nos remetem a dizer sobre o nosso modo de viver atual?

A partir do percurso pelas vias que produzem o jovem pobre e na rua como problema fomos nos esbarrando com muitos textos, com escritas talhadas nas pedras que compõem a cidade e na carne marcada pelos incontáveis combates do dia-a-dia. Fomos recolher seus fragmentos, posto que a retilinearidade nos impõe apenas um movimento – o de seguir em frente – e o que queremos é o

⁴¹ Entrevista cedida ao jornalista Junio Lerner e transmitida pela TV Cultura em 1977. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TvLrJMGInF4>

variado dos caminhos, mas não sem nos imiscuirmos com eles, acessando cidades invisíveis por entre os poros da cidade sob o foco da luz.

O que encontramos foi uma juventude já montada, com as suas características e peculiaridades, fases esquadrihadas, cada coisa se dando a um tempo determinado. O que queremos não é negar a existência da adolescência, mas devolver-lhe o seu caráter de produção de um tempo que hoje possui sua fatia em um mercado cada vez mais em expansão e, com isso, os efeitos que tal nomenclatura afirma naquilo que pretendemos questionar. O Estatuto da Criança e do Adolescente traz uma amarração do que ele concebe como criança e adolescente (pessoas em desenvolvimento que ainda não têm condições de agir por si só) e por meio deles, ações de “proteção” que não mais os devolvem para a posição de “menores” (posição em que a sociedade seria a vítima) mas à posição de pessoas que necessitam de cuidados. E, nesse movimento, justificam-se práticas de recolhimento, tutela, coerção e controle.

“Mas vocês são contra o recolhimento? Que alternativas vocês oferecem, então?” Cuidado e controle se encontram no fio da navalha. A violência contra os jovens, a ordem, a insegurança, a vida saudável, a lei são conclamadas para comparecerem como motivos para o recolhimento, mas em nenhum momento se discute o que provoca tais sentimentos em nós. É somente sobre eles, jovens pobres nas ruas, que temos que nos debruçar? Por que achamos que é a partir de um referencial de vida normal que se deve enquadrar todas as vidas?

Freira Ivete: aqueles políticos que dizem que vão tirar a população de rua, isso tudo é uma fantasia, da sociedade, do poder público e da sociedade em geral, porque não vamos tirar o povo da rua, não tem lugar fora da rua pra esse povo. Você tem que humanizar a rua e ela poder conviver no urbano, seja no cortiço, seja numa área invadida, porque nessa conjuntura em que nós estamos atualmente, econômica, não vamos tirar ninguém da rua, só se matar. Eu acho que o grande aliado da rua são os estudantes, como eles estão vendo o universo da cidade, eles são capazes de, na universidade, apontar caminhos, pistas para os novos secretários, para os arquitetos. Criar uma estética da rua. (Documentário À margem da imagem)

Sabemos que é o discurso da violência, do medo, que hoje mais se fornece como razão para não mais habitar o espaço público, que se dá para decretar a “morte das ruas”. Ainda que a estética das ruas esteja se modificando - muros e tapumes para tentar invisibilizar as favelas, a construção de viadutos por cima das favelas, fazendo com que as pessoas que ali residem tenham que se mudar

para áreas mais afastadas dos grandes centros, áreas de âmbito público sendo cedidas a grandes construtoras para dar lugar a mega-empreendimentos - a cidade permanece viva. Se é preciso lançar mão de estratégias para restringir a mobilidade nos espaços é porque há um tensionamento presente inviabilizando a concretude de uma morte.

E foi nesse tensionamento de algo que se encontra entre, no jogo de claro e escuro, de visível e invisível que a possibilidade de contar outras histórias se deu. Não se trata de histórias empreendedoras, de jovens que venceram apesar dos pesares - o individualismo remetido a estas histórias provoca impotência e culpabilização - se trata sim de arejar o olhar do excesso de imagens identitárias. Nesse embate da vida versus vida, da potência da vida versus poder sobre a vida, ao privilegiarmos a afirmação de outras narrativas em detrimento de um denunciamento do estado das coisas, tomamos a vida como meio de conhecimento, a vida como algo revolucionário. Pautados nessa perspectiva, podemos não apenas viver valentemente, mas até viver e rir alegremente, posto que na alegria de uma afirmação pode haver uma prática de liberdade muito mais intensa e concreta do que nas descrições tristes e graves que tanto valorizamos (Hara, 2009).

No desenhar de uma ética que nos norteie na psicologia, na vida, uma outra saída à cata de estilhaços de fragmentos da cidade nos permite encontrar mais sussurros, parcerias para arranjar o final desse ensaio. Conversando com uma jovem sobre o que ela considerava o fazer de um psicólogo, esta nos surpreendeu dizendo, sem comedimento, que o psicólogo conta e ouve histórias. Ao contarmos e ouvirmos histórias, estando referidos à psicologia, estamos querendo afirmar as possibilidades de reinvenção da existência e da própria psicologia, quando esta consegue driblar os especialismos e assinalar a vertiginosa pluralidade da vida. A vida entendida como obra aberta dispara em nós uma terna vontade de lutar pelo que há de singular em nós.

Referência Bibliográfica:

Abramo, H. W. (1997) Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil. *Em: Revista Brasileira de Educação. No 5, Maio/jun/jul/ago.*

Aguiar, K.F. & Rocha, M.L. (2007) Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. *Em: Psicologia: ciência e profissão, 4, pp. 648-663.*

Alves, R. (2003) A inutilidade da infância. *Em: Estórias de quem gosta de ensinar. Campinas: Papirus, 7ed.*

Antônio, J. *Guardador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

Arantes, E. M. (1999) De "criança infeliz" a "menor irregular" – vicissitudes na arte de governar a infância. *Em: Jacó Vilela, A M., Jabur, F. e Rodrigues, H. de B. C. Clio – Payché: Histórias da Psicologia no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, p. 257*

Ariès, P. (1981) *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC.

Baptista, L. A. S. (2010) Cenas de um corpo sem dono. Em: *Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais / RJ - Ano 24 - Nº 74 – Dezembro*.

_____. (2010) Noturnos Urbanos. Interpelações da literatura para uma ética da pesquisa. In: *Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ano 10, n.1, p.103-117*. Disponível em: www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a08.pdf

_____.(2009) Seminário Nacional de Psicologia e Mobilidade – O espaço público como direito de todos. Mesa: Impactos da (i)mobilidade na produção da subjetividade. Conselho Regional de Psicologia São Paulo e Conselho Federal de Psicologia, 24-10-2009.

_____.(2001) A Fábula do Garoto que Quanto mais Falava Sumia Sem Deixar Vestígios: Cidade, Cotidiano e Poder. Em: *Psicologia e Educação: novos caminhos para a formação/ Ira Maria Maciel (Org).*-Rio de Janeiro: Ciência Moderna, p. 195 a 209.

_____.(1997) . A atriz, o Padre e a Psicanalista - Os Amoladores de faca. In: *Anuário do Lasp. Niterói, v. 1, n. 3/4, p. 103-109*.

Barros, R. D. B. de. (2007) *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS.

Barros, M. de. (2002) *Ensaios fotográficos*. Rio de Janeiro: Ed. Record.

_____. (2001) *Tratado Geral das Grandezas do Ínfimo*. Rio de Janeiro: Ed.Record.

Baudelaire, C.. A perda do halo. (1995) Em: _____. *O Spleen de Paris: Pequenos poemas em prosa*. Rio de Janeiro: Imago, 1995njamin, W. *Obras Escolhidas II - Rua de Mão Única*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

Bauman, Z. (2003). *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Brasil. (2000) *Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Saraiva.

Bulcão, I. (2002) A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. *Em: Nascimento, M. L. (org.) PIVETES. A produção de infâncias desiguais. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto, pp.61-73.*

Canguilhem, G. (1990) *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Castro, L. R. (2001) Cidades, crianças e jovens: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. *Em L.R.Castro (org.) Subjetividade e Cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras. Rio de Janeiro: Faperj/7 Letras.*

Certeau, M. A (1994) *A invenção do Cotidiano. vol. I - artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

Challoub, S. (1996) *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

Coimbra, C. M. B. & Nascimento, M. L. (2003). Jovens Pobres: o mito da periculosidade. *Em: Fraga, P.C.P.; Iulianelli, J.A.S. (Org.). Jovens em Tempo Real. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.*

Coimbra, C., Bocco F. & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência – *Em: [Arquivos Brasileiros de Psicologia](#), v.57,n.1, p.2-11.*

Coimbra, C. M. B. (2001) *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro/Niterói: Oficina do Autor/Intertexto, p. 278.

_____. (1995). *Guardiães da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi na Brasil do Milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, p. 371.

Couto, M. (2003) *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras.

Del Priore, M. (org.) (1992) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Deleuze, G. (1992) *Conversações*. Tradução de José Marcos Macedo. Rio de Janeiro, Ed. 34, p. 224.

_____. (1988) *Abecedário Gilles Deleuze*. Disponível em: www.oestrangeiro.net/index2.php?option=com

Deleuze, G. & Guattari, F. *Mil Platôs*. (1995) São Paulo: Editora 34, v.2.

Donzelot, J. (1986) *Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 2º ed.

Foucault, M. (2010) Então é importante pensar? Em: *Espaço Michel Foucault*. Disponível em : <http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/biblio.html>. Acesso em: 11 fev.

_____. (2009) Outros espaços. Em: Motta, M. (Org.). *Michael Foucault Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, p.411-423.

_____. (2006) *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes, p. 25-48.

_____. (2004) É inútil revoltar-se? Em: Motta, M. (Org.). *Michael Foucault Ditos e Escritos V: Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, pp. 77-81

_____. (2003) *A vida dos homens infames*. Em: *Ditos e Escritos IV Estratégia, Poder-Saber*; São Paulo: Forense Universitária.

_____. (2003) *Vigiar e punir*. Petrópolis: ED. Vozes.

_____. (1996a) *O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista*. Em: *Cadernos de Subjetividade / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP*. São Paulo. Edição Especial: Gilles Deleuze, pp. 197-200.

_____. (1996b) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. Nau.

_____. (1992) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1984) *O uso dos prazeres. História da sexualidade*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, v. II.

_____. (1966) *O corpo, lugar das utopias*. Trad. Marcelo Coelho. Disponível em: <http://www.oestrangeiro.net/michel-foucault/140-michel-foucault-o-corpo-lugar-de-utopias>

Fragoso, J. L. R. *Homens de grossa ventura, acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790/1930)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

Gros, F. (2008) O cuidado de si em Michel Foucault. Em: Rago, M. & Veiga-Neto, A. (org) *Figuras de Foucault*. 2.ed. Autêntica: Belo Horizonte, p.127-138.

Guattari, F.; Rolnik, S. (2005) *Micropolítica: cartografias do desejo*. 7. ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes.

Hara, T. (2010) Dançar no dorso das ondas. Em: *Revista Verve, São Paulo, no 18, p.119-139*.

_____. (2009) Além das palavras de ordem: a comunicação como diagnóstico da atualidade. Em: Rago, M., Veiga-Neto, A (orgs). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (2007) Mídia, singularidade e juventude. Em: *Revista Verve, São Paulo, no 12, p. 254-267*

_____. (2004) *Saber noturno: uma antologia de vidas errantes*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Josephson, S. J. (1994) *A morte das ruas: estudo das relações entre público e privado nos*

condomínios exclusivos. Instituto de Psicologia Pós-Graduação em Psicologia. Dissertação de Mestrado em Psicologia e Práticas Sócio-Culturais. (UERJ)

Kuster, E. & Pechman. (2007) Da ordem. Da cidade. Da literatura : personagens à beira do “ruim do mundo”. *Em: Sociedade e Estado, Brasília*, v. 22, n. 3, p. 593-620, set./dez.

Levi, P. (1997) *A trégua*. Trad. Marco Lucchesi. São Paulo: Companhia das Letras.

Lins, C. L. (2005). *O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.205.

Lispector, C. (1998) *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Ed.Romance.

_____.(1998) *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco.

Lobato, M. (1993) *O fisco. Contos escolhidos*. Lajolo, Marisa (org.). 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, pp. 103-130.

Lopes, G. (1994) *O massacre da Candelária*. São Paulo: Página Aberta, p. 81.

Lourau, R. (1993) *René Lourau na UERJ. Análise institucional e prática de pesquisa*. Editora da UERJ, Rio de Janeiro.

Macerata, I. (2010). “...como bruxos maneando ferozes”: *relações de cuidado e de controle no fio da navalha. Experiência “psi” em dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Maraschin, C. & Palombini, A. (2007) Uma psicologia feita de entremeios – *Em: Arantes, E., Nascimento, M. L. e Fonseca, T. M. (orgs) - Práticas Psi: Inventando a vida*. Niterói: Eduff.

Mizoguchi, D. (2009) *Segmentariedades: passagens do Leme ao Pontal*. São Paulo: Plêiade.

Monteiro, A., Coimbra, C., Mendonça Filho, M. (2006) Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é Necessariamente Público? Em: Revista Psicologia e Sociedade, no. 18 – 7-12; Maio/Ago.

Moura, E. B. B.(1999). Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: *Revista brasileira de História*. vol.19 n.37. São Paulo.

Nascimento, M. L. (org.) (2002) *PIVETES: A produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto.

Nietzsche, F. (2008) Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres. Vol. II. Trad., notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. (1992) *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo, Companhia das Letras, p.34. Tradução de Paulo César de Souza.

Paludo, S. dos S. & Koller, S. H. (2005) Resiliência na rua: um estudo de caso. Em: *Psic.: Teor. e Pesq.*, Ago, vol.21, no.2, p.187-195

Patto, M. S. (2000) *Mutações do Cativo: escritos de psicologia e política*. São Paulo: EDUSP.

Peixoto, M. A. (2000). A justiça da infância e juventude e ações socioeducativas. In L. Brito (Ed.), *Responsabilidades: ações socioeducativas e políticas públicas para a infância e juventude no estado do Rio de Janeiro (pp. 166-169)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Pelbart, P.P (2006) *Vida nua, vida besta, uma vida*. mimeo. Disponível em: <http://www.pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2792.1.shl>

_____. (2003) *Vida Capital - Ensaio de Biopolítica*. São Paulo: Editora Iluminuras.

_____. (2000) Cidade, lugar do possível. Em: *A vertigem por um fio. Políticas de subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras.

_____. (1993) *A nau do tempo-rei: sete ensaios sobre o tempo da loucura*. Rio de Janeiro. Ed.Imago.

Queiroz, A . (2008) Um grito na suspensão da morte. Em: Queiroz, A . Alvim, L., Oliveira, N. (Orgs). *Apenas Blanchot!* Rio de Janeiro: Pazulin Ed.

Ribeiro, L. (1943) Papel do médico na solução do problema da delinquência infantil. Em: *Folha Medica, Rio de Janeiro, ano XXIV, 25 de março*.

Rizzini, I. (1997). *O século perdido: raízes históricas das políticas sociais para a Infância no Brasil*. EDUSU, AMAIS Livraria e Editora.

Rodrigues, A . (2009) Cisões, silêncios e alguns ruídos: considerações acerca da subjetividade, cidade e modernidade. Em: *Fractal: Revista de psicologia*, V. 21 – n. 2, p.237-252, Maio/Ago.

Rolnik, S. (1997) Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. Em: *Lins, D. (org) Cultura e subjetividade*. Saberes Nômades, Papyrus, Campinas, pp.19-24.

Rouanet, P. S. & Peixoto, N. B. (1992). É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? Em: *Revista da USP/Dossiê Walter Benjamin, n.15*. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/15/05-rouanet.pdf>

Sader, E. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Sarlo, B. (2000) *Cenas da Vida Pós-Moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*, Rio de Janeiro: EdUFRJ.

Scheinvar, E. (2005) Tensões rupturas e produções na relação entre o conselho tutelar e a escola. In:

Scheinvar, E. e Algebaile, E.. *Conselhos Participativos e Escola*. Rio de Janeiro, DP&A.

Scheinvar, E. (2009) *O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj.

Sennett, R. (1999) *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

_____. (1994). *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro: Record.

_____. (1988) *O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade*. São Paulo, Cia das Letras.

Swain, T. . Identidade nômade: heterotopias de mim. Em: Rago, M; Orlandi, L. (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, v. , p. 325-342.

Vernant, J-P. *O Universo, Os Deuses, Os Homens*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 52

Filmografia:

“O perigo da história única, de Chimamanda Adichie, acesso agosto 2010, no site:

http://www.ted.com/talks/lang/por_pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html

Ilha do Medo (2010), de Martin Scorsese.

“Lixo Extraordinário” (2009), de Lucy Walker. .

Bee Movie (2007), de [Steve Hickner/Simon J. Smith](#)

À margem da imagem (2003), de Evaldo Mocarzel

Janela da Alma (2001), de João Jardim, Walter Carvalho

Site:

SBT

Wikipedia

Jornal eletrônico:

Castro, B. (2010) Infância de pequenos brasileiros se perde nos lixões. Disponível em: <http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL1557009-16020,00->

[INFANCIA+DE+MUITOS+PEQUENOS+BRASILEIROS+SE+PERDE+NOS+LIXOES.html](http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL1557009-16020,00-INFANCIA+DE+MUITOS+PEQUENOS+BRASILEIROS+SE+PERDE+NOS+LIXOES.html)

ClickBr. (2011) Campos do Jordão: Lei propõe toque de recolher para menores de idade. Disponível em: http://www.clikbr.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2732:campos-do-jordao-lei-propoe-toque-de-recolher-para-menores-de-idade&catid=39:vale-do-paraiba&Itemid=101

Âmbito Jurídico (2009) Entrevista com o jurista criador da Lei do Toque de Recolher para jovens, Evandro Pelarin. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6430

Niterói Mais (2010) Controle Urbano promove choque de ordem pelo segundo dia consecutivo. Disponível em: <http://www.niteroimais.com.br/controle-urbano-promove-choque-de-ordem-pelo-segundo-dia-consecutivo/>

Sanchez, G. (2009) Até século XX, crianças eram tratadas como 'pequenos adultos'. Disponível em:

<http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1335975-17397,00->

[ATE+SECULO+XX+CRIANCAS+ERAM+TRATADAS+COMO+PEQUENOS+ADULTOS.html](http://g1.globo.com/Sites/Especiais/Noticias/0,,MUL1335975-17397,00-ATE+SECULO+XX+CRIANCAS+ERAM+TRATADAS+COMO+PEQUENOS+ADULTOS.html)

Musicografia:

Chico Buarque – O que será (1976)

Marcelo Yuka – Minha Alma (a paz que eu não quero)

Herbert Vianna - Selvagem

Adriana Calcanhoto – Esquadros

Lenine – Paciência

Arnaldo Antunes – Volte para o seu lar

Cazuza – O tempo não pára

Poesia

Castro Alves – Navio Negreiro